PRC: 44/26
Disp: 02/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO (31)3558 2315

001

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 012

1. Identificação do Requisitante:	
Unidade Administrativa Requisitante: *Setor de Compras*	
Responsável: *Filipe Vieira Babsky*	Cargo/Função: Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Matrícula: 41.020	E-mail e telefone do setor: (31) 3558-2315 cultura@mariana.mg.gov.br

2. Necessidade: *Contratação de serviços técnicos especializados de **ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL** com o Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS para os bens culturais localizados no Município de Mariana/MG.*

1. Justificativa da necessidade:

A contratação dos serviços técnicos especializados de elaboração de projetos executivos de Iluminação Monumental revela-se imprescindível para garantir a adequada valorização, preservação e realce dos principais bens culturais do Município de Mariana/MG, cuja relevância histórica, artística, arquitetônica e religiosa exige soluções luminotécnicas precisas, seguras e compatíveis com os padrões de proteção do patrimônio.

Os bens contemplados — Praça Minas Gerais, Igreja de São Francisco, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Câmara Municipal (Casa de Câmara e Cadeia), Praça da Sé e Igreja da Sé — constituem marcos estruturantes da identidade histórica de Mariana e representam alguns dos mais importantes exemplares do barroco mineiro. Sua iluminação atual é insuficiente, fragmentada ou tecnicamente inadequada, não atendendo aos parâmetros exigidos pelos órgãos de tutela, como IPHAN, IEPHA e pela legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural.

A elaboração de projetos executivos específicos é condição indispensável para qualquer intervenção luminotécnica futura, pois define com rigor técnico todos os elementos necessários à implantação do sistema de Iluminação Monumental, incluindo estudos luminotécnicos, instalações elétricas, compatibilidade eletromagnética, telegestão, memoriais e planilhas de materiais. Sem esses documentos, não é possível assegurar a correta execução das obras, tampouco garantir que as intervenções respeitarão as características históricas e a integridade dos bens tombados.

Além disso, a Iluminação Monumental contribui diretamente para o fortalecimento da política municipal de preservação cultural, fomentando o turismo, ampliando a percepção dos espaços públicos e reforçando o papel simbólico dos monumentos no cenário urbano. Trata-se de investimento estratégico na valorização do patrimônio, com impacto positivo na identidade cultural, na vida comunitária e no desenvolvimento econômico de Mariana.

Dessa forma, verifica-se clara, objetiva e fundamentada necessidade de contratação

Recebi 18/12/25 Barbara

dos projetos executivos de Iluminação Monumental, a fim de possibilitar futura execução das obras em conformidade com as normas técnicas e diretrizes de preservação, garantindo qualidade, segurança, eficiência e respeito ao patrimônio histórico do Município.

2. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana.

3. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

Após assinatura do contrato.

9971 067016977

4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

Para a adequada instrução do processo, informamos que será necessária a aquisição, conforme o quantitativo abaixo:

Item	Local	Obra ou projeto	Valor
1	Praça Minas Gerais	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 90.061,14
2	Igreja de São Francisco	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 75.148,80
3	Igreja Nossa Senhora do Carmo	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 75.148,80
4	Câmara Municipal	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 46.185,20
5	Praça da Sé	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 102.077,12
6	Igreja da Sé	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 66.538,00
Contribuição de despesas fixas e variáveis: trata – se valor recolhido em favor do CIGEDAS por se tratar de gestão associada de serviços públicos em razão da obrigatoriedade contribuição para o PIS/PASEP e demais despesas.			
Valor total do orçamento da executora:			R$ 455.159,06
Contribuição no percentual de 1,5% do orçamento global			R$ 6.827,39
Valor total (orçamento do serviço + 1,5%)			R$ 461.986,45

6.1- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

(X) Recurso Próprio
( ) Recurso Vinculado Estadual
( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Outros (quais?)

5. Indicação da comissão de planejamento da contratação e pela fiscalização da execução do objeto:

Para a adequada condução do procedimento, indicamos o servidor Filipe Vieira Babsky Matrícula 41.020 como membro responsável pela Comissão de Planejamento da Contratação, bem como o servidor Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48 como membro da Comissão de Fiscalização da Execução do Objeto, que atuarão conforme as disposições legais aplicáveis e acompanharão todas as fases necessárias ao bom andamento e à execução do contrato.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana 18 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Matrícula 41.020 CPF 917.652.006-44
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

8-RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 012

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Data: 18/11/2025

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N° 012

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL com o Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS para os bens culturais localizados no Município de Mariana/MG.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços técnicos especializados de elaboração de projetos executivos de Iluminação Monumental revela-se imprescindível para garantir a adequada valorização, preservação e realce dos principais bens culturais do Município de Mariana/MG, cuja relevância histórica, artística, arquitetônica e religiosa exige soluções luminotécnicas precisas, seguras e compatíveis com os padrões de proteção do patrimônio.

Os bens contemplados — Praça Minas Gerais, Igreja de São Francisco, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Câmara Municipal (Casa de Câmara e Cadeia), Praça da Sé e Igreja da Sé — constituem marcos estruturantes da identidade histórica de Mariana e representam alguns dos mais importantes exemplares do barroco mineiro. Sua iluminação atual é insuficiente, fragmentada ou tecnicamente inadequada, não atendendo aos parâmetros exigidos pelos órgãos de tutela, como IPHAN, IEPHA e pela legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural.

A elaboração de projetos executivos específicos é condição indispensável para qualquer intervenção luminotécnica futura, pois define com rigor técnico todos os elementos necessários à implantação do sistema de Iluminação Monumental, incluindo estudos luminotécnicos, instalações elétricas, compatibilidade eletromagnética, telegestão, memoriais e planilhas de materiais. Sem esses documentos, não é possível assegurar a correta execução das obras, tampouco garantir que as intervenções respeitarão as características históricas e a integridade dos bens tombados.

Além disso, a Iluminação Monumental contribui diretamente para o fortalecimento da política municipal de preservação cultural, fomentando o turismo, ampliando a percepção dos espaços públicos e reforçando o papel simbólico dos monumentos no cenário urbano. Trata-se de investimento estratégico na valorização do patrimônio, com impacto positivo na identidade cultural, na vida comunitária e no desenvolvimento econômico de Mariana.

Dessa forma, verifica-se clara, objetiva e fundamentada necessidade de contratação dos projetos executivos de Iluminação Monumental, a fim de possibilitar futura execução das obras em conformidade com as normas técnicas e diretrizes de preservação, garantindo qualidade, segurança, eficiência e respeito ao patrimônio histórico do Município.

2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

3.1 – Os serviços compreendem:

a) Levantamentos e estudos preliminares

- Levantamento fotográfico (diurno e noturno), arquitetônico e histórico dos bens culturais;
- Levantamento das condições elétricas existentes e medições luminotécnicas dos níveis atuais de iluminância;
- Reuniões com comunidade, gestores e corpo técnico municipal para alinhamento de demandas;
- Elaboração de anteprojeto luminotécnico conceitual.

b) Projeto executivo

- Projetos executivos de luminotécnica, instalações elétricas de alimentação, compatibilidade eletromagnética e telegestão;
- Plantas em CAD ou equivalente, diagramas unifilares, detalhes de fixação e arranjos;
- Memoriais descritivos e de cálculo luminotécnico (Dialux, Calculux ou similar);
- Listagem de materiais e equipamentos, com especificação de luminárias LED, drivers, cabos, quadros de comando e dispositivos de proteção;
- Planilha orçamentária consolidada e cronograma físico-financeiro;
- Compatibilização com normas técnicas da CEMIG e diretrizes dos órgãos de patrimônio.

c) Acompanhamento de aprovação

- Apoio técnico ao Município de Mariana e ao CIGEDAS na tramitação dos projetos junto ao IPHAN, IEPHA, CEMIG e demais órgãos competentes até a obtenção das aprovações necessárias.

d) Especificações técnicas mínimas

- Luminárias: LED, IP66, IK08, IRC ≥ 80, eficiência ≥ 120 lm/W, vida útil mínima de 50.000h, temperatura de cor conforme conceito (2.700K–4.000K).
- Drivers: Fator de potência ≥ 0,92, THD < 10%, proteção contra surtos ≥ 10 kV.
- Fixação: Suportes e embutidos com mínimo impacto estético e estrutural.
- Cabo elétrico: NBR 7286/7288, condutor de cobre estanhado, isolamento 750V.
- Quadros de comando: com proteção contra surtos, dispositivos DR e disjuntores termomagnéticos.
- Normas de referência: ABNT NBR 5410, 5419, 8995, 15129; CEMIG ND 3.3; IPHAN.

e) Requisitos da contratada

- Registro e situação regular no CREA-MG;

- Certificado de Registro Cadastral (CRC) da CEMIG nas categorias 0805, 0803 e 0832. Edital 4924 CP 003_24 (CIGEDAS).
- Responsável técnico com experiência comprovada em projetos de iluminação em bens tombados (com ART e CAT);
- Equipe multidisciplinar composta por engenheiro eletricista, arquiteto, técnico eletricista e especialista em luminotécnica;
- Capacidade técnica para elaboração de relatórios e projetos compatíveis com o IPHAN.

f) Produtos a serem entregues

1. Relatório de Estudos Preliminares (memorial, levantamento fotográfico, diagnóstico);
2. Projeto Executivo (plantas, diagramas, memoriais, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro);
3. Aprovação IPHAN/IEPHA (com protocolo);
4. Execução da Obra (relatórios mensais, medições, diários de obra e relatório fotográfico);

Entrega Final – "As Built", ART e termo de recebimento definitivo.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a compra, de acordo com o quantitativo abaixo:

Item	Local	Obra ou projeto	Valor
1	Praça Minas Gerais	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 90.061,14
2	Igreja de São Francisco	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 75.148,80
3	Igreja Nossa Senhora do Carmo	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 75.148,80
4	Câmara Municipal	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 46.185,20
5	Praça da Sé	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 102.077,12
6	Igreja da Sé	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 66.538,00
Contribuição de despesas fixas e variáveis: trata – se valor recolhido em favor do CIGEDAS por se tratar de gestão associada de serviços públicos em razão da obrigatoriedade contribuição para o PIS/PASEP e demais despesas.			
Valor total do orçamento da executora:			R$ 455.159,06
Contribuição no percentual de 1,5% do orçamento global			R$ 6.827,39
Valor total (orçamento do serviço + 1,5%)			R$ 461.986,45

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis e na justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a ser contratada.

Para a contratação dos serviços técnicos especializados de elaboração de projetos executivos de Iluminação Monumental para os bens culturais do Município de Mariana/MG, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar a disponibilidade de profissionais, empresas e entidades capazes de atender às especificidades técnicas, históricas e legais envolvidas na intervenção luminotécnica em bens tombados.

Constatou-se inicialmente que as edificações e praças contempladas são bens tombados ou de relevante interesse cultural, o que impõe exigências rigorosas quanto à elaboração de projetos. As soluções de iluminação devem obrigatoriamente considerar controle de ofuscamento, preservação da volumetria original, proteção de materiais históricos e atendimento às diretrizes do IPHAN, do IEPHA e da legislação municipal de proteção do patrimônio, características que restringem o universo de prestadores aptos a desenvolver projetos com esse nível de complexidade.

A análise da capacidade técnica interna da Prefeitura revelou que não há, no quadro municipal, equipe especializada em projetos de Iluminação Monumental ou com experiência comprovada em intervenções luminotécnicas voltadas a bens tombados. Tal ausência inviabiliza a execução direta do objeto pela administração e reforça a necessidade de contratação de serviços externos com expertise consolidada na área.

Na prospecção de prestadores, verificou-se que empresas privadas especializadas em Iluminação Monumental atuam majoritariamente mediante contratação direta para execução de obras, não sendo comum a manutenção de estruturas voltadas exclusivamente à elaboração de projetos executivos para bens tombados. Ademais, identificou-se que o Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS possui, em seu escopo licitado, equipe técnica habilitada para este tipo de intervenção, além de registro de preços específico para serviços de Iluminação Monumental.

A gestão consorciada via CIGEDAS apresenta-se como solução mais adequada e eficiente, uma vez que permite a padronização dos projetos, otimização dos custos, segurança jurídica na contratação e uso de equipe já qualificada, eliminando a necessidade de novo processo licitatório para formação de banco técnico.

Ressalte-se que os projetos executivos a serem contratados constituem fase preparatória essencial para posteriores licitações ou contratações voltadas à execução das obras de Iluminação Monumental. A inexistência desses projetos implicaria risco de retrabalhos, aditivos desnecessários, irregularidades técnicas e eventuais danos ou descaracterização do patrimônio protegido, comprometendo tanto a preservação quanto a eficiência da aplicação dos recursos públicos.

Diante do panorama apurado, conclui-se pela viabilidade e pertinência da contratação por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de Contrato de Programa celebrado com consórcio público para prestação associada de serviços de interesse comum, especialmente no que se refere à Iluminação Monumental de bens culturais regionalmente relevantes.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação está fundamentado na Proposta de Orçamento de Iluminação Monumental nº 057/2025, apresentada pelo CIGEDAS, e na planilha orçamentária consolidada em anexo, que consideram as áreas de cobertura, fachadas, áreas planas e perímetros do entorno dos monumentos, totalizando 11.629 m² e valor global de R$ 455.159,06 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e nove reais e seis centavos).

Sobre o orçamento da executora incide contribuição de 1,5% em favor do CIGEDAS (PIS/PASEP e demais despesas de gestão consorcial), no montante de R$ 6.827,39 (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos), resultando em valor total estimado de R$ 461.986,45 (quatrocentos e sessenta e um mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

As composições de custo, critérios de medição e desembolso financeiro encontram-se detalhados no cronograma físico-financeiro, que distribui o valor global em três etapas, com percentuais de 30%, 50% e 20%, vinculados à evolução física do serviço.

Eventuais reajustes, revisões ou repactuações observarão o que dispuser o contrato de programa a ser celebrado com o CIGEDAS e a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A solução proposta consiste na contratação, por dispensa de licitação, dos serviços técnicos especializados de elaboração de projetos executivos de Iluminação Monumental destinados aos principais bens culturais do Município de Mariana/MG, abrangendo praças e edificações tombadas ou de relevante interesse histórico e arquitetônico. A contratação será formalizada por meio de Contrato de Programa com o Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS, amparada no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a celebração de dispensa de licitação para contratações de consórcios públicos voltados à prestação associada de serviços de interesse comum.

A execução da solução contempla a elaboração completa dos projetos executivos — luminotécnico, instalações elétricas, compatibilidade eletromagnética e telegestão — com seus respectivos memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, listagens de materiais e cronograma físico-financeiro, atendendo integralmente às diretrizes do IPHAN, IEPHA e à legislação municipal de proteção do patrimônio cultural.

O CIGEDAS foi identificado como a alternativa mais eficiente e tecnicamente adequada em razão de possuir escopo já licitado, equipe multidisciplinar habilitada e experiência comprovada em intervenções especializadas em bens protegidos. Essa solução garante padronização metodológica, redução de custos, segurança jurídica, economicidade e maior controle governamental, além de permitir a utilização de registro de preços específico para Iluminação Monumental.

A contratação dos projetos executivos constitui etapa indispensável para estruturação das fases posteriores, permitindo que, após sua conclusão, o Município possa realizar licitações ou contratações para execução das obras de forma segura, precisa e aderente às exigências técnicas dos órgãos de tutela, evitando retrabalhos, aditivos indevidos e riscos de descaracterização do patrimônio.

Assim, a solução como um todo assegura a preservação, valorização e correta intervenção sobre bens culturais de extrema relevância para a identidade de Mariana, fundamentando-se em procedimento juridicamente adequado, tecnicamente consistente e alinhado ao interesse público.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

(X) Não é divisível.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação dos serviços técnicos especializados de elaboração de projetos executivos de Iluminação Monumental, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1- Disponibilização de projetos executivos completos e tecnicamente qualificados, abrangendo soluções luminotécnicas, elétricas, de compatibilidade eletromagnética e de telegestão, aptos a orientar com precisão a futura execução das obras.

2- Valorização estética, histórica e simbólica dos bens culturais, por meio de propostas de iluminação que respeitem a volumetria, os materiais originais, a ambiência urbana e as diretrizes do IPHAN, IEPHA e da legislação municipal de preservação.

3- Padronização das intervenções de Iluminação Monumental no Município, garantindo coerência técnica, eficiência energética, segurança e harmonia visual entre os monumentos e o conjunto arquitetônico de Mariana.

4- Ampliação da percepção e fruição pública dos espaços históricos, fortalecendo o turismo cultural, religioso e patrimonial e contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

5- Redução de riscos técnicos e jurídicos nas etapas futuras de execução, assegurando que as obras sejam contratadas com base em projetos completos, consistentes e devidamente aprovados pelos órgãos de tutela, evitando retrabalhos, aditivos e possíveis danos ao patrimônio.

6- Otimização dos recursos públicos, com a produção de documentos técnicos que permitam orçamentação precisa, planejamento eficiente e maior controle sobre custos e cronogramas em fases subsequentes.

7- Melhoria da segurança e da ambiência noturna nas áreas de entorno dos monumentos, por meio de soluções modernas, eficientes e adequadas ao contexto histórico.

8- Consolidação de uma política municipal de Iluminação Monumental, permitindo que o Município estabeleça diretrizes técnicas permanentes e replicáveis para intervenções futuras em seu acervo cultural.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

Antes da celebração do contrato para a elaboração dos projetos executivos de Iluminação Monumental, a Administração deverá adotar uma série de providências indispensáveis para assegurar a regularidade, a motivação e a aderência jurídica do procedimento. Inicialmente, caberá à unidade requisitante formalizar a demanda, apresentando a justificativa técnica da necessidade, a descrição detalhada do objeto e a indicação dos bens culturais a serem contemplados. Em seguida, deverá ser elaborado o Termo de Referência, contendo todas as especificações técnicas exigidas, os parâmetros luminotécnicos compatíveis com bens tombados e as diretrizes estabelecidas pelo IPHAN, IEPHA e legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural.

Também deverá ser comprovada a aderência da solução ao escopo de atuação do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS, demonstrando que o consórcio possui instrumentos jurídicos vigentes, registro de preços aplicável e equipe técnica habilitada para a prestação dos serviços. Nessa etapa, a Administração deverá registrar formalmente a justificativa para a escolha do consórcio e para o enquadramento da contratação por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

O processo deverá incluir também o levantamento de mercado que evidencie a necessidade de contratação externa, diante da inexistência, no quadro municipal, de equipe especializada em Iluminação Monumental para bens tombados. Será igualmente necessária a elaboração da análise de riscos, identificando potenciais impactos técnicos, jurídicos e operacionais e estabelecendo as medidas

preventivas e corretivas pertinentes. Após isso, a Administração deverá verificar a disponibilidade orçamentária, realizando a reserva da dotação correspondente e emitindo a declaração de adequação orçamentária e financeira.

Com essas etapas concluídas, será obrigatório obter as autorizações internas das autoridades competentes, bem como a manifestação jurídica favorável à contratação por dispensa, garantindo a conformidade do procedimento com o regime da Lei nº 14.133/2021. A Administração deverá ainda conferir a documentação atualizada do consórcio, incluindo contrato de programa, regulamentos e atas que embasam a contratação. Somente após a completa instrução do processo administrativo, com a juntada de todos os documentos exigidos, será possível notificar formalmente o CIGEDAS para apresentação da proposta final, do cronograma físico-financeiro e dos demais anexos necessários à formalização do instrumento contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

(X) Não.
( ) Sim

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

( ) Não.
(X) Sim.

A implantação de sistemas de Iluminação Monumental em bens culturais pode gerar determinados impactos ambientais que, embora geralmente de baixa magnitude quando planejados adequadamente, devem ser identificados e mitigados desde a fase de concepção dos projetos executivos. Entre os

principais efeitos potenciais, destaca-se inicialmente o aumento do consumo de energia elétrica, o que pode intensificar a demanda sobre a infraestrutura local e ampliar a pegada energética do Município. A adoção de tecnologias LED, telegestão e equipamentos de alta eficiência é fundamental para minimizar esse impacto.

Outro aspecto relevante refere-se à poluição luminosa, que pode alterar o ambiente noturno, afetar a fauna local (especialmente aves, insetos e morcegos) e comprometer a visualização do céu. A intensidade inadequada da luz, o direcionamento incorreto dos feixes e o uso de temperaturas de cor impróprias podem gerar impactos visuais indesejados tanto para o ambiente natural quanto para a paisagem cultural. Por isso, a elaboração dos projetos deve priorizar luminárias com controle preciso de ofuscamento, feixes focados e temperaturas de cor compatíveis com ambientes históricos.

A fase de implantação da obra poderá gerar impactos temporários, como ruídos, circulação de equipes, possível interferência no fluxo de pedestres e veículos e pequenas escavações pontuais para instalação de dutos e cabos, o que demanda cuidados específicos para evitar danos às raízes de árvores, ao solo, à vegetação existente e às estruturas históricas. A manipulação inadequada de resíduos, como embalagens, cabos e materiais elétricos, também pode acarretar impactos à limpeza urbana, exigindo gestão apropriada de resíduos sólidos e descarte ambientalmente correto.

Por fim, destaca-se que os impactos ambientais podem ser significativamente reduzidos quando os projetos são elaborados de forma adequada, com base em critérios de sustentabilidade, eficiência energética, respeito ao patrimônio cultural e observância às normas ambientais e urbanísticas. A identificação prévia desses impactos, somada à adoção de medidas mitigadoras, assegura uma intervenção harmônica, segura e ambientalmente responsável.

13. CONCLUSÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 7 "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
(X) Sim.

Mariana, 18 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

Serão devidamente considerados, na elaboração do Termo de Referência e do contrato, os riscos identificados e classificados no Mapa de Riscos, de modo a subsidiar a adoção de medidas preventivas, mitigar possíveis impactos à execução contratual e assegurar o cumprimento do planejamento institucional.

MAPA DE RISCO

RISCO 1			
Não cumprimento do contrato por parte do contratado (cancelamento ou qualidade inferior à esperada)			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Impacto negativo e prejuízo financeiro.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Inclusão de cláusulas contratuais prevendo penalidades por descumprimento e pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.		Fiscal administrativo do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade.		Gestor do contrato

RISCO 2			
Ausência de clareza na especificação dos serviços a serem prestados			
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Descumprimento, pela contratada, de obrigações previstas em contrato.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Divergências entre as partes sobre o que foi contratado.		Gestor do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Elaboração detalhada do termo de referência, incluindo duração do show, requisitos técnicos e logística.		Gestor do contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

Contratação de serviços técnicos especializados de ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL com o Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS para os bens culturais localizados no Município de Mariana/MG.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1) Tipo de licitação: Nos termos do art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, justifica-se a dispensa de licitação.

2) Exclusividade/Benefício ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte (Art. 48, Lei complementar 123/2006): Não se aplica.

3) Condição de Serviço/Bem comum: Os bens a serem adquiridos são bens comuns.

4) Contato do responsável: Secretário de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer
Telefone: 3558-2315 email: cultura@mariana.mg.gov.br

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços técnicos especializados de elaboração de projetos executivos de Iluminação Monumental revela-se imprescindível para garantir a adequada valorização, preservação e realce dos principais bens culturais do Município de Mariana/MG, cuja relevância histórica, artística, arquitetônica e religiosa exige soluções luminotécnicas precisas, seguras e compatíveis com os padrões de proteção do patrimônio.

Os bens contemplados — Praça Minas Gerais, Igreja de São Francisco, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Câmara Municipal (Casa de Câmara e Cadeia), Praça da Sé e Igreja da Sé — constituem marcos estruturantes da identidade histórica de Mariana e representam alguns dos mais importantes exemplares do barroco mineiro. Sua iluminação atual é insuficiente, fragmentada ou tecnicamente inadequada, não atendendo aos parâmetros exigidos pelos órgãos de tutela, como IPHAN, IEPHA e pela legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural.

A elaboração de projetos executivos específicos é condição indispensável para qualquer intervenção luminotécnica futura, pois define com rigor técnico todos os elementos necessários à implantação do sistema de Iluminação Monumental, incluindo estudos luminotécnicos, instalações elétricas, compatibilidade eletromagnética, telegestão, memoriais e planilhas de materiais. Sem esses documentos, não é possível assegurar a correta execução das obras, tampouco garantir que as intervenções respeitarão as características históricas e a integridade dos bens tombados.

Além disso, a Iluminação Monumental contribui diretamente para o fortalecimento da política municipal de preservação cultural, fomentando o turismo, ampliando a percepção dos espaços públicos e reforçando o papel simbólico dos monumentos no cenário urbano. Trata-se de investimento estratégico na valorização do patrimônio, com impacto positivo na identidade cultural, na vida comunitária e no desenvolvimento econômico de Mariana.

Dessa forma, verifica-se clara, objetiva e fundamentada necessidade de contratação dos projetos executivos de Iluminação Monumental, a fim de possibilitar futura execução das obras em conformidade com as normas técnicas e diretrizes de preservação, garantindo qualidade, segurança, eficiência e respeito ao patrimônio histórico do Município.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

Para a adequada instrução do processo, informamos que será necessária a aquisição conforme o quantitativo abaixo:

Item	Local	Obra ou projeto	Valor
1	Praça Minas Gerais	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 90.061,14
2	Igreja de São Francisco	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 75.148,80
3	Igreja Nossa Senhora do Carmo	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 75.148,80
4	Câmara Municipal	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 46.185,20
5	Praça da Sé	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 102.077,12
6	Igreja da Sé	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 66.538,00
Contribuição de despesas fixas e variáveis: trata – se valor recolhido em favor do CIGEDAS por se tratar de gestão associada de serviços públicos em razão da obrigatoriedade contribuição para o PIS/PASEP e demais despesas.			
Valor total do orçamento da executora:			R$ 455.159,06
Contribuição no percentual de 1,5% do orçamento global			R$ 6.827,39
Valor total (orçamento do serviço + 1,5%)			R$ 461.986,45

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A solução proposta consiste na contratação, por dispensa de licitação, dos serviços técnicos especializados de elaboração de projetos executivos de Iluminação Monumental destinados aos principais bens culturais do Município de Mariana/MG, abrangendo praças e edificações tombadas ou de relevante interesse histórico e arquitetônico. A contratação será formalizada por meio de Contrato de Programa com o Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável

das Vertentes – CIGEDAS, amparada no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a celebração de dispensa de licitação para contratações de consórcios públicos voltados à prestação associada de serviços de interesse comum.

A execução da solução contempla a elaboração completa dos projetos executivos — luminotécnico, instalações elétricas, compatibilidade eletromagnética e telegestão — com seus respectivos memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, listagens de materiais e cronograma físico-financeiro, atendendo integralmente às diretrizes do IPHAN, IEPHA e à legislação municipal de proteção do patrimônio cultural.

O CIGEDAS foi identificado como a alternativa mais eficiente e tecnicamente adequada em razão de possuir escopo já licitado, equipe multidisciplinar habilitada e experiência comprovada em intervenções especializadas em bens protegidos. Essa solução garante padronização metodológica, redução de custos, segurança jurídica, economicidade e maior controle governamental, além de permitir a utilização de registro de preços específico para Iluminação Monumental.

A contratação dos projetos executivos constitui etapa indispensável para estruturação das fases posteriores, permitindo que, após sua conclusão, o Município possa realizar licitações ou contratações para execução das obras de forma segura, precisa e aderente às exigências técnicas dos órgãos de tutela, evitando retrabalhos, aditivos indevidos e riscos de descaracterização do patrimônio.

Assim, a solução como um todo assegura a preservação, valorização e correta intervenção sobre bens culturais de extrema relevância para a identidade de Mariana, fundamentando-se em procedimento juridicamente adequado, tecnicamente consistente e alinhado ao interesse público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

5.1 – Os serviços compreendem:

a) Levantamentos e estudos preliminares

- Levantamento fotográfico (diurno e noturno), arquitetônico e histórico dos bens culturais;
- Levantamento das condições elétricas existentes e medições luminotécnicas dos níveis atuais de iluminância;
- Reuniões com comunidade, gestores e corpo técnico municipal para alinhamento de demandas;
- Elaboração de anteprojeto luminotécnico conceitual.

b) Projeto executivo

- Projetos executivos de luminotécnica, instalações elétricas de alimentação, compatibilidade eletromagnética e telegestão;
- Plantas em CAD ou equivalente, diagramas unifilares, detalhes de fixação e arranjos;
- Memoriais descritivos e de cálculo luminotécnico (Dialux, Calculux ou similar);
- Listagem de materiais e equipamentos, com especificação de luminárias LED, drivers, cabos, quadros de comando e dispositivos de proteção;
- Planilha orçamentária consolidada e cronograma físico-financeiro;
- Compatibilização com normas técnicas da CEMIG e diretrizes dos órgãos de patrimônio.

c) Acompanhamento de aprovação

- Apoio técnico ao Município de Mariana e ao CIGEDAS na tramitação dos projetos junto ao IPHAN, IEPHA, CEMIG e demais órgãos competentes até a obtenção das aprovações necessárias.

d) Especificações técnicas mínimas

- Luminárias: LED, IP66, IK08, IRC ≥ 80, eficiência ≥ 120 lm/W, vida útil mínima de 50.000h, temperatura de cor conforme conceito (2.700K–4.000K).
- Drivers: Fator de potência ≥ 0,92, THD < 10%, proteção contra surtos ≥ 10 kV.
- Fixação: Suportes e embutidos com mínimo impacto estético e estrutural.
- Cabo elétrico: NBR 7286/7288, condutor de cobre estanhado, isolamento 750V.
- Quadros de comando: com proteção contra surtos, dispositivos DR e disjuntores termomagnéticos.
- Normas de referência: ABNT NBR 5410, 5419, 8995, 15129; CEMIG ND 3.3; IPHAN.

e) Requisitos da contratada

- Registro e situação regular no CREA-MG;
- Certificado de Registro Cadastral (CRC) da CEMIG nas categorias 0805, 0803 e 0832. Edital 4924 CP 003_24 (CIGEDAS).
- Responsável técnico com experiência comprovada em projetos de iluminação em bens tombados (com ART e CAT);

- Equipe multidisciplinar composta por engenheiro eletricista, arquiteto, técnico eletricista e especialista em luminotécnica;
- Capacidade técnica para elaboração de relatórios e projetos compatíveis com o IPHAN.

f) Produtos a serem entregues

1. Relatório de Estudos Preliminares (memorial, levantamento fotográfico, diagnóstico);
2. Projeto Executivo (plantas, diagramas, memoriais, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro);
3. Aprovação IPHAN/IEPHA (com protocolo);
4. Execução da Obra (relatórios mensais, medições, diários de obra e relatório fotográfico);

Entrega Final – "As Built", ART e termo de recebimento definitivo.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma integralmente técnica e sequenciada, iniciando-se pela reunião de alinhamento entre a equipe municipal e o CIGEDAS, seguida do levantamento in loco dos bens culturais para coleta de dados, medições, registros fotométricos e análise das condições estruturais e elétricas existentes. Com base nessas informações, o consórcio desenvolverá as soluções de Iluminação Monumental, elaborando os projetos executivos completos — luminotécnico, instalações elétricas, compatibilidade eletromagnética e telegestão — acompanhados dos respectivos memoriais, planilhas orçamentárias, listagens de materiais e cronograma.

Os documentos técnicos serão entregues em etapas, permitindo validação e ajustes pela Administração e, quando necessário, encaminhamento aos órgãos de tutela (IPHAN e IEPHA) para anuência. Após a aprovação final, o CIGEDAS entregará todo o pacote técnico definitivo, apto a subsidiar futuras licitações ou contratações para execução das obras, garantindo precisão, segurança e conformidade com as normas de preservação do patrimônio cultural.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para a celebração de contrato de programa com consórcio público destinado à execução de serviços de interesse comum. Assim, a escolha do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS decorre diretamente de sua habilitação legal e institucional para atuar em demandas de caráter regional relacionadas ao desenvolvimento urbano, ambiental e cultural, incluindo serviços técnicos especializados como a elaboração de projetos de Iluminação Monumental.

O critério de seleção baseia-se na competência técnica comprovada do consórcio, que possui escopo previamente licitado, equipe especializada, regulamentação específica e estrutura operacional adequada para atender às exigências do objeto. A aderência entre o serviço demandado e as finalidades

estatutárias do CIGEDAS, associada à ausência de corpo técnico equivalente na estrutura municipal, justifica a contratação e assegura economicidade, padronização, eficiência e segurança jurídica.

Dessa forma, a escolha do CIGEDAS não resulta de comparação concorrencial entre empresas privadas, mas sim da verificação objetiva de que o consórcio público é o ente legitimamente competente e tecnicamente apto para a prestação do serviço, conforme autorizado pela legislação.

8. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2. HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.
Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar dos procedimentos licitatórios

8.4. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração atestando que a pessoa jurídica a ser contratada não emprega servidor público.

c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

9. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não se aplica a essa contratação.

10. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

- Elaboração do projeto: até 60 dias por monumento;
- Execução da obra: até 120 dias após aprovação do projeto e liberação da área.

O recebimento definitivo ocorrerá após:
- Entrega dos projetos aprovados pelos órgãos competentes;
- Teste de funcionamento integral do sistema;
- Entrega de relatório final, ART e termo de garantia dos equipamentos.

11. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

A contratada deverá assegurar a plena execução dos serviços contratados, garantindo a qualidade técnica, a segurança operacional e o cumprimento integral do objeto, conforme os padrões exigidos pela Administração Pública. Todos os serviços prestados deverão observar rigorosamente as especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos do processo, assegurando resultados compatíveis com as necessidades e expectativas da Secretaria demandante.

A empresa deverá garantir, ainda, que todos os profissionais envolvidos na execução das atividades possuam qualificação técnica adequada, experiência comprovada e treinamento específico para o desempenho de suas funções, assumindo integral responsabilidade por quaisquer danos decorrentes de falhas, omissões ou inadequações nos serviços prestados.

Caso sejam identificadas irregularidades, vícios, interrupções indevidas ou qualquer desconformidade com as especificações contratuais, a contratada ficará obrigada a realizar, às suas expensas, todos os reparos, ajustes, substituições ou correções necessárias, no prazo determinado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

A contratada se compromete, também, a manter toda a infraestrutura e equipamentos necessários em perfeito funcionamento, bem como a adotar todas as medidas preventivas e corretivas que assegurem a continuidade e a qualidade da execução. O descumprimento injustificado das garantias previstas poderá ensejar a rescisão contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de responsabilizações administrativas, civis e penais.

Por fim, a empresa deverá assegurar total conformidade com as normas técnicas pertinentes, a legislação vigente, os regulamentos municipais e as orientações expedidas pela Administração, garantindo que a execução do serviço ocorra de forma segura, regular e eficiente.

12. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

12.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria de Cultura Patrimonial, Turismo e Lazer.

12.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as descrições contidas nesse Termo de Referência.

12.3. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE.

12.4. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço. Ficarão por conta da CONTRATADA todos os impostos, taxas, seguros, transportes, materiais de higienização e demais custos necessários a completa disponibilização do objeto.

12.5. Executar fielmente este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e suas alterações.

12.6. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.7. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

13.1. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

13.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas no Termo de Referência;

13.3. Avaliar a qualidade dos serviços prestados por ocasião pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos Nesse Termo de Referência;

13.5. Emitir Autorização de Fornecimento, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA

13.6. Rejeitar o serviço no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7. Atestar, para fins de pagamento da franquia, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço. Exercer a Fiscalização da contratação.

13.8. Reservar à fiscalização da Secretaria o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto nesse Termo de Referência e em tudo o mais que se relacione com o Objeto dessa contratação, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s). Fiscal (is) correspondentes ao fornecimento, acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

14.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Não se aplica a essa contratação

15. FISCALIZAÇÃO

15.1 O Município de Mariana exercerá a fiscalização por meio do servidor designado, Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48, plenamente capacitado para a função, tendo em vista sua experiência como fiscal de diversos contratos no âmbito desta Secretaria e o exercício de cargo de coordenação. Em caso de sinistro, caberá ao referido servidor entrar em contato com a empresa contratada para averiguar a ocorrência. Constatada qualquer irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados de forma in loco pelo servidor designado, durante a realização do show, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada. A fiscalização abrangerá, dentre outros aspectos, a execução do serviço conforme as especificações técnicas, o cumprimento de normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a qualidade geral da prestação do serviço.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência de 12 meses.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica a essa contratação.

18. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

Não se aplica a essa contratação.

19. SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos termos do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21:

19.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

19.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 01% (um por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 10% (dez por cento);

c) 02% (dois por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 20% (vinte por cento);
Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

19.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4° da Lei n° 14.133/21.

19.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

20. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação de serviços técnicos especializados de ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL com o Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS para os bens culturais localizados no Município de Mariana/MG, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 19 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

ORÇAMENTO PROJETO DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL Nº 057/2025

ENTIDADE PROPONENTE: CIGEDAS - Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes CNPJ Nº: 01.098.929/0001-68 com sede na Rua Operário Uriel de Moura Ferreira,31, Vila Maria (Bonfim) São João Del Rei – MG – CEP: CEP 36.302-084 TEL.: (32)3373-2355

DADOS BANCÁRIOS: CONTA-CORRENTE nº: 76743-3 BANCO DO BRASIL AG:0162-7

RESPONSÁVEL LEGAL: José Antônio do Nascimento

MUNICÍPIO CONTRATANTE: Mariana

EXECUTORA: ENCEL ENGENHARIA DE CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 17.216.268/0001-68 , com sede a Rua Araguari, nº 1.705, Sala 606, Bairro Santo Agostinho na cidade de Belo Horizonte – MG

OBJETO: Serviços de elaboração de projetos elétricos executivos para Iluminação Monumental.

Processo Licitatório Nº 049/2024
Concorrência nº 003/2024 – "Registro de Preços"
Ata N° 017/2024

Item	Local	Obra ou projeto	Valor
1	Praça Minas Gerais	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 90.061,14
2	Igreja de São Francisco	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 75.148,80
3	Igreja Nossa Senhora do Carmo	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 75.148,80
4	Câmara Municipal	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 46.185,20
5	Praça da Sé	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 102.077,12
6	Igreja da Sé	Projeto - Iluminação Monumental	R$ 66.538,00

Contribuição de despesas fixas e variáveis: trata – se valor recolhido em favor do CIGEDAS por se tratar de gestão associada de serviços públicos em razão da obrigatoriedade contribuição para o PIS/PASEP e demais despesas.

Valor total do orçamento da executora:	R$ 455.159,06
Contribuição no percentual de 1,5% do orçamento global	R$ 6.827,39
Valor total (orçamento do serviço + 1,5%)	**R$ 461.986,45**

Prazo de execução de projeto: conforme cronograma físico – financeiro e liberação de desligamento por parte da CEMIG.

Prazo de confecção de projeto: conforme contrato e cronograma físico – financeiro.

Condições de pagamento: conforme medição e cláusulas contratuais.

Anexos: Planilha orçamentária e Cronograma Físico Financeiro.

São João Del Rei, 06 de outubro de 2025.

Assinam:

Responsável CIGEDAS:

Responsável ENCEL Engenharia :

ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES – CIGEDAS VERTENTES

TÍTULO I
DO CONSÓRCIO E DOS CONSORCIADOS

Patrícia Fernanda Oliveira Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

CAPITULO I
DA DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO E DA SUA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES, CIGEDAS VERTENTES, FORMADO PELOS MUNICÍPIOS DE BARROSO, CARRANCAS, CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS, CORONEL XAVIER CHAVES, DORES DE CAMPOS, LAGOA DOURADA, IBITURUNA, MADRE DE DEUS DE MINAS, NAZARENO, PIEDADE DO RIO GRANDE, PRADOS, RESENDE COSTA, RITÁPOLIS, SANTA CRUZ DE MINAS, SÃO JOÃO DEL-REI, SÃO TIAGO e TIRADENTES** é pessoa jurídica de direito público interno, constituído na forma de associação pública de natureza autárquica interfederativa, sem fins econômicos, regulado pela Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, pelo Contrato de Consórcio e por este Estatuto.

Parágrafo único. A sigla CIGEDAS VERTENTES é equivalente à denominação de que trata este capítulo, podendo ser utilizada em quaisquer atos ou documentos que para os fins legais, não exijam menção ao nome completo da entidade.

Art. 2º O presente Consórcio foi constituído por autorização legislativa prévia dos municípios que subscreveram o Protocolo de Intenções, tendo as Câmaras Legislativas autorizado a participação dos entes consorciados de Barroso - Lei Municipal nº 2.452 de 15 de julho de 2013, Carrancas - Lei Municipal nº 1.423 de 12 de julho de 2013, Conceição da Barra De Minas - Lei Municipal nº 1.182 de 11 de junho de 2013, Coronel Xavier Chaves - Lei Municipal nº 1.045 de 25 de julho de 2013, Dores de Campos, Lei Municipal nº 1.184 de 07 de agosto de 2013, Lagoa Dourada - Lei Municipal nº 1.909 de 02 de agosto de 2013, Ibituruna - Lei Municipal nº 977 de 04 de julho de 2013, Madre de Deus de Minas - Lei Municipal nº 1.096 de 10 de julho de 2013, Nazareno - Lei Municipal nº 1.435 de 26 de junho de 2013, Piedade do Rio Grande - Lei Municipal nº 1.353 de 05 de junho de 2013, Prados – Lei Municipal nº 2.088 de 05 de agosto de 2013, Resende Costa - Lei Municipal nº 3.708 de 16 de julho de 2013, Ritápolis - Lei Municipal nº 1.281 de 08 de julho de 2013, Santa Cruz de Minas - Lei Municipal nº 856 de 12 de julho de 2013, São João Del Rei - Lei Municipal nº 4.919 de 16 de julho de 2013, São Tiago - Lei Municipal nº 2.503 de 13 de junho de 2013 e Tiradentes - Lei nº 2.812 de 26 de junho de 2013.

CAPÍTULO II
DO PRAZO, DA LOCALIZAÇÃO E DA SUA SEDE

Art. 3º O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

Art. 4º A sede do Consórcio será no Município de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais, à Av. Leite de Castro, 1364, Fábricas, ficando autorizado o desenvolvimento de atividades instaladas em escritórios ou outro tipo de unidade localizado em outro Município Consorciado.

Parágrafo único. A sede do Consórcio poderá ser alterada por solicitação escrita de qualquer ente consorciado, mediante decisão da Assembleia Geral, devidamente fundamentada, com voto da maioria absoluta dos municípios consorciados.

Patrícia Fernanda Oliveira Alves
Sub-Oficial
Títulos e Pessoas Jurídicas

CAPÍTULO III
DOS CONSORCIADOS

Art. 5º São considerados municípios consorciados aqueles que, por meio de seus representantes legais, subscreveram o Protocolo de Intenções para a constituição e o ratificaram por lei, ou para aqueles que antes de subscreverem o Protocolo de Intenções, disciplinaram por lei sua participação.

Art. 6º A constituição do presente Consórcio não gera direitos ou obrigações recíprocas entre seus consorciados.

Parágrafo único. Os consorciados não são titulares de quota ou fração ideal do patrimônio do Consórcio, sendo inválido qualquer negócio jurídico que as tenham como objeto.

Art. 7º Qualquer ente da Federação que desejar integrar o Consórcio, cujo nome não tenha constado do Protocolo de Intenções, somente poderá fazê-lo mediante alteração do Contrato do Consórcio, aprovado em Assembleia Geral convocada para este fim, com votação da maioria absoluta dos consorciados, e ratificada por lei do Município interessado em integrar o Consórcio.

SESSÃO I
Da Retirada e da Exclusão

Art. 8º Os Consorciados poderão se retirar do Consórcio mediante comunicação formal entregue em Assembleia Geral, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias e com prévia autorização do legislativo municipal.

§ 1º Os bens destinados pelo Consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, salvo em caso de extinção do Consórcio.

§ 2º A retirada não prejudicará o cumprimento das obrigações já assumidas entre o Consorciado que se retira e o Consórcio.

Art. 9º A comunicação de retirada a ser apresentada em Assembleia Geral deverá conter expressamente:

I – qualificação e a assinatura do Chefe do Executivo do ente consorciado que se retira, bem como os motivos que a ensejaram;

II – declaração de estar ciente de que a retirada não prejudicará o cumprimento das obrigações já assumidas entre o Consorciado que se retira e o Consórcio.

III- Cópia da Lei Municipal autorizando a retirada do Município do Consórcio.

Parágrafo único. A retirada do ente consorciado somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês subsequente à data da Assembleia Geral em que for apresentada.

Art. 10. A exclusão de ente consorciado só será admissível havendo justa causa e após decorrido o prazo de suspensão, sem que tenha ocorrido a reabilitação do ente consorciado.

Art. 11. Considera-se justa causa, para os fins de que trata o art. 10 deste Estatuto, dentre outras as seguintes:

I – a não inclusão, pelo ente Consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que devam ser assumidas por meio de Contrato de Rateio para o custeio do Consórcio;

II - o atraso injustificado no cumprimento das obrigações financeiras com o Consórcio;

Patrícia Fernanda Oliveira Alves
Sub-Oficial
...umentos e Pessoas Jurídicas

III - a desobediência às cláusulas previstas:

a) no Contrato de Consórcio Público;

b) no Estatuto;

c) no Contrato de Rateio;

d) no Contrato de Programa;

e) nas Deliberações da Assembleia Geral;

f) na proposta de reabilitação.

IV - O atraso, ainda que justificado, no cumprimento das obrigações financeiras com o Consócio, superior a 60 (sessenta dias) dias consecutivos ou intercalados.

Art. 12. A exclusão prevista no inciso I do art. 11 somente poderá ocorrer após prévia suspensão, período em que o Consorciado poderá se reabilitar.

§ 1º. A reabilitação se dará mediante comprovação à Assembleia Geral de dotação de crédito adicional suficiente para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio.

§ 2.º A justificativa do atraso deverá ser formalizada e encaminhada à Assembleia Geral, com exposição de motivos relevantes e de interesse público que obstaram o cumprimento da obrigação, acompanhada de proposta de adimplência.

Art. 13. Poderá ser excluído do Consórcio o ente que, sem autorização dos demais consorciados, subscrever protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades, a juízo da maioria da Assembleia Geral, iguais, assemelhadas ou incompatíveis.

Art. 14. Após o período de suspensão de que tratam os §§ 1º, 2º do art. 12, deste Estatuto, sem que o ente consorciado tenha se reabilitado, será instaurado o procedimento de exclusão, mediante portaria do Presidente do Consórcio, da qual deverá constar:

I - a descrição sucinta dos fatos, nos termos do art. 11 deste Estatuto;

II - as penas a que está sujeito o Consorciado e;

III - os documentos e outros meios de prova.

Art. 15. O representante legal do município será notificado a oferecer defesa prévia em 15 (quinze) dias, sendo-lhe fornecida cópia da portaria de instauração do procedimento, bem como franqueado o acesso, por si ou seu advogado.

Art. 16. A notificação será realizada pessoalmente ao consorciado ou a quem o represente.

Art. 17. O prazo para a defesa contar-se-á a partir do primeiro dia útil que se seguir à juntada da cópia da notificação devidamente assinada, aos autos.

Art. 18. Mediante requerimento do interessado, devidamente motivado, poderá o Presidente prorrogar o prazo para defesa em mais 15 (quinze) dias.

Art. 19. A apreciação da defesa e de eventual instrução caberá ao Presidente do Consórcio, na condição de relator.

Parágrafo único. Relatados, os autos serão submetidos à Assembleia Geral, com a indicação de, ao menos, uma das imputações e as penas consideradas cabíveis.

Art. 20. Concluído o Relatório, serão os autos encaminhados à Assembleia Geral para julgamento, que seguirá o procedimento abaixo:

I - leitura da Portaria de Instauração do procedimento, da defesa e do Relatório final;

II - apresentação das alegações finais orais do consorciado infrator, pelo prazo de 15 (quinze) minutos, podendo ser prorrogado por uma única vez e por igual prazo, a requerimento do interessado;

III – terminado os debates seguir-se-á o julgamento, por meio de votação aberta e nominal, decidindo-se acerca da culpabilidade do infrator e da penalidade a lhe ser aplicada na medida da sua culpabilidade, exigindo-se para a aplicação da pena de exclusão o *quorum* de maioria absoluta dos membros do consórcio;

IV – decidindo a Assembleia pela absolvição do consorciado de todas as acusações, será o procedimento encerrado, determinando-se seu arquivamento e baixa.

V – A pena de exclusão produzirá seus efeitos imediatamente, perdendo o consorciado apenado o direito a voz e voto na Assembleia Geral.

§ 1º. O Presidente do Consórcio presidirá o julgamento e votará por último somente se não for atingido o

quorum mínimo para deliberação ou desempate.

§ 2º. Será garantida, na sessão de julgamento, a presença de advogado do Consorciado, do contraditório até a tréplica, em períodos de quinze minutos, sendo após, proferida a decisão.

Art. 21. Das decisões condenatórias caberá recurso de reconsideração à Assembleia Geral, dirigido ao Presidente do Consórcio.

§ 1°. O recurso deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação da decisão.

§ 2°. O recurso tratado no *caput* deste artigo será recebido somente no efeito devolutivo.

§ 3°. Interposto o recurso, será o mesmo apreciado na primeira sessão da Assembleia Geral que se seguir, seja ordinária ou extraordinária, processando-se na forma prevista nesta subseção.

Art. 22. Aos casos omissos aplicar-se-á subsidiariamente o Código de Processo Civil e a Lei Federal 9.784, de 29 de janeiro de 1999 ou outra que a suceda ou substitua.

Fabiana Fernanda Caixeta Alves
Sub-Oficial
Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

CAPITULO IV
DA FINALIDADE

Art. 23. O Consórcio tem como finalidade a gestão e desenvolvimento socioambiental sustentável dos resíduos sólidos, saneamento básico e recursos hídricos, de acordo com as Leis Federais e Decretos, Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que instituiu a política nacional de resíduos sólidos, e Decreto Federal nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida lei, Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que instituiu a política nacional de saneamento básico, e Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a política nacional de recursos hídricos, alterações e regulamentações que as sucedam, bem como o Contrato de Consórcio e o presente Estatuto.

TÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPITULO I
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 24. O Consórcio terá a seguinte estrutura básica, que obedecerá às disposições estatutárias de associação pública:

1) ASSEMBLÉIA GERAL
2) DIRETORIA EXECUTIVA
3) CONSELHO FISCAL
4) SECRETARIA EXECUTIVA

5) CONSELHO TÉCNICO

CAPÍTULO II
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 25. A Assembleia Geral, instância máxima de deliberação do consórcio, será convocada pelo Presidente do Consórcio ou por 1/3 (um terço) dos consorciados que encaminharão pedido ao Presidente que fica obrigado a realizá-la.

Art. 26. As Assembleias Ordinárias serão convocadas mediante edital publicado no quadro de avisos da sede do Consórcio e no *site* do Consórcio na Internet, e correspondência dirigida ao consorciado, dele devendo constar:

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

I – os nomes dos consorciados que convocaram a Assembleia;

II – local, hora e data da Assembleia;

III – a pauta da Assembleia;

IV – no caso de apreciação de contas ou relatórios, deverão os mesmos ser disponibilizados integralmente no *site* do Consórcio na Internet, com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da data da Assembleia;

§ 1°. As Assembleias Ordinárias realizar-se-ão pelo menos duas vezes ao ano, nos meses de março e setembro, devendo ser convocadas com a antecedência mínima de 15 dias.

§ 2°. O edital de convocação da Assembleia deverá permanecer exposto no Quadro de Avisos do Consórcio e no *site* da Internet até a data de realização da respectiva Assembleia.

§ 3º. Caso seja necessário o cancelamento da data de uma Assembleia, o aviso deverá ocorrer motivada e justificadamente com antecedência mínima de 3 (três) dias da data de realização da Assembleia, devendo receber o mesmo tratamento de divulgação do parágrafo anterior.

Art. 27. As Assembleias Extraordinárias serão realizadas a qualquer tempo, e sempre que necessário, e convocadas na forma prevista neste capítulo, comunicando-se também por escrito cada um dos consorciados, ou seus representantes substitutos.

§ 1°. A notificação mencionada no *caput* deste artigo deverá ser realizada em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do início da Assembleia Extraordinária, cuja comprovação deverá ser publicada no site e afixada no quadro de avisos do consórcio.

§ 2°. A Assembleia Extraordinária somente se realizará com o comparecimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos consorciados, em primeira convocação, e, meia hora depois com qualquer número de participantes.

Art. 28. A Assembleia Geral será instalada com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados, presidida pelo Presidente do Consórcio ou por quem legalmente o substitua,

restringindo-se à discussão dos assuntos da pauta de convocação, até que se obtenha o quorum de deliberação.

§1º. Em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

§2º. Cada ente consorciado terá direito a um voto e as decisões poderão ser tomadas por aclamação, ou escrutínio secreto.

§3º. Somente terão direito a voto o Prefeito do município associado e o Vice-prefeito, previamente cadastrado e desde que o consorciado esteja em dia com suas obrigações consorciais e pecuniárias.

§4º. Para as deliberações relacionadas à destituição dos membros da Diretoria, exclusão do consórcio e alteração do Contrato de Consórcio e do Estatuto, bem como dissolução do Consórcio será exigida a votação da maioria absoluta dos representantes dos entes consorciados.

§5º. Nas demais decisões a votação poderá se dar por maioria simples, nos casos em que não for exigida maioria qualificada por este estatuto.

Patrícia Fernanda Oliveira Reis
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

§6º. Não será matéria de aprovação, assuntos não previstos no edital de convocação.

§7º. Em hipótese alguma será admitido o voto por procuração.

Art. 29. A Assembleia Geral deliberará por maioria simples dos votos dos consorciados presentes, respeitados os demais *quoruns* estabelecidos no referido Estatuo ou Contrato de Consórcio.

§ 1º. A decisão final nos processos de exclusão de ente consorciado dar-se-á por voto da maioria absoluta dos membros Consorciados.

§ 2º A aprovação da cessão de servidores com ou sem ônus para o Consórcio dar-se-á mediante decisão da maioria absoluta dos Consorciados.

§ 3º Compete a Assembleia Geral deliberar em última instância sobre as decisões do Consórcio.

§ 4º. As abstenções não serão computadas para qualquer fim.

Art. 30. A votação para alteração do Contrato do Consórcio e do seu Estatuto será feita individualmente para cada artigo, inciso, parágrafo e suas alíneas, respeitada sempre esta ordem.

§ 1º. Para a votação tratada neste artigo será previamente enviada, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, cópia do texto proposto para cada um dos Consorciados com direito a voto, sendo lida antes de iniciada a referida votação pelo Presidente da Assembleia.

§ 2º. O quorum para alteração é de maioria absoluta dos Consorciados.

Art. 31. Antes de iniciada cada votação será assegurado a qualquer Consorciado contrário à proposta apresentada, o direito de externar as razões de sua contrariedade pelo tempo máximo improrrogável de 05 (cinco) minutos.

Parágrafo único. Havendo orador inscrito em favor da proposta de alteração, este poderá manifestar-se pelo tempo máximo de 05 (cinco) minutos improrrogáveis, sendo assegurado àquele que manifestou contrariedade falar por último.

Art. 32. O procedimento a ser adotado para a alteração do Contrato do Consórcio é o previsto neste Estatuto e no Protocolo de Intenções.

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

CAPITULO III
DO REGIMENTO INTERNO

Art. 33. As disposições sobre o funcionamento da Assembleia Geral, administrativo, patrimonial, pessoal, operacional e financeiro poderão ser consolidadas e complementadas em Regimento Interno por ela aprovado, nos termos previstos neste Título.

CAPÍTULO IV
DA ELEIÇÃO, DA POSSE E DO MANDATO DO PRESIDENTE E DA DIRETORIA EXECUTIVA

Sessão I
Da eleição e posse do Presidente

Art. 34. O Presidente em exercício convocará para o dia 10 (dez) de dezembro, ou primeiro dia útil subsequente, a Assembleia Geral destinada à eleição do novo Presidente do Consórcio.

§ 1º A convocação far-se-á por meio de edital publicado no quadro de avisos da sede do Consórcio, no *site* do Consórcio na Internet e por correspondência destinada aos consorciados.

§ 2º A eleição da Diretoria Executiva do Consórcio será realizada no mês de dezembro, permitida a reeleição, por igual período, mediante cumprimento das seguintes normas:

I – as chapas deverão ser inscritas junto à Secretaria Executiva com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data marcada para a eleição;

II – somente o Prefeito terá direito a voto na eleição ou o Vice-Prefeito devidamente credenciado para representá-lo;

III – somente poderão votar os membros que estiverem adimplentes com suas contribuições consorciais e pecuniárias, até o mês imediatamente anterior à data da eleição,

IV – a votação poderá ser feita através do voto secreto ou por aclamação, dependendo da decisão da maioria absoluta dos prefeitos presentes; e,

VI – será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver maioria de votos dos presentes, não computados os em branco e os nulos.

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

§ 3º A eleição e a posse far-se-ão:

I – para o primeiro mandato do Presidente do Consórcio, eleito na Assembleia de instalação, sua posse ocorrerá imediatamente;

II – para os demais mandatos as eleições ocorrerão na forma estabelecida no caput deste artigo, sendo empossado o novo Presidente eleito no primeiro dia útil do ano subsequente a eleição;

Art. 35. A cerimônia de posse do Presidente eleito, como disposto neste artigo, será presidida pelo Presidente que encerra seu mandato ou pelo Secretário Executivo, obedecendo ao seguinte procedimento:

I – manifestação dos consorciados que tenham antecipadamente se inscrito pelo tempo máximo improrrogável de 05 (cinco) minutos para cada um;

II — manifestação dos membros da Diretoria que encerra o mandato que tenham antecipadamente se inscrito pelo tempo máximo improrrogável de 05 (cinco) minutos para cada um;

III – manifestação do Presidente que encerra o seu mandato pelo tempo máximo improrrogável de 10 minutos;

IV – assinatura do Termo de Posse pelo Presidente eleito e Nomeação da Diretoria Executiva;

V – assinado o termo de posse pelo Presidente e homologada as nomeações pela Assembleia Geral, serão convocados os diretores nomeados para que assinem o respectivo Termo de Nomeação e Posse;

VI – empossados os diretores, será o Termo de Posse assinado por todos os consorciados presentes, na qualidade de testemunhas;

VII – manifestação do Presidente eleito pelo tempo máximo improrrogável de 10 (dez) minutos;

VIII – encerramento da Assembleia.

§ 1º. Não será permitida a prática de qualquer ato na Assembleia de posse por procurador constituído.

§ 2°. Na hipótese de ausência de membro da Diretoria a ser empossada, este tomará posse perante o Presidente do Consórcio, aditando-se o termo de posse.

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

Sessão II
Do mandato

Art. 36. O mandato do Presidente e da Diretoria será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, uma única vez.

I – O mandato do primeiro Presidente e Diretoria, excepcionalmente, iniciar-se-á na data da eleição, encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Os mandatos subsequentes iniciar-se-ão no dia 1º de janeiro, encerrando-se no dia 31 de dezembro do ano subsequente, sendo certo que o atraso na posse não implicará na alteração da data de término do mandato, assumindo interinamente o Secretário Executivo o cargo de Presidente, visando unicamente a continuidade dos programas previamente estabelecidos e aprovados pela Assembleia.

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

CAPÍTULO V
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Sessão I
Da Diretoria Executiva

Art. 37. A Diretoria Executiva do Consócio é composta pelo Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, e suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria são obrigatoriamente Prefeitos.

Art. 38. Compete à Diretoria Executiva:

I - autorizar o ingresso do Consórcio em juízo, reservando ao Presidente o direito de tomar as medidas que entenda urgentes, que deverão ser referendadas pela Diretoria, sob pena de invalidade do ato;

II - aprovar as propostas de orçamento anual, de créditos adicionais, de orçamento plurianual, de instituição de fundo especial e de realização de operação de crédito, autorizando sua apreciação pela Assembleia Geral;

III – opinar sobre proposta de cessão de servidores ao Consórcio, submetendo à apreciação da Assembleia Geral;

V - autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários, após submeter a apreciação da Assembleia;

VII – alterar, definitiva ou provisoriamente, o número de horas de jornada de trabalho dos empregados do Consórcio ou dos servidores para ele cedidos;

VIII - elaborar a proposta do Regulamento Geral do Pessoal, dispondo sobre os poderes disciplinar e regulamentar, bem como sobre os respectivos procedimentos administrativos, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;

IX – definir a estrutura e o funcionamento dos demais órgãos do Consórcio, respeitada a estrutura básica prevista no Contrato e neste Estatuto.

X - promover a revisão anual da remuneração dos empregados do Consórcio, nos termos do orçamento anual;

XI - propor alterações ao presente Estatuto ou resolver questões vinculadas à interpretação dos seus dispositivos;

XII - conhecer e julgar:

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

a) impugnações a editais de concursos públicos;

b) recursos referentes ao indeferimento de inscrição em concursos públicos ou à homologação dos seus resultados;

XIII – estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio.

§ 1°. Das decisões da Diretoria não cabe recurso, reservado à Assembleia Geral o direito de, em sede de revisão e motivadamente, reapreciar qualquer decisão da mesma, conservando, modificando, revogando ou anulando o ato.

§ 2°. A Diretoria Executiva se reunirá sempre que necessário, por convocação do Presidente, mediante notificação pessoal dos seus membros, afixando cópia da mesma no quadro de avisos do Consórcio.

§ 3º. Somente os membros da Diretoria poderão assistir ou participar das suas reuniões, podendo apenas ser admitidos terceiros mediante convite aprovado pelo Presidente.

§ 4º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Presidente poderá motivadamente praticar qualquer ato de competência do da Diretoria Executiva, mesmo que exclusiva, devendo ser por eles referendados, sob pena de invalidade do ato.

Seção II
Do Presidente

Art. 39. Além das atribuições previstas no Contrato do Consórcio, compete ao Presidente:

I — representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

II - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela prestação de contas;

III - convocar as reuniões da Diretoria Executiva;

IV – nomear, contratar e exonerar o Secretário Executivo, com aprovação da Assembleia Geral;

V - movimentar as contas bancárias do Consócio em conjunto com o Secretário Executivo;

VI - celebrar acordos, contratos, convênios e outros ajustes;

VII - exercer o poder disciplinar no âmbito do Consórcio, determinando a instauração de procedimentos e julgando-os, aplicando as penas que considerar cabíveis, com exceção da dispensa de empregados efetivos ou temporários, cuja atribuição é exclusiva da Diretoria, com referendo da Assembleia Geral;

VIII – ratificar as justificativas de dispensa e de inexigibilidade de licitação, assinar editais e contratos, homologar e adjudicar licitações;

IX - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

X - homologar e adjudicar objeto de licitações;

XI – homologar a cotação de preços de contratações diretas, por dispensa de licitação fundamentada no inciso I ou II do art. 24 da Lei n° 8.666/93

XII - autorizar a instauração de procedimento para contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação;

XIII - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido atribuídas a outro órgão do Consórcio por este Estatuto ou pelo Contrato.

XIV - aplicação de penalidades a contratados ou a empregados do Consórcio;

XV - Conhecer e julgar:

a) impugnações a editais ou outros atos convocatórios de licitação;

b) recursos relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação em procedimento licitatório;

c) recursos referentes ao indeferimento de registro cadastral, para fins de constar do cadastro de fornecedores;

§ 1°. Somente as atribuições elencadas nos incisos VI e XIII deste artigo poderão ser objeto de delegação ao Secretário Executivo.

§ 2°. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do

Consórcio, o Secretário Executivo poderá motivadamente praticar qualquer ato de competência do Presidente ou da Diretoria Executiva, mesmo que exclusiva, devendo ser por eles referendados, sob pena de invalidade do ato.

§ 3°. Os atos mencionados no § 2° perderão a sua eficácia retornando ao *status quo antes* caso não sejam ratificados em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados da data de sua prática.

§ 4°. A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado, devendo permanecer no *site* do Consórcio na Internet pelo prazo de 01 (um) ano contados da data do término da delegação.

§ 5º O Presidente da Associação, no caso de vacância, falta ou impedimento, será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na falta ou impedimento deste, assume o 2º Vice-Presidente.

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO FISCAL

Art. 40. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral juntamente com a Diretoria Executiva.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente Prefeitos Municipais.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos por igual período.

Art. 41. Os membros do Conselho Fiscal não têm direito a remuneração alguma pelo exercício de suas funções.

Art. 42. Ao Conselho Fiscal compete examinar as prestações de contas anuais e emitir parecer sobre as mesmas.

§1º. O parecer do Conselho Fiscal deverá ser submetido à Assembleia Geral para homologação.

§2º. O parecer do Conselho Fiscal deverá ser publicado no site do Consórcio.

CAPÍTULO VII
DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Art. 43. Além das atribuições previstas no Contrato do Consórcio, compete ao Secretário Executivo:

I - exercer a gestão executiva e a supervisão das atividades do Consórcio em geral, praticando todos os atos que não tenham sido atribuídos expressamente por este Estatuto ao Presidente do Consórcio;

II - auxiliar o Presidente no exercício das suas funções, cumprindo com suas determinações e mantendo-o de tudo informado, prestando-lhe contas da situação financeira e administrativa do Consórcio;

III - assessorar as reuniões da Diretoria Executiva;

IV - movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente, bem como assinar as demonstrações contábeis e financeiras, elaboradas pela contabilidade;

V - praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa;

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

VI - exercer a gestão patrimonial;

VII - zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, promovendo a sua adequada guarda e arquivo;

VIII — praticar todos os atos necessários à gestão de recursos humanos, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista;

IX — promover a publicação dos atos e contratos celebrados pelo Consórcio, quando previsto em lei, no Contrato do Consórcio ou neste Estatuto;

X – ocupar interinamente a Presidência do Consórcio nos casos previstos no seu Contrato.

XI – elaborar o Plano de Atividades e a Proposta Orçamentária Anual em conjunto com o Presidente, submetendo-os à aprovação da Diretoria.

§ 1°. Além das atribuições previstas neste artigo, o Secretário Executivo poderá exercer, por delegação, atribuições da competência do Presidente, sempre em caráter excepcional e justificadamente.

§ 2°. O Secretário Executivo exercerá suas funções em regime de dedicação exclusiva em tempo integral, somente podendo exercer atividades que permitam a cumulação lícita prevista no artigo 37, da Constituição Federal e desde que em horário não conflitante com o seu normal expediente no Consórcio.

CAPÍTULO VII
DO CONSELHO TÉCNICO

Art. 44. O Conselho Técnico é órgão consultivo deliberativo, de assessoramento da gestão administrativo e dos fins do Consórcio, formado pelos servidores das Secretarias do Meio Ambiente ou de Obras dos municípios consorciados, com conhecimento técnico na área ambiental, devidamente comprovada.

§ 1º. A comprovação mencionada no caput se dará através de apresentação de diplomas de nível técnico ou superior na área ambiental.

Patrícia Fernanda Chitarra Alves 037
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

§2º. O conselho será composto por até 07 (sete) membros.

§3º A indicação e a escolha dos membros do Conselho Técnico será feita em Assembleia

§4º. Não existindo na estrutura administrativa do município as Secretarias mencionadas no *caput* deste artigo, serão admitidos como membros os servidores do município que tenham conhecimento técnico na área ambiental, devidamente comprovado.

Art. 45. O Conselho Técnico será coordenado pelo Secretário Executivo.

Parágrafo único. Cabe ao Secretário Executivo coordenar os trabalhos do Conselho, assim como agir como sua instância executiva interna e externa.

Art. 46. O Conselho Técnico reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada 04(meses) meses, por convocação de seu Coordenador, ou extraordinariamente sempre que houver necessidade.

Art. 47. Poderão ser realizadas reuniões conjuntas entre Prefeitos dos municípios consorciados e o Conselho Técnico, por convocação do Presidente do Consórcio, mediante solicitação do Coordenador do Conselho.

Art. 48. O Conselho Técnico deliberará, em reunião convocada para este fim, por maioria simples dos votos dos membros presentes à sessão.

Art. 49. Nenhum membro do Conselho Técnico terá direito a remuneração pelo desempenho de suas funções, salvo quando viajar no interesse do Consórcio, quando fará jus ao recebimento das respectivas diárias, cujo valor será fixado pela Assembleia Geral.

Art. 50. Compete ao Conselho Técnico-Consultivo:

I- Assessorar a Assembleia Geral, quando convocado, nos assuntos técnicos do Consórcio;

II - manter relacionamento institucional com órgãos e conselhos ambientais;

III – auxiliar o Presidente na Conferência Regional de Desenvolvimento Ambiental Sustentável;

IV - receber da Assembleia delegações de atribuições técnicas;

XI - analisar e emitir parecer técnico relacionado a questões ambientais do consórcio;

XIV - diligenciar sobre as atribuições de competência do Conselho Técnico;

XV - convocar as reuniões do Conselho Técnico e as reuniões conjuntas com a Assembleia;

XVI – manter atualizada e organizada a documentação sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO VIII

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

DO PESSOAL

Art. 51. O Consórcio terá em seu quadro funcional, número de empregados públicos necessários ao desenvolvimento e cumprimento de suas finalidades, que serão regidos pelas normas da Consolidação das Leis do trabalho – CLT.

§ 2º. A criação de cargos, não mencionados neste Estatuto, ou no Contrato de Consórcio, será feita pela Diretoria Executiva, através de Ato específico.

Art. 52. O provimento dos cargos do Consórcio far-se-á por Concurso Público, à exceção do Secretário Executivo que é de provimento em Comissão.

Art. 53. A contratação por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal, terá duração máxima de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, e se realizará nos seguintes casos:

I – para realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento no âmbito dos objetivos do Consórcio;

II – para a contratação de serviços técnicos especializados para desenvolvimento de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos ou parcerias nacionais e internacionais;

III- atender déficit de cargo vago, no quadro de pessoal, em decorrência exclusiva de aposentadoria e outros afastamentos legais, até a realização de concurso público, ou do término do afastamento temporário, não excedendo o prazo fixado no *caput* do artigo.

IV – para a contratação realizada para manutenção da execução das ações e serviços relacionados às finalidades do consórcio.

V – para atender a situações de emergência e de calamidade pública;

VI- para atender a termo de convênio, programa, acordo ou ajuste para execução de obras ou prestação de serviços durante o período de vigência dos mesmos, desde que comprovado a insuficiência no quadro de pessoal.

Art. 54. A remuneração dos empregados públicos do Consórcio será definida por ato da Diretoria.

Art. 55. Fica proibida a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante, ou de Prefeitos dos entes Consorciados, ou de contratado investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, aqui compreendido também o ajuste mediante designações recíprocas nos municípios consorciados.

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

TITULO III
DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. A gestão orçamentária, administrativa e financeira do Consórcio obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

I - vinculação aos princípios da legalidade, da publicidade, da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e transparência;

II - observância das normas de contabilidade pública, especialmente as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº 101 de 04 de maio de 2000;

III - submissão ao controle externo pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais

IV - existência de um sistema interno de controle das suas atividades;

V - do encaminhamento dos seus relatórios e prestações de contas aos seus consorciados.

VI- controle patrimonial, frota, almoxarifado, recursos humanos, receita e despesas.

Parágrafo único. Os serviços contábeis poderão ser realizados através de terceirização.

Art. 57. A Assembleia Geral poderá por meio de Deliberação instituir normas para a elaboração, apreciação, aprovação e execução do orçamento e dos planos plurianuais, bem como para a prestação de contas, em consonância com a legislação em vigor e com o Contrato do Consórcio.

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO

Art. 58. O orçamento do Consórcio será proposto pela Diretoria Executiva e aprovado por Deliberação da Assembleia Geral.

§1º A proposta de orçamento será elaborada e apresentada à Assembleia para discussão até o dia 30 de outubro de cada ano.

§2º A proposta de orçamento deverá ser apreciada e aprovada pela Assembleia Geral até o dia 30 de novembro de cada ano.

§3º Os Consorciados deverão assinar o Contrato de Rateio visando a cobertura do orçamento aprovado pela Assembleia Geral.

§4º O Consorciado que se recusar a assinar o Contrato de Rateio estará automaticamente suspenso, sujeitando-se às penas prescritas neste Estatuto.

§5º Para o repasse dos recursos especificados no Contrato de Rateio fica o Poder Executivo Municipal autorizado a determinar às instituições financeiras oficiais o débito dos valores em sua conta-corrente quando do recebimento das parcelas do FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 59. Os membros presentes na Assembleia Geral poderão apresentar emendas ao projeto de orçamento, que somente serão aprovadas caso:

I - indiquem os recursos necessários, admitidos somente os advindos de anulação de despesa, excluídas as referentes a:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida.

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

II - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de resolução.

Parágrafo único. As emendas de que trata este artigo deverão ser previamente apresentadas à Assembleia Geral para deliberação até a data de 10 de novembro de cada ano, objetivando a sua prévia divulgação aos demais consorciados para votação em assembleia.

Art. 60. Aprovado o orçamento, será o mesmo publicado no *site* do Consórcio na Internet.

Parágrafo único. Em caráter especial e extraordinário será elaborado pela Secretaria Executiva, orçamento para o exercício de 2013 e homologado pela Assembleia.

CAPÍTULO III
DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 61. Os entes consorciados celebrarão contrato de programa, decorrentes do processo de gestão associada que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público, em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Art. 62. O contrato de programa deverá:

I – atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos a serem prestados;

II – prever procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

III- obedecer aos preceitos da Lei federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005, bem como do Decreto Federal nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

Patrícia Fernanda Chitarra Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

CAPÍTULO IV
DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 63. A celebração de contratos de rateio no âmbito do Consórcio observará, o seguinte:

I - os contratos de rateio serão formalizados em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

II - é vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

Parágrafo único. A celebração de contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária constituirá, nos termos da lei, ato de improbidade administrativa.

Art. 64. Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

TÍTULO IV
DA GESTÃO PATRIMONIAL

Art. 65. Terão direito ao uso compartilhado dos bens do Consórcio somente os entes consorciados que contribuíram para sua aquisição.

§ 1° O direito ao uso compartilhado poderá ser cedido mediante instrumento escrito, desde que dele se dê ciência ao Consórcio com razoável antecedência.

§ 2° A Diretoria Executiva deverá fixar normas para o uso compartilhado de bens pertencentes ao patrimônio do Consórcio.

TÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 66. As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por meio de Deliberação.

§ 1º A regulamentação das Deliberações e as Decisões da Diretoria e do Presidente serão tomadas por meio de Atos.

§ 2º As regulamentações necessárias, previstas neste Estatuto serão tomadas por meio de Ato.

§ 3º As Deliberações e Atos serão expedidos em ordem cronológica.

TÍTULO V
DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 67. Extinto o Consórcio Público por ato judicial ou extrajudicial:

I – A Assembleia Geral decidirá sobre a destinação dos bens, podendo os mesmos serem doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou similares aos do Consórcio ou ainda alienados onerosamente para rateio entre os consorciados do produto obtido na proporção definida pela Assembleia;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

Patrícia Fernanda Chiarro Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68. O presente Estatuto não poderá ser alterado nos três meses que antecedem à eleição da Diretoria.

Art. 69. A Presidência do Consórcio será sempre ocupada por município consorciado, representado por seu Prefeito Municipal no exercício do mandato eletivo, não podendo exercer a Presidência quando afastado do cargo de Prefeito por qualquer motivo.

Art. 70. O presente Estatuto entrará em vigor, após assinatura dos representantes legais dos municípios consorciados e será registrado em Cartório.

Art. 71. Os casos omissos, contraditórios ou obscuros deste Estatuto serão decididos pela Assembleia Geral.

São João Del Rei, 07 de agosto de 2013.

Eika Oka de Melo
Prefeita Municipal de Barroso

José Raimundo dos Santos
Prefeito Municipal de Carrancas

Patrícia Fernanda Câmara Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

040

Altair Alvim
Prefeito Municipal de Conceição da Barra de Minas

Aurélio Suenes de Resende
Prefeito Municipal de Resende Costa

Helder Sávio Silva
Prefeito Municipal de Coronel Xavier Chaves

Marcus Vinicius Gimenez Resende
Prefeito Municipal de Ritápolis

Herberth Teixeira de Resende
Prefeito Municipal de Ibituruna

Sinara Rafaela Campos
Prefeita Municipal de Santa Cruz de Minas

Antônio Carlos Chaves de Resende
Prefeito Municipal de Lagoa Dourada

Helvécio Luiz Reis
Prefeito Municipal de São João del-Rei

Antônio Reis de Andrade
Prefeito Municipal de Madre de Deus de Minas

Irimar José Mendes
Prefeito Municipal de São Tiago

João Caetano Leite
Prefeito Municipal de Nazareno

Ralph de Araújo Justino
Prefeito Municipal de Tiradentes

Mauro Fernandes do Vale
Prefeito Municipal de Piedade do Rio Grande

Antônio Américo Ramalho
Prefeito Municipal de Dores de Campos

Maurílio José de Lima
Prefeito Municipal de Prados

Patrícia Fernanda Câmara Alves
Sub-Oficial
Documentos e Pessoas Jurídicas

CIGEDAS
VERTENTES

041

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES – CIGEDAS VERTENTES

São João Del Rei, 02 de agosto de 2019

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

CIGEDAS
VERTENTES

SUMÁRIO

PREÂMBULO

TÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURIDICA, FINALIDADE, PRAZO DE DURAÇÃO E SEDE

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURIDICA

ARTIGO 1ª – Denominação

ARTIGO 2ª – Da autorização legislativa

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

ARTIGO 3ª – Objetivos

ARTIGO 4ª - Finalidades

CAPÍTULO III – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

ARTIGO 5ª – Prazo

ARTIGO 6ª – Endereço

TÍTULO II – DA ÁREA DE ATUAÇÃO, DIREITOS, DEVERES E CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I – DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

ARTIGO 7ª – Área de atuação

ARTIGO 8ª – Exercício fora da área

CAPÍTULO II – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

ARTIGO 9º – Direitos dos consorciados

ARTIGO 10 – Deveres dos consorciados

CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO

ARTIGO 11 – CIGEDAS VERTENTES x Municípios

ARTIGO 12 – Presidente x CIGEDAS VERTENTES

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 13 – Organização

ARTIGO 14 – Da organização e secretaria executiva

CAPÍTULO II – DA ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 15 – Formação

ARTIGO 16 – Assembléia Ordinária

ARTIGO 17 – Convocação

ARTIGO 18 – Votação

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

042

ARTIGO 19 – Competências
ARTIGO 20 – Eleição da presidência
ARTIGO 21 – Nomeação da Secretaria Executiva
ARTIGO 22 – Destituição do Presidente
ARTIGO 23 – Aprovação e/ou Alteração de Estatuto
ARTIGO 24 – Atas
ARTIGO 25 – Publicação

CAPÍTULO III – DA PRESIDÊNCIA
ARTIGO 26 – Composição
ARTIGO 27 – Atribuições do Presidente
ARTIGO 28 – Substituto ou sucessor
ARTIGO 29 – Atribuições do Vice Presidente

CAPÍTULO IV – DO CONSELHO FISCAL
ARTIGO 30 – Composição
ARTIGO 31 – Atribuições

CAPÍTULO V – DA DIRETORIA EXECUTIVA
ARTIGO 32 – Composição
ARTIGO 33 – Exigências para ocupações dos cargos
ARTIGO 34 – Atribuições do Secretário Executivo
ARTIGO 35 – Atribuições do Diretor Jurídico
ARTIGO 36 – Atribuições do Diretor Financeiro

CAPÍTULO VI – DOS ATOS NORMATIVOS
ARTIGO 37 – Das resoluções
ARTIGO 38 – Das decisões da secretaria e diretoria
ARTIGO 39 – Validade dos atos normativos

TÍTULO IV – DOS AGENTES PÚBLICOS
CAPÍTULO I – REGIME JURÍDICO E PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS
ARTIGO 40 – Previsão dos empregos públicos
ARTIGO 41 - Participação do Conselho Fiscal
ARTIGO 42 – Regime Jurídico
ARTIGO 43 – Definições
ARTIGO 44 – Composição do Quadro de Empregados
ARTIGO 45 – Extinção do Emprego
ARTIGO 46 – Editais

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

ARTIGO 47 – Vacância
ARTIGO 48 – Contratação por tempo determinado
ARTIGO 49 – Remuneração do empregado temporário
ARTIGO 50 – Extinção do contrato temporário
ARTIGO 51 – Valores de remuneração
ARTIGO 52 – Do ingresso
ARTIGO 53 – Vantagens
ARTIGO 54 – Diárias

CAPÍTULO II – DO REGIME DISCIPLINAR DOS EMPREGADOS PÚBLICOS
ARTIGO 55 – Deveres
ARTIGO 56 – Proibições
ARTIGO 57 – Vedações
ARTIGO 58 – Vedação ao acumulo de empregos em comissão
ARTIGO 59 – Responsabilidade pelo exercício de atribuições
ARTIGO 60 – Responsabilidades
ARTIGO 61 – Responsabilidade administrativa
ARTIGO 62 – Acumulação
ARTIGO 63 – Absolvição
ARTIGO 64 – Penalidades
ARTIGO 65 – Aplicação das penalidades
ARTIGO 66 – Advertência
ARTIGO 67 – Suspensão
ARTIGO 68 – Cancelamento da Penalidade
ARTIGO 69 – Demissão
ARTIGO 70 – Abandono de emprego
ARTIGO 71 – Justificativa de faltas
ARTIGO 72 – Fundamento legal da sanção
ARTIGO 73 – Aplicação
ARTIGO 74 – Prescrição
CAPÍTULO III – DA SINDICÂNCIA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ARTIGO 75 – Apuração
ARTIGO 76 – Denunciante
ARTIGO 77 – Afastamento
ARTIGO 78 – Prorrogação do afastamento
ARTIGO 79 – Sindicância
ARTIGO 80 – Resultado da Sindicância
ARTIGO 81 – Finalidade
ARTIGO 82 – Comissão

ARTIGO 83 – Exercício da sindicância
ARTIGO 84 – Fases do Processo
ARTIGO 85 – Prazo
ARTIGO 86 – Contraditório e ampla defesa
ARTIGO 87 – Dos autos
ARTIGO 88 – Da instrução
ARTIGO 89 – Direitos
ARTIGO 90 – Testemunhas
ARTIGO 91 – Interrogatório
ARTIGO 92 – Imputação
ARTIGO 93 – Alteração de endereço
ARTIGO 94 – Citação por edital
ARTIGO 95 – Revelia
ARTIGO 96 – Relatório
ARTIGO 97 – Remessa a autoridade
ARTIGO 98 – Prazo de Julgamento
ARTIGO 99 – Julgamento
ARTIGO 100 – Nulidade
ARTIGO 101 – Extinção da Punibilidade
ARTIGO 102 – Natureza da Infração

TÍTULO V – DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

CAPÍTULO I – DA GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA
ARTIGO 103 – Execução das receitas e despesas
ARTIGO 104 – Recursos Financeiros
ARTIGO 105 – Convênios
ARTIGO 106 – Imunidade tributária
ARTIGO 107 – Legislação pertinente
ARTIGO 108 – Orçamento anual
ARTIGO 109 – Aprovação do Orçamento anual
ARTIGO 110 – Publicação

CAPÍTULO II – DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS
ARTIGO 111 – Procedimentos
ARTIGO 112 – Legislação Pertinente
ARTIGO 113– Atuação do Conselho Fiscal
ARTIGO 114 – Acesso a informação

CAPÍTULO III – DO PATRIMÔNIO
ARTIGO 115 – Constituição

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

ARTIGO 116 – Alienação, aquisição e oneração
ARTIGO 117 – Bens alienados ou cedidos ao Consórcio
ARTIGO 118 – Operações de crédito

TÍTULO VI – DA GESTÃO ASSOCIADA
CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ARTIGO 119 – Autorização
ARTIGO 120 – Abrangência

CAPÍTULO II– DO CONTRATO DE PROGRAMA
ARTIGO 121 – Autorização
ARTIGO 122 – Artigos
ARTIGO 123 – Vigência dos contratos de programa

CAPÍTULO III – DO CONTRATO DE RATEIO
ARTIGO 124 – Formalização

TÍTULO VII - DA RETIRADA DO CONSÓRCIO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO
CAPÍTULO I – DA RETIRADA
ARTIGO 125 – Exclusão
ARTIGO 126 – Retirada

CAPÍTULO II – DA ALTERAÇÃO
ARTIGO 127 – formalidade

CAPÍTULO III – DA EXTINÇÃO
ARTIGO 128 – Procedimento

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS
ARTIGO 129 – Legislação
ARTIGO 130 – Protocolo
ARTIGO 131 – Publicação
ARTIGO 132 – Atribuições
ARTIGO 133 – Orgão oficial de publicação
ARTIGO 134 – Casos omissos
ARTIGO 135 – Cumprimento
ARTIGO 136 – Foro

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

ESTATUTO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES – CIGEDAS VERTENTES

Os entes consorciados do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES – CIGEDAS VERTENTES, que ratificaram por lei o seu Protocolo de Intenções e sua alteração, reunidos em Assembléia Geral no dia 27 de março de 2019, obedecendo as disposições deste, do Contrato de Consórcio Público, baseados na Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto Federal n° 6.017/07, discutiram e aprovaram a alteração do seu Estatuto, aprovado na Assembléia Geral de 02 de agosto de 2019, que será levado a publicação no órgão oficial (DOM), e passará a vigorar consolidado nos seguintes termos.

TÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE, PRAZO DE DURAÇÃO E SEDE

CAPITULO I
DA DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES, CIGEDAS VERTENTES, formado pelos municípios de:

1. BARROSO,
2. CARRANCAS,
3. CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS,
4. CORONEL XAVIER CHAVES,
5. DORES DE CAMPOS,
6. LAGOA DOURADA,
7. IBITURUNA,
8. ITUTINGA,
9. MADRE DE DEUS DE MINAS,
10. NAZARENO,
11. PRADOS,
12. RESENDE COSTA,
13. RITÁPOLIS,
14. SANTA CRUZ DE MINAS,
15. SÃO JOÃO DEL-REI,
16. SÃO TIAGO,
17. SÃO VICENTE DE MINAS e
18. TIRADENTES

é pessoa jurídica de direito público interno, de natureza multifinalitária, constituído na forma de associação pública de natureza autárquica interfederativa, sem fins econômicos, regulado pela Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, pelo Contrato de Consórcio e por este Estatuto.

Parágrafo único. A sigla CIGEDAS VERTENTES é equivalente à denominação de que trata este capítulo, podendo ser utilizada em quaisquer atos ou documentos que para os fins legais, não exijam menção ao nome completo da entidade.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 2º. O presente Consórcio foi constituído por autorização legislativa prévia dos municípios que subscreveram o Protocolo de Intenções, tendo as Câmaras Legislativas, autorizado a participação dos entes consorciados de:

Barroso - Lei Municipal nº 2.452 de 15 de julho de 2013;

Carrancas - Lei Municipal nº 1.247 de 03 de julho de 2009 e Lei Municipal nº 1.423 de 12 de julho de 2013;

Conceição da Barra De Minas - Lei Municipal nº 009 de 27 de janeiro de 2009 e Lei Municipal nº 1.182 de 11 de junho de 2013;

Coronel Xavier Chaves - Lei Municipal nº 896 de 02 de fevereiro de 2010 e Lei Municipal nº 1.045 de 25 de julho de 2013;

Dores de Campos - Lei Municipal nº 1.116 de 19 de março de 2010 e Lei Municipal nº 1.184 de 07 de agosto de 2013;

Lagoa Dourada - Lei Municipal nº 1.773 de 02 de fevereiro de 2010 e Lei Municipal nº 1.909 de 02 de agosto de 2013;

Ibituruna - Lei Municipal nº 977 de 04 de julho de 2013;

Madre de Deus de Minas - Lei Municipal nº 1.096 de 10 de julho de 2013;

Itutinga – Lei Municipal nº 1.464 de 05 de fevereiro de 2014 e Lei Municipal nº 1.631 de 24 de maio de 2019;

Nazareno - Lei Municipal nº 1.248 de 29 de janeiro de 2010 e Lei Municipal nº 1.435 de 26 de junho de 2013;

Prados – Lei Municipal nº 1.941 de 03 de fevereiro de 2010 e Lei Municipal nº 2.088 de 05 de agosto de 2013;

Resende Costa - Lei Municipal nº 3.319 de 09 de fevereiro de 2010 e Lei Municipal nº 3.708 de 16 de julho de 2013;

Ritápolis - Lei Municipal nº 1.167 de 19 de março de 2010 e Lei Municipal nº 1.281 de 08 de julho de 2013,

Santa Cruz de Minas - Lei Municipal nº 638 de 28 de abril de 2010 e Lei Municipal nº 856 de 12 de julho de 2013;

São João Del Rei - Lei Municipal nº 4.919 de 16 de julho de 2013,

São Tiago - Lei Municipal nº 2.243 de 20 de janeiro de 2010 e Lei Municipal nº 2.503 de 13 de junho de 2013,

São Vicente de Minas – Lei Municipal nº 1.613 de 13 de fevereiro de 2014 e Lei Municipal nº 1.748 de 03 de junho de 2019;

Tiradentes - Lei Municipal nº 2.497 de 05 de fevereiro de 2010 e Lei nº 2.812 de 26 de junho de 2013.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

Art. 3º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL - CIGEDAS VERTENTES tem por objetivos a união dos municípios da microrregião dos campos das vertentes para o desenvolvimento regional através da estruturação de projetos, e pela busca de formas de articulação intermunicipal, com foco na integração, fortalecendo assim as ações compartilhadas, captação de recursos para investimento, eficiência, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, criando assim parcerias institucionais sustentáveis e regionalização das políticas públicas.

Art. 4º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL - CIGEDAS VERTENTES tem natureza multifinalitária, visando cumprir as seguintes finalidades:

I. Proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores institucionais, ambientais, sanitaristas e de infraestrutura, especialmente: seleção, gestão, capacitação e treinamento de pessoal, educação, cultura, saúde, saneamento, agricultura, meio ambiente, transporte e comunicação;

II. Articular os municípios consorciados na defesa dos seus interesses para o desenvolvimento regional, podendo desenvolver planejamentos regionalizados, captação de recursos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, aplicando-os na área de atuação do consórcio, a fim de alcançar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios consorciados;

III. Planejar, assessorar ou executar ações de proteção e gestão do meio ambiente, podendo responsabilizar-se pelos procedimentos de cadastro, controle, fiscalização e licenciamento ambiental de competência dos municípios consorciados;

IV. Apoiar o planejamento e a gestão urbana e territorial intermunicipal, inclusive regularização fundiária, política habitacional e mobilidade urbana;

V. Executar ações para atuar nos diversos meios de comunicação, como internet, rádio, televisão, jornais, revistas, etc., visando o cumprimento do princípio da publicidade e transparência da administração pública, para divulgação de programas e ações institucionais do consórcio e dos municípios consorciados;

VI. Executar estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia civil, ambiental, sanitarista, arquitetura, topografia e correlatos;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

VII. Realizar estudos técnicos e emitir pareceres jurídicos, contábeis, ambientais e outros;

VIII. Realizar ações de integração esportiva, cultural e científica nos municípios consorciados;

IX. Desenvolver ou prestar ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e de zoonoses;

X. Promover ações de gestão dos serviços públicos municipais de iluminação pública nos municípios consorciados; restritas às que tenham como objeto fornecimento de bens ou serviços de interesse direto ou indireto ao consórcio;

XI. Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

XII. Prestar serviço público por meio de contratos de programa que celebre com os titulares interessados;

XIII. Planejar ações de saneamento básico e ambiental e manejo dos resíduos sólidos a fim de que sejam realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

XIV. Prestar diretamente ou por seu intermédio, serviços à administração direta ou indireta dos entes consorciados ou ainda através de convênio para outros entes da Federação ou entidades podendo emitir documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura de serviços).

PARÁGRAFO ÚNICO. Para alcançar suas finalidades, o CIGEDAS poderá:

I. Firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, § 1º, I da Lei 11.107/05), seja no âmbito Federal ou Estadual;

II. Ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, gozando inclusive do aumento dos valores previstos na Lei de Licitações, para os casos de dispensa;

III. Instituir, através de decisão da Assembléia Geral, Fundos Intermunicipais para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de entes federados, do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países, visando o desenvolvimento de ações para cumprimento de seus objetivos e finalidades;

IV. Realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios;

V. Realizar licitações de concessões públicas e parcerias público-privadas e fiscalizar contratos de concessão de serviços públicos de competência dos municípios consorciados, nos termos da legislação em vigor;

VI. Instituir banco de informações de fornecedores e registros cadastrais de licitantes e contratantes do consórcio e dos municípios consorciados, inclusive implementar e informar o cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública, nos termos da legislação em vigor;

VII. Instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços públicos prestados pelo consórcio ou por seus municípios consorciados à população.

CAPÍTULO III
DO PRAZO, DA LOCALIZAÇÃO E DA SUA SEDE

Art. 5º. O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

Art. 6º. A sede do Consórcio será no Município de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais, ficando autorizado o desenvolvimento de atividades instaladas em escritórios ou outro tipo de unidade localizado em outro Município Consorciado.

Parágrafo único. A sede do Consórcio poderá ser alterada por solicitação escrita de qualquer ente consorciado, mediante aprovação de 2/3 da Assembléia Geral.

TÍTULO II
DA ÁREA DE ATUAÇÃO, DOS DIREITOS, DEVERES E CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I
DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 7º. A área de atuação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL será a área correspondente à soma dos territórios dos municípios consorciados.

Art. 8º. Em caso de interesse dos municípios consorciados, condicionado a aprovação de no mínimo 2/3 da Assembléia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 9º. Constituem direitos dos consorciados:

I. Participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados, através de proposições, debates e deliberações através do voto, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;

II. Votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente e membros do Conselho Fiscal;

III. Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

IV. Compor a Presidência e Vice-Presidência ou Conselho Fiscal do consórcio nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das Art.s previstas neste Protocolo de Intenções ou no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 10. Constituem deveres dos consorciados:

I. Cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II. Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGEDAS, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III. Cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIGEDAS, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV. Participar ativamente das reuniões e Assembléias Gerais do CIGEDAS.

V. Cumprir com suas obrigações operacionais e financeiras assumidas com o CIGEDAS, sob pena de suspensão e posterior exclusão conforme previsto neste Contrato de Consórcio e legislação vigente.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTÇÃO

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 11. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com suas finalidades previstas na Art. 3º do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I. Firmar protocolo de intenções;
II. Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;
III. Prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados; outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela assembléia geral do consórcio.

Art. 12. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL será representado legalmente pelo seu Presidente, eleito em Assembléia Geral dentre os chefes dos Poderes Executivos consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Presidente está autorizado a representar os entes consorciados perante a União, Estados e Municípios bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com suas finalidades previstas na Cláusula 3ª do Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O Consórcio tem a seguinte organização:

I. Assembléia Geral;
II. Presidência e Vice-Presidência
III. Conselho Fiscal;
IV. Secretaria Executiva;

Art. 14. Para o desempenho de suas atribuições a Secretária Executiva contará, dentro das possibilidades do Consórcio, com um corpo de funcionários de nível médio, técnico e superior,

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

especializados nos diferentes campos de atividades, conforme estrutura organizacional estabelecida no Anexo I deste Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO. O estatuto do Consórcio poderá criar núcleos regionais de atuação, independente de alteração do Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO II
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15. A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados, podendo ser ordinária ou extraordinária.

§1º. No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá ser representado na Assembléia Geral tanto por seu substituto legal quanto por quem devidamente indicado de forma expressa pelo mesmo.

§2º. Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembléia Geral, e nenhum servidor de um ente consorciado poderá representar outro ente consorciado.

§3º. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembléia Geral.

Art. 16. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente pelo menos 03 (três) vezes por ano, em datas a serem definidas, para examinar e deliberar sobre matérias de sua competência, com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

§1º. A Assembléia Geral ocorre extraordinariamente, sempre que convocada, para tratar de matéria importante, inclusive, para deliberar sobre alteração estatutária e alterações de ordem administrativa e de pessoal, por iniciativa do Presidente do Consórcio ou a pedido de pelo menos 50% (cinqüenta por cento) dos consorciados, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas.

§ 2º. A Assembléia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

PARÁGRAFO ÚNICO. A convocação para a reunião da Assembléia Geral Ordinária se dará preferencialmente, por ofícios distribuídos a cada ente consorciado, podendo ser, também por correio eletrônico ou por edital fixado no CIGEDAS com no mínimo 07 (sete) sete dias de

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

antecedência, neste ultimo caso os consorciados serão informados de forma inequívoca da publicação do edital.

Art. 17. A Assembléia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos entes consorciados em dia com suas obrigações operacionais e financeiras e, em segunda convocação pelo menos 30(trinta) minutos após a primeira convocação, com a presença de qualquer número de consorciados adimplentes, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigirem outro quórum, assim definidos neste Estatuto ou no Protocolo do CIGEDAS.

Art. 18. Na Assembléia Geral, cada um dos Municípios consorciados terá direito a um voto.
§ 1º. O voto será público, nominal e aberto, admitindo-se o voto secreto nos casos motivados, quando decidido por 2/3(dois terços) dos participantes da Assembléia Geral.
§ 2º. Somente terá direito a voto o Prefeito ou seu representante autorizado.
§ 3º. O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, nas destituições e nas decisões que exijam *quorum* qualificado, votará apenas em caso de desempate, não tendo direito a voto nas deliberações referentes à prestação de contas e outros atos de sua responsabilidade.

Art. 19. Compete à Assembléia Geral:

I. Homologar o ingresso no consórcio de Ente Federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;
II. Estabelecer orientação superior do Consórcio, promovendo e recomendando estudos e soluções para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos entes consorciados;
III. Julgar recurso que verse sobre a suspensão de ente consorciado;
IV. Aplicar a pena de exclusão do Consórcio;
V. Aprovar o Protocolo de Intenções e Estatuto do Consórcio e as suas alterações;
VI. Eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio, cujos mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.
VII. Ratificar ou recusar a nomeação, exonerar ou destituir os membros da Secretaria Executiva;
VIII. Aprovar:
   a) o orçamento plurianual de investimentos;
   b) o programa anual de trabalho;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

c) o orçamento anual do Consórcio, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

IX. A fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;

X. A alienação e a oneração de bens do Consórcio ou a daqueles em relação aos quais, nos termos de contrato de programa, tenham sido outorgados os direitos de exploração ao Consórcio.

XI. Aprovar a realização de operações de crédito;

XII. Aprovar o orçamento anual do exercício seguinte;

XIII. Homologar as decisões do Conselho Fiscal;

XIV. Aprovar a celebração de convênios;

XV. Apreciar e sugerir medidas sobre: a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio; o aperfeiçoamento das relações do consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XVI. Deliberar em caráter excepcional sobre matérias relevantes ou urgentes que lhe sejam declinadas;

XVII. Aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio;

XVIII. Dissolver o consórcio, na forma prevista no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

XIX. Deliberar e dispor em ultima instância sobre os casos omissos tidos por relevantes;

§ 1º. O Presidente, o Vice-Presidente e os membros do Conselho Fiscal serão substituídos automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Chefe do Poder Executivo do município consorciado.

Art. 20.O Presidente em exercício convocará para o dia 10 (dez) de dezembro, ou primeiro dia útil subsequente, a Assembléia Geral destinada à eleição do novo Presidente do Consórcio.

§ 1º. A convocação far-se-á por meio de edital publicado no quadro de avisos da sede do Consórcio, no *site* do Consórcio na Internet e por correspondência destinada aos consorciados.

§ 2º. A eleição da Presidência do Consórcio será realizada no mês de dezembro, permitida a reeleição, por igual período, mediante cumprimento das seguintes normas:

I – as chapas deverão ser inscritas junto à Secretaria Executiva com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data marcada para a eleição;

II – somente o Prefeito terá direito a voto na eleição ou o Vice-Prefeito devidamente credenciado para representá-lo;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

III – somente poderão votar os membros que estiverem adimplentes com suas contribuições consorciais e pecuniárias, até o mês imediatamente anterior à data da eleição,

§ 3º. A eleição e a posse far-se-ão:

I – as eleições ocorrerão na forma estabelecida no caput deste artigo, sendo empossado o novo Presidente eleito no primeiro dia útil do ano subsequente a eleição;

II – assinatura do Termo de Posse pelo Presidente eleito e Nomeação da Diretoria Executiva;

III – assinado o termo de posse pelo Presidente e homologada as nomeações pela Assembléia Geral, serão convocados os diretores nomeados para que assinem o respectivo Termo de Nomeação e Posse;

IV – empossados os diretores, será o Termo de Posse assinado por todos os consorciados presentes, na qualidade de testemunhas;

V – manifestação do Presidente eleito pelo tempo máximo improrrogável de 10 (dez) minutos;

VI – encerramento da Assembléia.

§ 4º. Não será permitida a prática de qualquer ato na Assembléia de posse por procurador constituído.

§ 5º. Somente será aceita a candidatura à Presidência de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

§ 6º. A Presidência será eleita mediante voto público e nominal.

§ 7º. Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 1/2 (metade) dos consorciados.

§ 8º. Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, tendo como concorrentes os dois mais votados no primeiro turno.

§ 9º. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos válidos, brancos e nulos.

§ 10. Não obtido o número de votos mínimo, mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral com essa mesma finalidade, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, prorrogando-se *pro tempore* o mandato do Presidente em exercício.

§ 11. A posse se dará automaticamente no 1º(primeiro) dia de janeiro do ano subseqüente à eleição.

§ 12. Nos casos de mudanças de prefeito em final de mandato, a eleição ocorrerá após a diplomação dos eleitos.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 21. Proclamado eleito o candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que nomeie a Secretaria Executiva ou a confirme.

§ 1º. Uma vez nomeado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se os indicados aceitam a nomeação.

§ 2º. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 3º. Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova nomeação.

§ 4º. Ocorrendo causas que impeçam a eleição, prorrogar-se-á *pro tempore* o mandato em exercício.

Art. 22. Em qualquer Assembléia Geral poderá ser votada a destituição do Presidente ou Vice Presidente do Consórcio ou membros do Conselho Fiscal, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terço) dos entes consorciados.

§ 1º. Em todas as convocações de Assembléia Geral deverá constar como item de pauta: "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º. Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será a mesma imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º. A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao Diretor que se pretenda destituir.

§ 4º. Será considerada aprovada a moção de censura por metade mais um dos votos dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º. Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele e a Diretoria estarão automaticamente destituídos, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º. Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º. Aprovada moção de censura apresentada em face de Diretor, ele será automaticamente destituído e, estando presente, aberta a palavra ao Presidente do Consórcio, para nomeação do Diretor que completará o prazo fixado para o exercício do cargo. A nomeação será *incontinenti* submetida à homologação.

§ 8º. Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembléia e nos 60 (sessenta) dias seguintes.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 23. Será convocada Assembléia Geral para a aprovação e/ou alteração do Protocolo/Contrato de Consórcio e Estatuto do Consórcio, devendo ser aprovado por maioria absoluta dos membros consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Protocolo/Contrato de Consórcio e Estatuto do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na forma legal.

Art. 24. Nas atas da Assembléia Geral, que poderão ser lavradas por meio digital, serão registradas:

I. Por meio de lista de presença, todos os entes federados representados na Assembléia Geral;
II. De forma resumida, todas as intervenções orais e todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;
III. As propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação e proclamação de resultados.

§ 1º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo.

§2º. No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 3º. A ata digital será rubricada em todas as suas folhas, inclusive nos anexos, por aquele que a lavrou e, ao final por todos os presentes à reunião da Assembléia Geral.

Art. 25. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 10 (dez) dias, afixada na sede do Consórcio e publicada no quadro de avisos do Consorcio.

CAPÍTULO III
DA PRESIDÊNCIA

Art. 26. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em Assembléia Geral, entre os membros do consórcio, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

§1º. Somente poderá ser votado para os cargos da Presidência do consórcio o Prefeito que esteja consorciado por um período de mínimo de 06 (seis) meses anteriores a eleição e que não tenha débito para com o consórcio.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

§2º. O afastamento do cargo de Prefeito é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

§3º. O Vice-Presidente quando assumir o cargo de Presidente será considerado como Presidente em exercício.

§4º. Os membros da Presidência não têm direito à remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

Art. 27. São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Protocolo de Intenções:

I. Representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

II. Zelar pelo cumprimento do presente Estatuto;

III. Encaminhar aos órgãos e entidades competentes as reivindicações da Consórcio;

IV. Convidar técnicos de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades privadas e profissionais liberais para participação dos grupos de trabalho constituído pela Consórcio;

V. Firmar convênios, acordos, ajustes ou contratos com órgãos e entidades públicas e privadas;

VI. Aprovar a contratação e estabelecer os níveis de remuneração, gratificação, e reajuste dos empregados do Consórcio, inclusive do Secretário Executivo, contratados na forma da legislação trabalhista;

VII. Contratar, total ou parcialmente, com organizações especializadas, a prestação de serviços de assistência técnica aos municípios consorciados, visando à elaboração e implementação de planos e projetos;

VIII. Receber as proposições dos municípios associados para posterior encaminhamento à Assembleia Geral;

IX. Nomear comissões especiais;

X. Aprovar a contratação de estagiários, menor aprendiz, prestadores de serviços pessoas físicas e/ou jurídicas, para fins de composição do quadro de apoio técnico, administrativo e operacional do Consórcio, bem como autorizar dispensas e rescisões contratuais;

XI. Ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

XII. Movimentar em conjunto com o Secretário executivo, as contas bancárias e recursos do Consórcio;

XIII. Convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral;

XIV. Dar posse aos membros do Conselho Fiscal e da Secretaria Executiva;

XV. Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

XVI. Delegar atribuições e designar tarefas para os órgãos internos do Consórcio;

XVII. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

XVIII. Solicitar, fundamentadamente, que sejam postos à disposição do consórcio os

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

servidores dos municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública;

XIX. Administrar o patrimônio do consórcio e as rendas;

XX. Autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários, após prévia aprovação em Assembléia.

XXI. Expedir resoluções administrativas da Assembléia Geral para regulamentar normativamente as decisões estabelecidas nesse colegiado;

XXII. Expedir portarias para regulamentar as decisões monocráticas de sua competência;

XXIII. Prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal e Contas do Estado, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

XXIV. Assinar juntamente com o(a) Secretário(a) Executivo(a) cheques, ordens de pagamento, empenhos e outros documentos de natureza equivalente;

XXV. Aceitar a cessão de servidores por ente federado consorciado ou conveniado ao consórcio;

XXVI. Autorizar a abertura de processos licitatórios realizados pelo Consórcio;

XXVII. Homologar as licitações realizadas pelo Consórcio;

XXVIII. Ratificar as Dispensas e Inexigibilidades de licitação;

XXIX. Assinar contratos de fornecimento oriundos de Processos Administrativos de Compras, de acordo com a Lei Federal de n° 8.666/93;

XXX. Designar, juntamente com o Secretário Executivo, os membros da Comissão Permanente de Licitação, os pregoeiros e a equipe de apoio;

XXXI. Julgar recursos relativos à:

a) Homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
b) De impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;
c) Aplicação de penalidades a servidores do consórcio.

§ 1º. Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente ou a Secretaria Executiva.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio, o Secretário executivo poderá ser autorizado a praticar atos *ad referendum* do Presidente.

Art. 28. O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência do consórcio.

Art. 29. Compete ao Vice – Presidente:

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

I. Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o nos impedimentos eventuais, cumulativamente com suas atribuições;

II. Convocar a Assembléia Geral para o preenchimento do cargo de Presidente no caso da vacância, faltando mais de 06(seis) meses para o término do mandato presidencial.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO FISCAL

Art. 30. O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) conselheiros titulares e 03 (três) suplentes, sendo Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral ou seus representantes, com mandato de 02 (dois) anos, prorrogável mediante eleição.

§1°. Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal representante de ente consorciado.

§2°. A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§3°. Consideram-se eleitos como titulares os 03 (três) candidatos com maior número de votos e como suplentes os 03 (três) subseqüentes, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§4°. Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença absoluta de entes consorciados.

Art. 31. Além do previsto no estatuto do consórcio, compete ao Conselho Fiscal:

I. Exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio

II. Acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras do CIGEDAS;

III. Emitir parecer, sempre que requisitado sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembléia Geral pelo controle interno ou pela Secretaria Executiva;

§1°. Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros poderá convocar o Controle Interno e a Secretaria Executiva para prestar informações e tomar as devidas providencias quando forem verificadas irregularidades contábeis, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

§2°. As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

§3º. O Conselho Fiscal reunir-se-á pelo menos 01(uma) vez ao ano para a aprovação da prestação de contas anual, relatório de atividades anual e balanço anual a serem homologados pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO V
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 32. A Secretaria Executiva é composta por um Secretário Executivo, um Diretor Administrativo e um Diretor Jurídico, previstos no Anexo I, que exercerão funções administrativas, financeiras e jurídicas do consórcio.

§1º. A Secretaria Executiva é dirigida pelo Secretário Executivo, a quem cabe cumprir as determinações do Protocolo de Intenções, do Contrato do Consórcio e do Estatuto.

§2º. Os membros da Secretaria Executiva ocuparão emprego em comissão, de livre admissão e demissão, e perceberão a remuneração estabelecida para o emprego público, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimentos ou subsídios de qualquer outro ente federado ou órgão do poder público.

Art. 33. A Secretaria Executiva será composta por um Secretário executivo, um Diretor Administrativo e um Diretor Jurídico, e para exercício das suas funções será exigida:

I. reconhecida idoneidade moral;
II. formação profissional de nível superior e inscrição no órgão ou conselho regulador da profissão, quando exigido, no termo do Anexo, do protocolo de intenções e Contrato de Consórcio Público.

§1º. Além das exigências supracitadas, para o exercício das funções de Secretário Executivo, ficam estipulados os quesitos:

I. formação de nível superior e especialização na área pública e/ou ambiental;
II. experiência profissional na área pública e/ou ambiental.

§2º. Caso seja servidor do Consórcio ou de ente consorciado, quando de sua designação o Secretário Executivo será automaticamente afastado de suas funções originais.

§3º. Os ocupantes dos cargos de Diretores estarão sob regime de dedicação exclusiva.

§4º. Cargos de Diretores serão preenchidos por escolha do Presidente e do Secretário executivo, preferencialmente entre empregados do consórcio.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

§5º. Os Diretores poderão ser exonerados por ato do Presidente, desde que autorizado previamente pela Assembléia Geral.

Art. 34. Compete ao Secretário executivo:

I. Quando convocado, comparecer às reuniões do Conselho Fiscal;
II. Secretariar as reuniões da Assembléia Geral do Consórcio;
III. Realizar a programação dos compromissos do CIGEDAS;
IV. Executar a gestão administrativa do CIGEDAS dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;
V. Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
VI. Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente pela gestão financeira, bem como assinar as demonstrações contábeis e financeiras, elaboradas pela Contabilidade;
VII. Submeter à Presidência as propostas de plano plurianual e de orçamento anual do Consórcio;
VIII. Praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa,
IX. Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com o Presidente;
X. Zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;
XI. Praticar atos relativos à área de recursos humanos e administração de pessoal, cumprindo e responsabilizando-se pela observância dos preceitos legais estatutários;
XII. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação, na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;
XIII. Elaborar a prestação de contas, o relatório de atividades e o balanço anual a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral do CIGEDAS;
XIV. Promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

XV. Solicitar a Presidência a autorização para a abertura de processos licitatórios para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;

§1º. Além das atribuições previstas neste artigo, o Secretário executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente do Consórcio.

§2º. A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado no quadro de avisos do Consórcio

Art. 35. Compete ao Diretor Jurídico:

1. Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos jurídicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
2. Realizar reuniões, orientações e auditorias;
3. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
4. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
5. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
6. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
7. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
8. Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
9. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
10. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
11. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor; 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
12. Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
13. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
14. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

15. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
16. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
17. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
18. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
19. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
20. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
21. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
22. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
23. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
24. Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições
25. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
26. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Assessoria Jurídica do Consórcio somente patrocinará causas judiciais em que o CIGEDAS for parte legítima.

Art. 36. Compete ao Diretor Financeiro:

1. Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
2. Realizar reuniões, orientações e auditorias;
3. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
4. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
5. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
6. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
7. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

8. Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação; manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
9. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
10. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
11. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
12. Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
13. Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
14. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
15. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
16. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
17. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
18. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
19. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
20. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
21. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
22. Elaborar registros de operações contábeis;
23. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
24. Auxiliar o Secretário Executivo em suas atribuições;
25. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
26. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

CAPÍTULO VI
DOS ATOS NORMATIVOS

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 37. As Resoluções do Presidente do Consórcio Público, sem prejuízo das demais atribuições previstas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto, estabelecerá:

I. As deliberações da Assembléia Geral, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
II. As normas específicas de regulamentação do Contrato de Consórcio ou deste Estatuto, em que se tenha delegado a competência ao Presidente do Consórcio.

Art. 38. As decisões de competência da Secretaria Executiva, da Diretoria Jurídica e da Diretoria Financeira serão expedidas por meio de atos administrativos.

Art. 39. É condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente público do Consórcio Público a respectiva publicação no quadro de avisos do Consórcio Público.

TÍTULO IV
DOS AGENTES PÚBLICOS

CAPÍTULO I
REGIME JURÍDICO E PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS

Art. 40. Somente poderão prestar serviços remunerados ao consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos, previsto no Anexo do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto e os servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 41. A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 1º. O Presidente e o Vice-Presidente não serão remunerados.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

§ 2º. Os membros da Diretoria Executiva perceberão remuneração estabelecida para os empregos públicos, previsto nos Anexos, parte integrante do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto, acaso não perceba qualquer outro tipo de remuneração de qualquer outro Ente federado ou órgão do Poder Público.

Art. 42. - Os empregados públicos próprios do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§ 1º. Somente serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores sem ônus para o consórcio, ficando vinculados ao regime jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem.

§ 2º. O regulamento aprovado pela Assembléia Geral deliberará sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio e neste Estatuto, tratando especialmente da descrição das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos.

§ 3º. A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Presidente, observadas as formalidades legais.

§ 4º. Os entes da federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada ente.

§ 5º. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário.

Art. 43. Para fins deste Estatuto considera-se:

I. Emprego Público: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao empregado público, com denominação própria, em número de vagas determinado no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público e remuneração previamente estabelecida, para admissão em caráter permanente, em comissão ou para contratação temporária, de acordo com a área de atuação e formação;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

II. Emprego Público em comissão: emprego de livre admissão e demissão, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos;

III. Emprego Público permanente: emprego cuja admissão se dá em caráter permanente, mediante seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, destinado a suprir as necessidades técnicas do consórcio público;

IV. Emprego Público temporário: emprego cuja contratação se dá em caráter temporário, mediante contratação por prazo determinado, destinado à atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público previstas no Protocolo de Intenções, Contrato de Programa e neste Estatuto;

V. Remuneração: salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto;

VI. Salário: retribuição pecuniária básica pelo exercício de emprego público, com valor mensal, reajustáveis na forma do Protocolo de Intenções, Contrato e Estatuto do Consórcio Público;

VII. Padrões de Salário: o valor do salário, identificado por letras de "1" a "140" atribuído ao emprego público, previstos no Anexo II, parte integrante do presente Estatuto;

VIII. Carreira: desenvolvimento funcional do empregado ocupante de emprego público permanente através de promoções;

IX. Promoção Funcional: deslocamento do empregado permanente de uma referência salarial para outra dentro do mesmo emprego, nos termos deste Estatuto;

X. Interstício: o lapso de tempo mínimo fixado para que o empregado permanente se habilite às promoções;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

XI. Promoção: é a passagem do empregado permanente de seu padrão de vencimento para outro imediatamente superior, observados, cumulativamente, os interstícios mínimos e a participação de cursos de atualização e aperfeiçoamento;

XII. Vaga: Emprego desocupado definitivamente ou provisoriamente, ou emprego novo criado e ainda não preenchido.

Art. 44. O quadro de pessoal do consórcio é composto pelos empregados públicos e ocupantes de empregos em comissão constantes no Anexo Único do Protocolo de Intenções.

§1º. A remuneração, a carga horária, as especificações, as descrições e as atribuições dos agentes públicos são as definidas nos Anexos II, III e IV do Protocolo de Intenções.

§2º. Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, conforme previsto em Convenção Coletiva de Trabalho.

§3º. Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§4º. Nos termos dos estatutos, os empregados públicos do Consórcio ou servidores a ele cedidos, excetuados os empregos em comissão, poderão perceber, a critério do Presidente e conforme as regras previstas nos parágrafos seguintes, gratificação pelo exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento, gratificação pela mudança do local de trabalho, conforme regulamento a ser definido pela Presidência e aprovado em Assembléia Geral.

§5º. A gratificação pelo exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento, é devida aos empregados públicos do Consórcio ou servidores cedidos, excetuados os empregos em comissão.

§6º. A gratificação pela mudança do local de trabalho, de caráter indenizatório, é devida aos empregados públicos do Consórcio ou servidores cedidos, excetuados os empregos em comissão, que venha a residir em outra cidade daquela que originalmente desempenhava suas funções, a pedido do Consórcio.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 45. No caso de extinção do emprego público, o empregado terá rescindido automaticamente seu contrato de trabalho, não possuindo direito à disponibilidade remunerada ou aproveitamento em qualquer outro emprego público do consórcio ou dos entes consorciados.

Art. 46. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e/ou pelo Secretário Executivo.

§1º. O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

Art. 47. A vacância do emprego decorrerá do implemento de condições legalmente estabelecidas, inclusive:

I - aposentadoria;

II - falecimento;

III - demissão;

IV - término do prazo contratual ou rescisão antecipada do contrato, nos casos de contratação temporária;

Parágrafo único. A demissão será aplicada ao empregado, à bem do serviço público, em virtude de:

I. Não satisfeitas às condições do contrato de experiência;
II. Processo administrativo disciplinar em que reste comprovada a justa causa para rescisão do contrato, nos termos da legislação trabalhista;
III. Razões de interesse público, devidamente motivadas, sem prejuízo das indenizações previstas na legislação trabalhista;
IV. A pedido do empregado.

Art. 48. Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

I. Até que se realize concurso público;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

II. Até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que se vier a vagar;
III. Na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;
IV. Para atender demandas do serviço, com programas e convênios;
V. Assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;
VI. Realização de levantamentos cadastrais e sócio-econômicos, declarados urgentes e inadiáveis;
VII. Execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;
VIII. Houver suficiência de dotação orçamentária.

§1º. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo o salário para ele prevista.

§2º. As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

§3º. As contratações temporárias serão realizadas através de processo seletivo simplificado ou análise curricular.
§4º. As contratações temporárias somente poderão ocorrer se houver suficiência de dotação orçamentária e mediante prévia autorização do Presidente do consórcio público.

Art. 49. A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial inicial para o respectivo emprego.

Art. 50. O contrato temporário extinguir-se-á:
I. Pelo término do prazo contratual, sem direito a indenização;
II. Por iniciativa do contratado, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização;
III. Por iniciativa do consórcio, antes do término do prazo contratual.

§1º. A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

§2º. A extinção do contrato nos termos do inciso III deste artigo somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30(trinta) dias do salário que lhe caberia.

Art. 51. Os valores dos salários dos empregos públicos são os constantes do Anexo próprio do Protocolo de Intenções e deste Estatuto, assegurada a revisão geral anual.

Parágrafo único. O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da jornada de trabalho regular estabelecida para o emprego público, sendo que esta poderá ser reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com a redução proporcional da remuneração.

Art. 52. O ingresso no consórcio público dar-se-á no patrão de salário inicial "A" do emprego para o qual o empregado foi concursado e contratado.

Art. 53. Além do salário e demais vantagens previstas no Protocolo de Intenções, serão pagos aos empregados públicos as seguintes vantagens:

I. Indenizações;
II. Auxílios pecuniários;
III. Adicionais previstos em lei.

§1º. As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para nenhum efeito.

§2º. As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários.

Art. 54. Conceder-se-á indenização a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado público que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, em valor a ser fixado por resolução da Presidência.

Parágrafo único. Nos casos de locomoção do empregado que não demandar pernoite em cidade distinta da do local de trabalho, a indenização a título de alimentação far-se-á por ressarcimento das despesas realizadas, mediante comprovação fiscal.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

CAPÍTULO II
DO REGIME DISCIPLINAR DOS EMPREGADOS PÚBLICOS

Art. 55. São deveres dos empregados públicos:

I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições do emprego, não aceitando serviços estranhos que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo ao interesse público a quaisquer outros de ordem pessoal;
II. Ser leal às instituições a que servir e guardar sigilo sobre assunto da repartição;
III. Observar as normas legais e regulamentares;
IV. Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
V. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
VI. Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
VII. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa; viii - ser assíduo e pontual ao serviço;
VIII. Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
IX. Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o interesse público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;
X. Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;
XI. Utilização dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo consórcio público;
XII. Comunicar à autoridade competente e ao seu chefe imediato quaisquer informações que possam interessar ao consórcio público;
XIII. Oferecer quando solicitado ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;
XIV. Atender na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando o serviço o exigir a juízo da autoridade competente ou chefe imediato, garantida a remuneração pelo serviço extraordinário;
XV. Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com asautoridades, visitantes e colegas para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensáveis ao desempenho das tarefas;
XVI. Participar de cursos, reuniões, treinamentos, campanhas, festividades e outras atividades de interesse do consórcio, ordinárias ou extraordinárias, quando convocados;

Art. 56. Ao empregado público é proibido:

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

I. Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto do consórcio;
III. Recusar fé a documentos públicos;
IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
V. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto do consórcio;
VI. Cometer à pessoa estranha ao consórcio, fora dos casos previstos, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
VII. Coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
VIII. Valer-se do emprego para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade do emprego público;
IX. Receber propina, comissão ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
X. Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
XI. Praticar usura sob qualquer de suas formas;
XII. Proceder de forma desidiosa;
XIII. Utilizar pessoal ou recursos materiais do consórcio em serviços ou atividades particulares;
XIV. Cometer a outro empregado, atribuições estranhas ao emprego que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
XV. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do emprego e com o horário de trabalho

Art. 57. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de empregos públicos.

§1º. A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, e dos Municípios, em todos os seus poderes.

§2º. A acumulação de empregos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação de compatibilidade de horários.

Art. 58. O empregado não poderá exercer mais de um emprego público em comissão.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 59. O empregado responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 60. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte prejuízo ao consórcio ou a terceiros.

§ 1º. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o empregado perante o Consórcio, em ação regressiva.

§ 2º. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 61. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do emprego ou função.

Art. 62. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se sendo independentes entre si.

Art. 63. A responsabilidade administrativa do empregado será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 64. São penalidades disciplinares aplicados aos empregados públicos:

I. advertência;
II. suspensão;
III. demissão.

Art. 65. Na aplicação das penalidades serão consideradas:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
II. os danos que dela provierem para o serviço ou patrimônio público;
III. as circunstâncias agravantes e atenuantes;
IV. os antecedentes funcionais.

Art. 66. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição e de inobservância de dever funcional, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 67. A suspensão será aplicada em caso de reincidência de falta punida com advertência ou da violação das proibições e de inobservância dos deveres que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 30(trinta) dias.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 68. A penalidade de advertência terá seu registro e efeito cancelado, após o decurso de 6 (seis) meses de efetivo exercício e a penalidade de suspensão após decorridos 2 (dois) anos de efetivo exercício, se o empregado não houver, nesses períodos, praticada nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 69. A pena de demissão será aplicada nos casos definidos como falta grave pela legislação trabalhista ou por razões de interesse público, devidamente justificado e motivado.

Art. 70. Configura abandono do cargo a falta injustificada do empregado público ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, devendo ser convocado pessoalmente ou em caso de não localização do empregado será realizada através de jornal de circulação regional.

Art. 71. As faltas do empregado ao serviço poderão ser consideradas justificadas, abonadas ou injustificadas.

§1º. São faltas justificadas aquelas previstas em lei, as quais deverão ser devidamente comprovadas por meio documental, sem prejuízo de sua remuneração.

§2º. Falta injustificada é a ausência, chegada tardia ou saída antecipada intencional ao serviço ou sem motivo amparado em Lei, a qual ocasiona o desconto do dia ou período não trabalhado, bem como dos dias de repouso semanal remunerado.

§3º. As faltas decorrentes de chegadas tardias ou saídas antecipadas diárias poderão ser abonadas pelo Secretário Executivo, a pedido do empregado, mediante compensação de horas extraordinárias ou no período de gozo de férias.

Art. 72. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 73. As penalidades disciplinares serão aplicadas pela Secretaria Executiva e/ou pela Presidência:

Art. 74. A ação disciplinar prescreverá, conforme a natureza da infração observados os prazos estabelecidos na legislação vigente.

I. Em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

II. Em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III. Em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§1º. O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§2º. Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§3º. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§4º. Interrompido o curso da prescrição, a contagem do prazo reiniciará na data em que cessar os motivos desta.

CAPÍTULO III
DA SINDICÂNCIA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 75. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao indiciado o contraditório e ampla defesa.

Art. 76. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, devidamente assinada pelo mesmo.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 77. Como medida cautelar e a fim de que o empregado público não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do efetivo exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 78. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Art. 79. A sindicância será instaurada quando:

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

I. Conhecido o fato e desconhecida a autoria;
II. Conhecida a autoria, mas ausentes os elementos que comprovem os indícios dos fatos que são atribuídos ao empregado.
III. Quando fato conhecido seja punível com advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias.

Art. 80. Da sindicância poderá resultar:

I. arquivamento do processo;
II. aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
III. instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

Art. 81. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar e punir infrações cometidas por empregados e demais pessoas sujeitas ao regime funcional do Consórcio Público cuja punição seja de suspensão superior a 30 (trinta) dias ou demissão.

Art. 82. O processo disciplinar será conduzido por comissão processante composta de 03 (três) empregados, designados pela autoridade competente, que indicara, dentre eles, o seu presidente, secretário e membro.

Parágrafo único. Não poderá participar de comissão de sindicância ou processante, cônjuge, companheiro ou parente do indiciado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 83. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do consórcio.
Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 84. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:
I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
II - instrução, defesa e relatório;
III - julgamento.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 85. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§1º. Sempre que necessário, mediante requerimento fundamentado e deferido pela autoridade competente, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do controle de horário, até a entrega do relatório final.

§2º. As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 86. A sindicância e o processo administrativo disciplinar obedecerão ao princípio do contraditório, assegurada ao empregado público ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 87. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração esta capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 88. Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 89. É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§1º. O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§2º. Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 90. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

§1º. Se a testemunha for empregado público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§2º. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo.

§3º. As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§4º. Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 91. Concluídas as inquirições das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do indiciado, observados os procedimentos previstos no artigo 97 e parágrafos.

§1º. No caso de mais de um empregado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§2º. O procurador do indiciado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 92. Tipificada infração disciplinar será formulada a indicação do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§1º. O empregado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo.

§2º. Havendo 2 (dois) ou mais empregados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§3º. O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§4º. No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 93. O empregado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 94. Achando-se o empregado em lugar incerto e não sabido será citado por edital, publicado na imprensa oficial. Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 10 (dez) dias a partir da publicação do edital.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 95. Considerar-se-á revel o empregado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§1º. A revelia será declarada, por termo nos autos do processo.

§2º. Para defender o empregado revel, a autoridade instauradora do processo designará um empregado como defensor dativo, ocupante de cargo de nível igual ou superior ao do empregado revel, reabrindo-se o prazo para defesa.

Art. 96. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua conclusão.

§1º. O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

§1º. Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 97. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Art. 98. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Art. 99. O julgamento será embasado no relatório da comissão.

Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o empregado de responsabilidade.

Art. 100. Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo.

Parágrafo único: O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 101. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 102. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, com cópia na repartição.

TÍTULO V
DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS
CAPÍTULO I – DA GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Art. 103. A execução das receitas e das despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 104. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I. As contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio;
II. A remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;
III. Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
IV. Os saldos do exercício;
V. As doações e legados;
VI. O produto de alienação de seus bens livres;
VII. O produto de operações de crédito;
VIII. As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;
IX. Os créditos e ações;
X. O produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;
XI. Os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§1º. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I. Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;
II. Quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma do protocolo de intenções e contrato de consórcio público;
III. Na forma do respectivo contrato de rateio.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

§2º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

§3º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§4º. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet ou equivalente.

§5º. Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse publico, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 105. O Consórcio poderá mediante decisão da maioria absoluta da Assembleia Geral, conveniar a outros consórcios ou entidades no âmbito municipal, estadual ou federal, bem como as outras associações de Municípios, visando ampliar os serviços objeto de sua constituição.

§1º. O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§2º. Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

Art. 106. O Consorcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

Art. 107. O Consórcio Público obedecerá, relativamente às suas finanças, ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, às normas gerais de direito financeiro e ao disposto neste Estatuto, devendo programar suas atividades financeiras por meio de orçamento anual, aprovado em Assembléia Geral e expedido por meio de resolução, abrangendo:

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

I. Orçamento fiscal, fixando as despesas e estimando as receitas, efetivas e potenciais;

II. As orientações a serem repassadas aos municípios consorciados para fazer constar em seus respectivos orçamentos a transferência de recursos financeiros ao consórcio público.

Art. 108. O orçamento anual, para o exercício subseqüente do Consórcio Público deverá ser apresentado para deliberação pela Assembléia Geral até o último dia útil do mês de julho de cada exercício.

Art. 109. Após a aprovação do orçamento anual, o Secretário Executivo deverá expedir orientações aos entes consorciados para que prevejam em seus respectivos orçamentos o montante de recursos financeiros a serem transferidos ao Consórcio Público no exercício seguinte.

Art. 110. O consórcio público dará transparência da execução orçamentária por meio da publicação, no seu órgão oficial de publicação, na forma e prazos previstos na legislação vigente.

CAPÍTULO II
DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Art. 111. Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação de normas gerais em vigor, sendo solicitada pelo Secretário executivo ao Presidente, podendo haver delegação, ainda, ao Presidente da Comissão de Licitação, sendo que o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos e por maioria absoluta, poderá determinar que o procedimento licitatório tenha o seu tramite suspenso, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

Art. 112. Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

Art. 113. O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria absoluta poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 114. Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

CAPÍTULO III
DO PATRIMÔNIO

Art. 115. Constituem patrimônio do CIGEDAS VERTENTES:

I. Os bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II. Os bens e direitos que lhe forem doados por entidades públicas, privadas ou particulares.

Art. 116. A alienação, aquisição e oneração dos bens que integram o patrimônio serão submetidas à apreciação e aprovação da Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, sendo necessário quórum mínimo de 2/3 dos entes Consorciados para sua aprovação.

Art. 117. Os bens alienados, cedidos em uso ou destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do instrumento de transferência ou de alienação.

Art. 118. O Consórcio poderá realizar operação de crédito com vistas ao financiamento de equipamentos, obras e instalações vinculadas aos seus objetivos, entregando como pagamento ou como garantia receitas futuras da prestação de serviços, ou tendo como garantidores os entes consorciados interessados.

TÍTULO VI
DA GESTÃO ASSOCIADA
CAPÍTULO I
DA AUTORIZAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 119. Fica autorizado pelos municípios que integram o CIGEDAS, nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal n. 11.107/2005, a fazer gestão associada dos serviços públicos que constituem as finalidades previstas na Cláusula 3ª deste Protocolo de Intenções.

§1º. A gestão associada poderá ainda compreender, no que couber, o exercício das atividades de planejamento, regulação e fiscalização, acompanhadas ou não da prestação de serviços

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos de contrato de programa;

§2º. A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos entes consorciados que celebrarem contrato de programa.

§4º. Fica o Consórcio autorizado a licitar e contratar concessão, permissão ou autorizar a prestação dos serviços públicos objeto de gestão associada.

Art. 120. A gestão associada abrangerá os serviços prestados no âmbito dos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem.

CAPÍTULO II
DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 121. Ao consórcio é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

Art. 122. São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I. O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;
II. O modo, forma e condições de prestação dos serviços;
III. Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;
IV. Os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;
V. A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;
VI. As penalidades e sua forma de aplicação;
VII. Os casos de extinção;
VIII. Os bens reversíveis;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

IX. Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X. A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI. O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XII. Demais cláusulas previstas na lei 11.107/2005 e seu regulamento.

Art. 123. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I. O titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II. Extinção do consórcio.

§1º. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§2º. No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

CAPÍTULO III
DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 124. O consórcio elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

§1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§3º. Para o repasse dos recursos especificados no contrato de rateio fica o poder executivo municipal autorizado a determinar a instituição bancária o débito dos valores em sua conta corrente quando do recebimento das parcelas do FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

§4º. A celebração de contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária constituirá, nos termos da lei, ato de improbidade administrativa.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

TÍTULO VII
DA RETIRADA DO CONSÓRCIO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CAPÍTULO I
DA RETIRADA DO CONSÓRCIO

Art. 125. São hipóteses de exclusão de ente consorciado, observada a legislação vigente:

I. A não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II. A subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III. A existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

IV. O não pagamento, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, dos serviços contratados com o Consórcio;

§1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão por 60 (sessenta) dias período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§2º. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o 2/3 dos votos.

§3º. Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

§4º. Por decisão da assembléia geral poderá haver a reabilitação do ente excluído, mediante a comprovação de regularização dos motivos da exclusão.

§5º. Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§6º. Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

§7º. A exclusão não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

Art. 126. A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, com antecedência mínima de 180(cento e oitenta) dias e com prévia autorização do legislativo municipal.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

§1º. A retirada do ente não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio.

§2º. Os bens destinados ao consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I. Decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II. Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III. Reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções do consórcio público ou pela Assembléia Geral do consórcio.

CAPÍTULO II
DA ALTERAÇÃO

Art. 127. - A alteração deste Estatuto de consórcio público observará o procedimento estabelecido no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e na legislação aplicável.

CAPÍTULO III
DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 128. A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

TÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Art. 129. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Protocolo de Intenções, pelo Contrato, por este Estatuto e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes Federativos que as editaram.

Art. 130. A interpretação do disposto neste Estatuto deverá ser compatível com o exposto no Protocolo de Intenções e, bem como, com os seguintes princípios:

I. Respeito à autonomia dos entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada Ente Federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;
II. Solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;
III. Eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;
IV. Transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente Federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;
V. Eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 131. O Estatuto do consórcio público deverá ser publicado no órgão de publicação legal. Parágrafo único. A publicação do Contrato de Consórcio Público poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

Art. 132. A descrição das atribuições dos empregos constantes deste Estatuto e Protocolo de Intenções, sempre que necessário e de interesse do Consórcio Público, poderão ser alterados, adequados e modificados, por meio de Resolução, após aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 133. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS VERTENTES o Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, veiculado através do endereço eletrônico http://www.iof.mg.gov.br/ .

Art. 134. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a administração pública em geral.

Art. 135. Além do Consórcio, qualquer ente consorciado, quando adimplente com suas obrigações, é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no presente Estatuto de Consórcio Público.

Art. 136. Para dirimir eventuais controvérsias do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público de deste Estatuto que originar, fica eleito o foro da Comarca de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem certos e ajustados, assinam o presente, que se regerá pela Lei Federal 11.107/ 2005 e pelo Decreto Federal 6.017/2007, em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

São João Del Rei, 02 de agosto de 2019.

REINALDO APARECIDA FONSECA
PREFEITO MUNICIPAL DE BARROSO

JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE CARRANCAS

ALTAIR ALVIM
PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS

FÚVIO OLÍMPIO DE OLIVEIRA PINTO
PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES

MARCÍLIO TADEU TEIXEIRA COTTA
PREFEITO MUNICIPAL DE DORES DE CAMPOS

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

CIGEDAS
VERTENTES

HEITOR CAMILO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE IBITURUNA

FABIANO RIBEIRO DO VALE
PREFEITO MUNICIPAL DE ITUTINGA

MANOEL GERALDO DE RESENDE
PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DOURADA

JOÃO EUSTÁSIO
PREFEITO MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS DE MINAS

JOSÉ HEITOR GUIMARÃES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL DE NAZARENO

LESTER REZENDE DANTAS JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL DE PRADOS

AURÉLIO SUENES DE RESENDE
PREFEITO MUNICIPAL DE RESENDE COSTA

HIGINO ZACARIAS DE SOUZA

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

PREFEITO MUNICIPAL DE RITÁPOLIS

SINARA RAFAELA CAMPOS
PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MINAS

NIVALDO JOSÉ DE ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI

DENILSON SILVA REIS
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

JACINTO ALAIR DE PAULA
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE MINAS

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL DE TIRADENTES

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

CIGEDAS
VERTENTES

ANEXO I

AGENTES PÚBLICOS

Empregos Públicos	Escolaridade	Nº de Vagas	Carga Horária Sem.	Refer. Salarial Mensal	Provimento
Secretário Executivo	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	98	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Administrativo	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	83	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Jurídico	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	83	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)
Coordenador de Programa Regional	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	05	40	74	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional I	Ensino Fundamental *(equivalente ao 1º grau)*	20	40	12	Emprego Público Concurso Público
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional II	Ensino Médio *(equivalente ao 2º grau)*	30	40	37	Emprego Público Concurso Público
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional III	Nível Superior	20	40	48	Emprego Público Concurso Público
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional IV	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	20	40	68	Emprego Público Concurso Público
Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional I	Ensino Fundamental *(equivalente à 4ª série)*	10	40	01	Emprego Público Concurso Público
Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional II	Ensino Fundamental *(equivalente ao 1º grau)*	10	40	06	Emprego Público Concurso Público
Agente Operacional em Gestão de Desenvolvimento Regional	Ensino Fundamental *(equivalente à 4ª série)*	10	40	22	Emprego Público Concurso Público

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

ANEXO II
TABELA DE REFERÊNCIA

Referência	01 a 140
Valor	R$ 998,00 a R$ 15.615,44
Padrão estabelecido por unidade de referência 2% por unidade considerando juros compostos simples	

$$Salário\ referência = Salário\ Mínimo \times [1 + 0{,}02]^{ref-1}$$

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

CIGEDAS
VERTENTES

ANEXO III

DESCRIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Secretário Executivo	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	98	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)

Atribuições:

I. Quando convocado, comparecer às reuniões do Conselho Fiscal;

II. Secretariar as reuniões da Assembléia Geral do Consórcio;

III. Realizar a programação dos compromissos do CIGEDAS;

IV. Executar a gestão administrativa do CIGEDAS dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

V. Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

VI. Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente pela gestão financeira, bem como assinar as demonstrações contábeis e financeiras, elaboradas pela Contabilidade;

VII. Submeter à Presidência as propostas de plano plurianual e de orçamento anual do Consórcio;

VIII. Praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa,

IX. Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com o Presidente;

X. Zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

XI. Praticar atos relativos à área de recursos humanos e administração de pessoal, cumprindo e responsabilizando-se pela observância dos preceitos legais estatutários;

XII. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação, na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;

XIII. Elaborar a prestação de contas, o relatório de atividades e o balanço anual a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral do CIGEDAS;

XIV. Promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

XV. Solicitar a Presidência a autorização para a abertura de processos licitatórios para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;

O Secretário executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente do Consórcio. A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado no quadro de avisos do Consórcio

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Diretor Administrativo	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	83	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)

Atribuições:

I. Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
II. Realizar reuniões, orientações e auditorias;
III. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
IV. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
V. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
VI. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
VII. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
VIII. Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
IX. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
X. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
XI. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
XII. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
XIII. Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
XIV. Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
XV. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
XVI. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
XVII. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
XVIII. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
XIX. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
XX. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

XXI. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
XXII. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
XXIII. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
XXIV. Elaborar registros de operações contábeis;
XXV. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
XXVI. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
XXVII. Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
XXVIII. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
XXIX. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Diretor Jurídico	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	83	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)

Atribuições:

I. Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
II. Realizar reuniões, orientações e auditorias;
III. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
IV. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
V. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
VI. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
VII. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
VIII. Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
IX. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
X. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

XI. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
XII. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
XIII. Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
XIV. Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
XV. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
XVI. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
XVII. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
XVIII. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
XIX. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
XX. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
XXI. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
XXII. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
XXIII. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
XXIV. Elaborar registros de operações contábeis;
XXV. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
XXVI. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
XXVII. Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
XXVIII. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Coordenador de Programa Regional	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	05	40	74	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)

Atribuições:

I. Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
II. Realizar reuniões, orientações e auditorias;

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

III. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
IV. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
V. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
VI. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
VII. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
VIII. Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
IX. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
X. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
XI. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
XII. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
XIII. Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
XIV. Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
XV. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
XVI. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
XVII. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
XVIII. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
XIX. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
XX. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
XXI. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
XXII. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
XXIII. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
XXIV. Elaborar registros de operações contábeis;
XXV. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
XXVI. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
XXVII. Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
XXVIII. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional I	Ensino Fundamental *(equivalente ao 1º grau)*	20	40	12	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Executar, sob supervisão, atividades auxiliares de apoio nas áreas de atuação do Consórcio;
II. Executar atividades e serviços auxiliares administrativos, logísticos e operacionais que lhes forem atribuídos, relacionados aos serviços administrativos do órgão;
III. Elaborar relatórios de apoio aos serviços administrativos do consórcio;
IV. Executar trabalhos relativos à tramitação de papéis e processos;
V. Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;
VI. Executar serviços de cadastro em geral, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
VII. Controlar atividades relacionadas com recursos humanos;
VIII. Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos relativos a preenchimento e entrega de documentos;
IX. Executar serviços de apoio à análise e encaminhamento de processos;
X. Executar serviços relativos à atualização de registros funcionais, digitação, cadastramento de dados, manutenção e organização de arquivos;
XI. Expedir registros e documentos em geral, sob orientação superior;
XII. Secretariar autoridades superiores, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;
XIII. Integrar-se em projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos, emprestando apoio administrativo necessário;
XIV. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional II	Ensino Médio *(equivalente ao 2º grau, com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	30	40	37	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;
II. Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355 -
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do consórcio;

III. Receber e montar os processos administrativos;

IV. Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;

V. Redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;

VI. Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;

VII. Controlar e executar o cadastramento de bens móveis e imóveis;

VIII. Auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;

IX. Auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;

X. Conduzir veículos, desde que possua carteira nacional de habilitação na categoria, observada a legislação de trânsito vigente, elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

XI. Executar trabalhos referentes à análise e controle de serviços contábeis, em consonância com sua habilitação;

XII. Executar trabalhos relativos a balancetes, análise e controle estatístico;

XIII. Executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;

XIV. Executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisas legislativas e jurisprudências;

XV. Executar atividades afetas à administração de recursos humanos;

XVI. Expedir registros e documentos em geral;

XVII. Secretariar autoridades;

XVIII. Redigir expedientes relacionados as suas atribuições;

XIX. Participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;

XX. Fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;

XXI. Prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

XXII. Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;

XXIII. Realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;

XXIV. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional III	Nível Superior	20	40	48	Emprego Público Concurso Público
Atribuições:					

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

I. Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
II. Realizar orientações e auditorias;
III. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
IV. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
V. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
VI. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
VII. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
VIII. Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
IX. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
X. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
XI. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
XII. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
XIII. Estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
XIV. Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
XV. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
XVI. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
XVII. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
XVIII. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
XIX. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
XX. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
XXI. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
XXII. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
XXIII. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
XXIV. Elaborar registros de operações contábeis;
XXV. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio;
XXVI. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
XXVII. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional IV	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	20	40	68	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

XVIII. Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
XXIX. Realizar orientações e auditorias;
XXX. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
XXXI. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
XXII. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
XXIII. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
XXIV. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
XXV. Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
XXVI. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
XXVII. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
XXVIII. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
XXIX. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
XL. Estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
XLI. Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
XLII. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
XLIII. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
XLIV. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
XLV. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
XLVI. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
XLVII. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
LVIII. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
XLIX. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados,

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;

L. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;

LI. Elaborar registros de operações contábeis;

LII. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio;

LIII. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;

LIV. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional I	Ensino Fundamental *(equivalente à 4ª série)*	10	40	01	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Executar, sob supervisão, atividades operacionais relacionadas ao órgão;

II. Realizar trabalhos de manutenção, limpeza e conservação de ambientes externos, máquinas, veículos e equipamentos, contribuindo com a realização das tarefas de outros profissionais.

III. Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.

IV. Auxiliar na execução de obras, preparando canteiros de obras, limpando a área e compactando solos, a fim de possibilitar o início dos trabalhos, determinando o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material, preparando o solo, recobrindo-o com areia ou terra, para nivelá-lo para permitir o assentamento das peças.

V. Promover a execução, manutenção, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água, vasos sanitários, pias, vestiários, alambrados, entre outros.

VI. Manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do consórcio, visando o bem-estar e saúde das pessoas.

VII. Manter todo o processo de higienização do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo e limpeza

VIII. Coletar resíduos, selecionando os materiais e dejetos coletados.

IX. Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.

X. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional II	Ensino Fundamental *(equivalente ao 1º grau)*	10	40	06	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;
II. Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do consórcio;
III. Receber e montar os processos administrativos;
IV. Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;
V. Redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;
VI. Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
VII. Auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;
VIII. Auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
IX. Conduzir veículos para transporte de passageiros e/ou cargas, desde que possua carteira nacional de habilitação na categoria "d", observada a legislação de trânsito vigente, efetuando pequenos reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
X. Executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
XI. Expedir registros e documentos em geral;
XII. Secretariar autoridades; processos administrativos;
XIII. Redigir expedientes relacionados as suas atribuições;
XIV. Participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;
XV. Fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;
XVI. Prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
XVII. Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;
XVIII. Realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;
XIX. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Agente Operacional em Gestão de Desenvolvimento Regional	Ensino Fundamental *(equivalente à 4ª série)*	10	40	22	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Operar máquinas como motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, tratores, retroescavadeiras, vibroacabadora, fresadora entre e outras, para execução de serviços de escavação, terraplenagem, desmatamento, barragem, nivelamento de solo, pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas e estradas vicinais, curva de nível e bueiros, carregamento e descarregamento de material, entre outros, para realização da obra, de acordo com o especificado;

II. Conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;

III. Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;

IV. Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

V. Efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas sob sua responsabilidade;

VI. Por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;

VII. Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;

VIII. Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;

IX. Conduzir as máquinas e os tratores sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;

X. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio.

Av. Leite de Castro, nº 1364. São João Del Rei / MG. 36.301-180 - (32) 3373 2355
www.cigedas.mg.gov.br | cigedasvertentes@cigedas.mg.gov.br

076

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES- CIGEDAS VERTENTES.

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro às nove horas reunidos consoante prévia Convocação na sede Associação dos Municípios da Microrregião do Campo das Vertentes – AMVER, sediada a Avenida Leite de Castro n. 1364, Bairro Fábricas, CEP 36.301-180 com a presença dos Prefeitos dos Municípios Consorciados, cita-se, Alfredo Vasconcelos, Barroso, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Congonhas, Dores de Campos, Ibituruna, Itutinga, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Mariana, Nazareno, Prados, Resende Costa, Ritápolis, Santa Cruz de Minas, São João Del Rei, São Tiago, São Vicente de Minas e Tiradentes, com objetivo de eleger a Presidência e os respectivos Membros do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS, para o biênio 2025/2026, iniciando o Mandato no primeiro dia de janeiro de dois mil e vinte e cinco e ocaso aos trinta e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e seis. Desta ditá, após dispensada pelo quorum presente na sessão a leitura da Ata anterior o atual Presidente Higino Zacarias de Sousa, elucidou que consoante menciona o Estatuto e o Protocolo vigentes, somente uma Chapa registrou candidatura. Assim, procedeu-se a leitura da única Chapa, cujo registro sucedeu junto a Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes aos dois dias do mês de dezembro do corrente exercício, composta pelo Presidente seguida dos Chefes do Executivo, ora mencionados. Presidência – José Antonio do Nascimento, Prefeito do Municipio de Tiradentes, Vice Presidente – Alexandre Nonato Almeida Vivas, Prefeito do Municipio de São Tiago, e o Conselho Fiscal com a respectiva composição assim emoldurada. Primeiro Conselheiro - Anderson Geraldo de Paula, Prefeito do Municipio de Barroso, Suplente – Ismar José de Melo, Prefeito de Lagoa Dourada, Segundo Conselheiro Fiscal – Sidinei Resende Paiva, Prefeito do Municipio de Coronel Xavier Chaves, Suplente – Diego Alvarenga, Prefeito do Municipio de Nazareno, Terceiro Conselheiro Fiscal – Fernando Palumbo, Prefeito do Municipio de Itutinga, Suplente – Hely de Andrade, Prefeito do Município de Carrancas. Ato contínuo foi aclamada por unanimidade a Presidência e o Conselho Fiscal para o mandato cujo ciclo iniciar-se-á

CARTÓRIO RTDPJ
SÃO JOÃO DEL REI-MG
EM BRANCO

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES- CIGEDAS VERTENTES.

077

no primeiro dia de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, sendo convencionado ainda a dispensa da cerimônia de posse, restando empossada a Chapa vencedora automaticamente na data alhures citada. Não obstante confirmou por unanimidade a atual condução da Secretaria Executiva no lapso o qual a Chapa vencedora conduzirá a gestão 2025/2026. Feita as explanações e considerações finais, o atual Presidente externou gratidão pelas ilustres presenças, dando por findada a 47ª Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes. Outrossim, eu Kassiana Alves Arantes, Secretaria Executiva do Consórcio, lavro a presente Ata que após lida e aprovada, segue por mim assinada e pelos demais Prefeitos e/ou Representantes legalmente credenciados presentes nesta Assembléia.

Secretária Executiva:

Presidente: (vice)

Presidente Eleito: Alexandre Renato Almeida Vieira (vice)

1º Conselheiro:

Suplente:

2º Conselheiro

Suplente

3º Conselho

Suplente

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Leite de Castro, 1164 - Fábricas - São João del-Rei - MG
Telefone: (32) 3510-6010 - E-mail: cartoriosaojoao@hotmail.com
Oficial: Eduardo Guimarães Botelho Amaral

PROTOCOLO: 40935 | REGISTRO: 21540
LIVRO: B-131 | FOLHA: 66/67 | DATA: 26/12/2024
Cotação: Emol.: R$ 83,92 - TFJ: R$ 22,31 - Recompe: R$ 6,04 - Desp.: R$ 0,00
ISS: R$ 4,19 - Valor Final R$ 116,46
Códigos 5202-7(1), 5550-9(1), 8101-8(2)
Adrielle Rebeka Ferreira Marques - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
1º Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
São João del Rei - MG
SELO DE CONSULTA: HZO45280
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0583.3631.0768.9177
Quantidade de atos praticados: 4
Ato(s) praticado(s) por: Adrielle Rebeka Ferreira Marques - Escrevente
Emol.: R$ 88,06 - TFJ: R$ 22,31
Valor Final: R$ 111,27 - ISS: R$ 4,19
Consulte a validade deste selo no site: https://selos.tjmg.jus.br

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO RTDPJ
SÃO JOÃO DEL REI-MG
EM BRANCO

078

Termo de Posse

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco às treze horas e trinta minutos na sede administrativa do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes, CIGEDAS, estabelecido a Rua Operário Uriel de Moura Ferreira, nº 31 Vila Maria (Bonfim), São João del Rei / Minas Gerais, CEP 36.307-622, reuniram-se para tomar posse a Presidência e o Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes, denominado CIGEDAS VERTENTES, eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 20 de dezembro de dois mil e vinte e quatro e assim constituídos para o triênio 2025 - 2026 do período de primeiro de janeiro de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e seis na seguinte conformidade.

Presidente: José Antônio do Nascimento

Vice Presidente: Alexandre Monteiro Almeida Viana

1º Conselheiro Fiscal: Anderson Evaristo de Paula

2º Conselheiro Fiscal: Aldinei Resende Faria

3º Conselheiro Fiscal: Fernando Palumbo

Membros Suplentes

Tomar José de Melo

Diego Miranda Reis Freitas Meronga

Helen de Andrade

Com o compromisso de bem desempenhar as atribuições que lhes foram outorgadas pelo Estatuto e Protocolo de Intenções, ficaram assinatura no presente Termo de Posse.

São João del Rei, 02 de janeiro de 2025

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
SÃO JOÃO DEL REI - MG
Av. Leite de Castro, 1164
Bairro Fábricas - CEP 36301-180
SÃO JOÃO DEL REI - MG

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Leite de Castro, 1164 - Fábricas - São João del-Rei – MG
Telefone: (32) 3518-6010 - E-mail: cartoriosaojoao@hotmail.com
Oficial: Eduardo Guimarães Caixeta Amaral

PROTOCOLO: 41009 | REGISTRO: 21595
LIVRO: B-131 | FOLHA: 256 | DATA: 06/01/2025
Cotação: Emol.: R$ 78,72 - TFJ: R$ 20,31 | Recompe: R$ 4,72 - Desp.: R$ 0,00
ISS: R$ 3,94 - Valor Final: R$ 107,69
Código: 3402-(17) 9550-4(1) 9101-8(1)
Eduardo Guimarães Caixeta Amaral - Oficial
PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
1º Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
São João del Rei - MG
SELO DE CONSULTA: HZG46582
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1431 4800 0788 9943
Quantidade de atos praticados:
Ato(s) praticado(s) por: Eduardo Guimarães Caixeta Amaral

ESTE DOCUMENTO É CÓPIA DO ORIGINAL, ASSINADO DIGITALMENTE E TEM VALOR COMERCIAL E JURÍDICO. PODE SER CONFERIDO NO SITE HTTPS://PRENOTA.ANOREG.ORG.BR/ACESSO COM O SELO DE AUTENTICIDADE

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONSOLIDADA DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES – CIGEDAS

Registrado sob o nº 19698, LIVRO B94, página 226 – AV nº1 no cartório de Títulos e Documentos Civil de Pessoas Jurídicas de São João Del Rei – MG

Conforme Deliberação da 37º Assembleia Geral - Extraordinária realizada no dia 27 de junho de 2022 que aprovou o ingresso do Município de Congonhas, e nos termos da Lei Municipal nº 4.097 de 15 de julho de 2022

São João del-Rei, 16 de julho de 2022

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

SUMÁRIO

PREÂMBULO

TÍTULO I – CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E NATUREZA JURIDICA

CLÁUSULA 1ª – Denominação

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

CLÁUSULA 2ª – Objetivos

CLÁUSULA 3ª - Finalidades

CAPÍTULO III – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

CLÁUSULA 4ª – Prazo

CLÁUSULA 5ª – Endereço

TÍTULO II – DA SUBSCRIÇÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO I – DOS ENTES CONSORCIADOS, DA SUBSCRIÇÃO

CLÁUSULA 6ª - Subscritores

CLÁUSULA 7ª - Consorciamento e ratificação

CLÁUSULA 8ª - Desmembramentos ou fusões nos municípios

CLÁUSULA 9ª – Entrada de novos entes

CLÁUSULA 10 – Ratificação

CAPÍTULO II – DA ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA 11 – Área de atuação

CLÁUSULA 12 – Atividades fora da área de atuação

TÍTULO III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

CAPÍTULO I – DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 13 – Direitos dos consorciados

CLÁUSULA 14 – Deveres dos consorciados

CAPÍTULO II - DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO

CLÁUSULA 15 – CIGEDAS VERTENTES x Municípios

CLÁUSULA 16 – Presidente x CIGEDAS VERTENTES

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

080

TÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 17 – Organização

CLÁUSULA 18 – Estatuto

CAPÍTULO II – DA ASSEMBLÉIA GERAL

CLÁUSULA 19 – Formação

CLÁUSULA 20 – Assembléia Ordinária

CLÁUSULA 21 – Convocação

CLÁUSULA 22 – Votação

CLÁUSULA 23 – Competências

CLÁUSULA 24 – Eleição da presidência

CLÁUSULA 25 – Nomeação da Diretoria Executiva

CLÁUSULA 26 – Destituição do Presidente

CLÁUSULA 27 – Aprovação e/ou Alteração de Estatuto

CLÁUSULA 28 – Atas

CLÁUSULA 29 – Publicação

CAPÍTULO III – DA PRESIDÊNCIA

CLÁUSULA 30 – Composição

CLÁUSULA 31 – Atribuições do Presidente

CLÁUSULA 32 – Substituto ou sucessor

CLÁUSULA 33 – Atribuições do Vice Presidente

CAPÍTULO IV – DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA 34 – Composição

CLÁUSULA 35 – Atribuições

CAPÍTULO V – DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 36 – Composição

CLÁUSULA 37 – Exigências para ocupações dos cargos

CLÁUSULA 38 – Atribuições do Secretário Executivo

TÍTULO V – DOS RECURSOS HUMANOS

CAPÍTULO I – DOS AGENTES PÚBLICOS

CLÁUSULA 39 – Previsão dos empregos públicos

CLÁUSULA 40 - Regimentos dos empregos públicos

Rua Celso Assunção nº 09, Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

CLÁUSULA 41 – Remuneração

CLÁUSULA 42 – Concurso Público

CLÁUSULA 43 – Direitos dos empregados públicos

CLÁUSULA 44 – Deveres dos empregados públicos

CLÁUSULA 45 – Vedações aos empregados públicos

CAPÍTULO II – DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

CLÁUSULA 46 – Contratação

CLÁUSULA 47 - Extinção

TÍTULO VI – DA GESTÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I – DA GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

CLÁUSULA 48 – Execução das receitas e despesas

CLÁUSULA 49 – Recursos Financeiros

CLÁUSULA 50 – Fiscalização

CLÁUSULA 51 – Interveniente

CLÁUSULA 52 – Imunidade tributária

CAPÍTULO II – DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA 53 – Instauração

CLÁUSULA 54 – Publicidade

CLÁUSULA 55 – Suspensão do procedimento licitatório

CLÁUSULA 56 – Acessibilidade aos documentos

CAPÍTULO III – DO PATRIMÔNIO

CLÁUSULA 57 – Constituição

CLÁUSULA 58 – Alienação, aquisição e oneração

CLÁUSULA 59 – Bens alienados ou cedidos ao Consórcio

CLÁUSULA 60 – Aquisições

TÍTULO VII – DA GESTÃO ASSOCIADA

CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 61 – Autorização

CLÁUSULA 62 – Abrangência

CAPÍTULO II– DO CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA 63 – Autorização

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

CLÁUSULA 64 – Cláusulas

CLÁUSULA 65 – Vigência dos contratos de programa

081

CAPÍTULO III – DO CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA 66 – Formalização

TÍTULO VIII - DA ALTERAÇÃO, RETIRADA, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO

CAPÍTULO I – DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA 67 – Aprovação

CAPÍTULO II – DA RETIRADA

CLÁUSULA 68 – Ato formal

CAPÍTULO III – DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA 69 – Hipóteses

CLÁUSULA 70 – Procedimentos

CAPÍTULO IV – DA EXTINÇÃO

CLÁUSULA 71 – Aprovação

TÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 72 – Legislação

CLÁUSULA 73 – Convênios

CAPÍTULO II – DO APERFEIÇOAMENTO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA 74 – Vigência da alteração

CAPÍTULO III – DO DIREITO DE EXIGIR CUMPRIMENTO

CLÁUSULA 75 – Partes legítimas

CAPÍTULO IV – DO FORO

CLÁUSULA 76 – Comarca eleita

PREÂMBULO

Os Consórcios Públicos representam a aliança entre entidades da Federação com vistas à realização de objetivos comuns, estabelecendo relações de cooperação federativa, para o desenvolvimento de ações conjuntas para o alcance de benefícios coletivos.

Revestida como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica, os consórcios podem promover atividades relacionadas ao desenvolvimento regional, ações de saneamento básico, educação, saúde, gestão, tratamento do lixo urbano, água, esgoto ou projetos urbanos.

O eixo público no qual enverga o Consórcio subscritor encontra fundamento na Lei n. 11.107, de 06 de abril de 2005, bem como nas demais alterações que venham a alterar/complementar quaisquer dos dispositivos delineados pelo instituto retro.

Num breve relato a Lei supra dispõe acerca das normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum, regulamentado pelo Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que, dentre outras disposições, descreve as condições e critérios dos aspectos constitutivos dos consórcios.

O Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável - CIGEDAS Vertentes é pessoa jurídica de direito público, constituído na forma de associação pública de natureza autárquica interfederativa, sem fins econômicos, regulado pela mencionada Lei Federal nº 11.107, pelo contrato de consórcio, estatuto e leis específicas dos municípios consorciados.

O CIGEDAS Vertentes foi criado com assinatura e registro do Protocolo de Intenções e Estatuto Social em 07 de agosto de 2013, devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos – Registro Civil de Pessoas Jurídicas, regularmente cadastrado no CNPJ nº 18.773.785/0001-09, expedido em 14 de agosto de 2013.

O Consórcio foi instituído para viabilizar uma estratégia que permitisse o acesso universal dos municípios que compõem o consórcio, sendo eles: Alfredo Vasconcelos, Barroso, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Congonhas, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Prados, Resende Costa, Ritápolis, Santa Cruz de Minas, São João Del Rei, São Tiago, Tiradentes,

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

Itutinga, Ibituruna e São Vicente de Minas, objetivando os serviços públicos para o desenvolvimento ambiental sustentável, reconhecendo a importância da adoção de uma política integrada em gestão ambiental em realizar a gestão associada de serviços públicos relacionados à planejamento, assessoramento, fiscalização e regulação de infraestrutura urbana, gestão de saneamento básico, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007 – abastecimento de água potável, manejo de águas pluviais, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, controle de pragas e ou agentes patológicos; além de atividades ligadas à zoonozes e vigilância sanitária e serviços de iluminação pública, visando a promoção de desenvolvimento ambiental sustentável da região dos municípios consorciados no âmbito de suas competências constitucionais.

Considerados os desafios identificados para avançar na gestão dos serviços públicos e o quadro legal, os estudos apontam para a constituição de Consórcios Regionais, constituídos por Municípios de regiões estabelecidas a partir de uma proposta de regionalização, ora em processo de construção.

Considerando os objetivos, princípios e diretrizes que regem as iniciativas públicas;

Considerando que os signatários reconhecem como interesse vital a ampliação e o fortalecimento de suas próprias capacidades gerenciais.

Considerando a capacidade de consorciamento prevista no Artigo 241 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 11.107/05 e na Lei Estadual nº 18.036/09;

RESOLVEM,

ALTERAR E CONSOLIDAR O PRESENTE PROTOCOLO DE INTENÇÕES DE CONSÓRCIO PÚBLICO OBJETIVANDO A INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 4.097, DE 15 DE JULHO DE 2022, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DESTE INSTRUMENTO.

INTEGRA ESTE INSTRUMENTO O PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE INCLUIU O INCISO XV À CLÁUSULA TERCEIRA CONFORME PROTOCOLO N° 36957 – REGISTRO Nº 19698 – AV 2 LIVRO B101 – FOLHA 113/115 – DATA: 11/05/2022

DEMAIS CLÁUSULAS PERMANECEM INALTERADAS.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES /CONTRATO DE CONSORCIO

TÍTULO I

CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

CLÁUSULA 1ª. O consórcio público denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL - CIGEDAS VERTENTES, com sede em São João Del Rei/MG, inscrito no CNPJ 18.773.785/0001-09 tem natureza multifinalitária e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de público e natureza autárquica interfederativa, integrando nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do Decreto Federal n. 6017/07.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

CLÁUSULA 2ª. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL - CIGEDAS VERTENTES tem por objetivos a união dos municípios da microrregião dos campos das vertentes para o desenvolvimento regional através da estruturação de projetos, e pela busca de formas de articulação intermunicipal, com foco na integração, fortalecendo assim as ações compartilhadas, captação de recursos para investimento, eficiência, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, criando assim parcerias institucionais sustentáveis e regionalização das políticas públicas.

CLÁUSULA 3ª. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL - CIGEDAS VERTENTES tem natureza multifinalitária, visando cumprir as seguintes finalidades:

I. Proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores institucionais, ambientais, sanitaristas e de

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

083

infraestrutura, especialmente: seleção, gestão, capacitação e treinamento de pessoal, educação, cultura, saúde, saneamento, agricultura, meio ambiente, transporte e comunicação;

II. Articular os municípios consorciados na defesa dos seus interesses para o desenvolvimento regional, podendo desenvolver planejamentos regionalizados, captação de recursos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, aplicando-os na área de atuação do consórcio, a fim de alcançar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios consorciados;

III. Planejar, assessorar ou executar ações de proteção e gestão do meio ambiente, podendo responsabilizar-se pelos procedimentos de cadastro, controle, fiscalização e licenciamento ambiental de competência dos municípios consorciados;

IV. Apoiar o planejamento e a gestão urbana e territorial intermunicipal, inclusive regularização fundiária, política habitacional e mobilidade urbana;

V. Executar ações para atuar nos diversos meios de comunicação, como internet, rádio, televisão, jornais, revistas, etc., visando o cumprimento do princípio da publicidade e transparência da administração pública, para divulgação de programas e ações institucionais do consórcio e dos municípios consorciados;

VI. Executar estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia civil, ambiental, sanitarista, arquitetura, topografia e correlatos;

VII. Realizar estudos técnicos e emitir pareceres jurídicos, contábeis, ambientais e outros;

VIII. Realizar ações de integração esportiva, cultural e científica nos municípios consorciados;

IX. Desenvolver ou prestar ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e de zoonoses;

X. Promover ações de gestão dos serviços públicos municipais de iluminação pública nos municípios consorciados; restritas às que tenham como objeto fornecimento de bens ou serviços de interesse direto ou indireto ao consórcio;

XI. Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

XII. Prestar serviço público por meio de contratos de programa que celebre com os titulares interessados;

XIII. Planejar ações de saneamento básico e ambiental e manejo dos resíduos sólidos a fim de que sejam realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

XIV. Prestar diretamente ou por seu intermédio, serviços à administração direta ou indireta dos entes consorciados ou ainda através de convênio para outros entes da Federação ou entidades podendo emitir documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura de serviços).

XV. Assegurar e prestar os serviços de inspeção e fiscalização sanitária animal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária, nos municípios consorciados, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa, em conformidade com as normas e regulamentos vigentes e que eventualmente venham a ser expedidos. ***(Incluído pela deliberação da 36ª Assembleia Geral).***

PARÁGRAFO ÚNICO. Para alcançar suas finalidades, o CIGEDAS poderá:

I. Firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, § 1º, I da Lei 11.107/05), seja no âmbito Federal ou Estadual;

II. Ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, gozando inclusive do aumento dos valores previstos na Lei de Licitações, para os casos de dispensa;

III. Instituir, através de decisão da Assembléia Geral, Fundos Intermunicipais para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de entes federados, do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países, visando o desenvolvimento de ações para cumprimento de seus objetivos e finalidades;

IV. Realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios;

V. Realizar licitações de concessões públicas e parcerias público-privadas e fiscalizar contratos de concessão de serviços públicos de competência dos municípios consorciados, nos termos da legislação em vigor;

VI. Instituir banco de informações de fornecedores e registros cadastrais de licitantes e contratantes do consórcio e dos municípios consorciados, inclusive implementar e informar o cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública, nos termos da legislação em vigor.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

VII. Instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços públicos prestados pelo consórcio ou por seus municípios consorciados à população.

084

CAPÍTULO III
DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA 4ª. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL - CIGEDAS VERTENTES vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 5ª. O Consórcio terá sede município de São João Del Rei/MG, e sua área de atuação corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o integram.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Assembleia Geral do Consórcio, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede.

TÍTULO II
DA SUBSCRIÇÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO
CAPÍTULO I
DA SUBSCRIÇÃO

CLÁUSULA 6ª. São subscritores do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio nos termos da Lei 11.107/2005 e da Lei Estadual 18.036/2009 os seguintes municípios:

I. ALFREDO VASCONCELOS, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.094.755/0001-68, com endereço Praça dos Bandeirantes, 20 – Centro, CEP 36.272-000 ***(incluído pela Deliberação da 32ª Assembleia Geral).***

II. MUNICÍPIO DE BARROSO, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.094.755/0001-68, com endereço na Praça Santana nº 120, CEP 36.212-000.

III. MUNICÍPIO DE CARRANCAS, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 17.953.332/0001-93, com endereço na Rua Padre Toledo Taques nº 235, CEP 37.245-000,

IV. MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.557.587/0001-08, com endereço na Rua Pe. Antônio de Pádua Chaves, CEP 36.360-000.

V. MUNICÍPIO DE CONGONHAS, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.094.755/0001-68, com endereço Praça Presidente Juscelino Kubitscheck, 135, Centro CEP: 36410-064 ***(incluído pela deliberação da 37ª Assembleia Geral – Extraordinária),***

VI. MUNICÍPIO DE CORONEL XAVIER CHAVES pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.557.546/0001-03, com endereço na Rua Pe. Reis, nº 84, CEP 36.330-000,

VII. MUNICÍPIO DE DORES DE CAMPOS pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18094.821/0001-08, com endereço na Praça Francisco de Castro, nº 28, CEP 36.213-000.

VIII. MUNICÍPIO DE IBITURUNA,pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.244.418/0001-00, com endereço na Rua Regina Nicolau, nº191,CEP 37.223-000.

IX. MUNICÍPIO DE ITUTINGA pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.244.384/0001-53, com endereço na Rua Gabriel Leite, nº 45, CEP 36.390-000.

X. MUNICÍPIO DE LAGOA DOURADA pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.557.595/0001-46, com endereço na Rua Abelard Pereira, nº 299, CEP 36.345-000.

XI. MUNICÍPIO DE MADRE DE DEUS DE MINAS, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.029.371/0001-61, com endereço na Rua Padre Pedro Onclim, nº 26, CEP 37.305-000.

XII. MUNICÍPIO DE NAZARENO, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.557.561/0001-51, com endereço na Praça Nossa Senhora de Nazaré, nº s/n, CEP 36.370-000.

XIII. MUNICÍPIO DE PRADOS pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.557.538/0001-67, com endereço na Rua José Silva Filho, CEP 36.320-000.

XIV. MUNICÍPIO DE RESENDE COSTA pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 17.749.912/0001-63, com endereço na Rua Maria Cândido de Andrade, 91, CEP 36.340-000.

XV. MUNICÍPIO DE RITÁPOLIS, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.557.553/0001-05, com endereço na Praça Tiradentes, nº 340, CEP 36.335-000.

XVI. MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MINAS, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 01.615.371/0001- 40, com endereço na Praça da Liberdade, s/n, CEP 36.328-000.

085

XVII. MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL - REI, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, com endereço na Rua Ministro Gabriel Passos, 199, CEP 36.307-330.

XVIII. MUNICÍPIO DE SÃO TIAGO, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 17.749.904/0001-17, com endereço na Praça Ministro Gabriel Passos, 681, CEP 36.350-000.

XIX. MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DE MINAS, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 17.954.546/0001-84, com endereço na Rua Visconde do Rio Branco, 681, CEP 36.370-000.

XX. MUNICÍPIO DE TIRADENTES, pessoa jurídica de Direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 18.557.579/001-53, com endereço na Rua Resende Costa, nº 71, CEP 36.325-000.

CLÁUSULA 7ª. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação mediante leis aprovadas por, pelo menos, 2 (dois) Municípios que o tenham subscrito, ou para aqueles que antes de subscreverem o Protocolo de Intenções, disciplinaram por lei sua participação, converter-se-á automaticamente em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL** doravante chamado simplesmente Consórcio.

§1º. Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei, ou aqueles que antes de subscreverem o Protocolo de Intenções, disciplinaram por lei sua participação.

§2º. Será automaticamente admitido como consorciado, o ente que efetuar a ratificação em até dois anos da subscrição deste Protocolo de Intenções.

§3º. A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação pela Assembleia Geral do Consórcio.

CLÁUSULA 8ª. Nas hipóteses de criação, fusão, incorporação ou desmembramento que atinjam entes consorciados ou subscritores do Protocolo de Intenções, os novos entes da Federação serão automaticamente tidos como consorciados ou subscritores.

CLÁUSULA 9º. O ente não mencionado no caput somente poderá integrar o Consórcio por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público que terá a sua eficácia condicionada à sua aprovação pela Assembleia Geral do Consórcio.

CLÁUSULA 10 º. Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, a inclusão da dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao consórcio, a subscrição do contrato de programa e a celebração do contrato de rateio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficam dispensados da ratificação os municípios que antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público.

CAPÍTULO II
DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA 11. A área de atuação do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL** será a área correspondente à soma dos territórios dos municípios consorciados.

CLÁUSULA 12. Em caso de interesse dos municípios consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

TÍTULO III
DOS DIREITOS, DEVERES E CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 13. Constituem direitos dos consorciados:

I. Participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados, através de proposições, debates e deliberações através do voto, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;

II. Votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente e membros do Conselho Fiscal;

III. Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

IV. Compor a Presidência e Vice-Presidência ou Conselho Fiscal do consórcio nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

PARÁGRAFO ÚNICO. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Estatuto do Consórcio Público.

086

CLÁUSULA 14. Constituem deveres dos consorciados:

I. Cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II. Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGEDAS, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III. Cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIGEDAS, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV. Participar ativamente das reuniões e Assembléias Gerais do CIGEDAS.

V. Cumprir com suas obrigações operacionais e financeiras assumidas com o CIGEDAS, sob pena de suspensão e posterior exclusão conforme previsto neste Contrato de Consórcio e legislação vigente.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO

CLÁUSULA 15. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com suas finalidades previstas na Cláusula 3º do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I. Firmar protocolo de intenções;

II. Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

III. Prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados; outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela assembléia geral do consórcio.

CLÁUSULA 16. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL será representado legalmente pelo seu Presidente, eleito em Assembléia Geral dentre os chefes dos Poderes Executivos consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Presidente está autorizado a representar os entes consorciados perante a União, Estados e Municípios bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com suas finalidades previstas na Cláusula 3ª deste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos.

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO
CAPÍTULO I
DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 17. O Consórcio tem a seguinte organização:

I. Assembleia Geral;
II. Presidência e Vice-Presidência
III. Conselho Fiscal;
IV. Secretaria Executiva;

PARÁGRAFO ÚNICO. O estatuto do Consórcio poderá criar núcleos regionais de atuação, independente de alteração do Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA 18. O Consórcio será organizado por estatuto, que disporá sobre a organização e funcionamento de cada um de seus órgãos constitutivos, observando todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II
DA ASSEMBLÉIA GERAL

CLÁUSULA 19. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados, podendo ser ordinária ou extraordinária.

§1º. No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá ser representado na Assembléia Geral tanto por seu substituto legal quanto por quem devidamente indicado de forma expressa pelo mesmo.

§ 2º. Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembleia Geral, e nenhum servidor de um ente consorciado poderá representar outro ente consorciado.

§ 3º. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

087

CLÁUSULA 20. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente pelo menos 03 (três) vezes por ano, em datas a serem definidas, para examinar e deliberar sobre matérias de sua competência, com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

§1º. A Assembléia Geral ocorre extraordinariamente, sempre que convocada, para tratar de matéria importante, inclusive, para deliberar sobre alteração estatutária e alterações de ordem administrativa e de pessoal, por iniciativa do Presidente do Consórcio ou a pedido 50%(cinqüenta por cento) dos consorciados, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas.

§ 2º. A Assembléia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

PARÁGRAFO ÚNICO. A convocação para a reunião da Assembléia Geral Ordinária se dará preferencialmente, por ofícios distribuídos a cada ente consorciado, podendo ser, também por correio eletrônico ou por edital fixado no CIGEDAS com no mínimo 07 (sete) sete dias de antecedência, neste ultimo caso os consorciados serão informados de forma inequívoca da publicação do edital.

CLÁUSULA 21. A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos entes consorciados em dia com suas obrigações operacionais e financeiras e, em segunda convocação pelo menos 30(trinta) minutos após a primeira convocação, com a presença de qualquer número de consorciados adimplentes, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigirem outro quórum, assim definidos neste protocolo ou no estatuto do CIGEDAS.

CLÁUSULA 22. Na Assembleia Geral, cada um dos Municípios consorciados terá direito a um voto.

§ 1º. O voto será público, nominal e aberto, admitindo-se o voto secreto nos casos motivados, quando decidido por 2/3(dois terços) dos participantes da Assembléia Geral.

§ 2º. O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, nas destituições e nas decisões que exijam *quorum* qualificado, votará apenas em caso de desempate, não tendo direito a voto nas deliberações referentes à prestação de contas e outros atos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA 23. Compete à Assembleia Geral:

I. Homologar o ingresso no consórcio de Ente Federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II. Estabelecer orientação superior do Consórcio, promovendo e recomendando estudos e soluções para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos entes consorciados;

III. Julgar recurso que verse sobre a suspensão de ente consorciado;

IV. Aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

V. Aprovar o Protocolo de Intenções e Estatuto do Consórcio e as suas alterações;

VI. Eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio, cujos mandatos serão de 02 (dois) anos;

VII. Ratificar ou recusar a nomeação, exonerar ou destituir os membros da Secretaria Executiva;

VIII. Aprovar:

a) o orçamento plurianual de investimentos;

b) o programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

IX. A fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;

X. A alienação e a oneração de bens do Consórcio ou a daqueles em relação aos quais, nos termos de contrato de programa, tenham sido outorgados os direitos de exploração ao Consórcio.

XI. Aprovar a realização de operações de crédito;

XII. Aprovar o orçamento anual do exercício seguinte;

XIII. Homologar as decisões do Conselho Fiscal;

XIV. Aprovar a celebração de convênios;

XV. Apreciar e sugerir medidas sobre: a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio; o aperfeiçoamento das relações do consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XVI. Deliberar em caráter excepcional sobre matérias relevantes ou urgentes que lhe sejam declinadas;

XVII. Aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio;

XVIII. Dissolver o consórcio, na forma prevista no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

XIX. Deliberar e dispor em ultima instância sobre os casos omissos tidos por relevantes;

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

088

§ 1º. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

§ 2º. O Presidente, o Vice-Presidente e os membros do Conselho Fiscal serão substituídos automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Chefe do Poder Executivo do município consorciado.

CLÁUSULA 24. A Presidência (Presidente e o Vice-Presidente) será eleita em Assembléia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas até o inicio da sessão.

§ 1º. Somente será aceita a candidatura à Presidência de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

§ 2º. A Presidência será eleita mediante voto público e nominal.

§ 3º. Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 1/2 (metade) dos consorciados.

§ 4º. Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, tendo como concorrentes os dois mais votados no primeiro turno.

§ 5º. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos válidos, brancos e nulos.

§ 6º. Não obtido o número de votos mínimo, mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral com essa mesma finalidade, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, prorrogando-se *pro tempore* o mandato do Presidente em exercício.

§7º. As eleições serão realizadas na ultima reunião ordinária do ano e sua convocação se dará por edital fixado na sede do CIGEDAS. As chapas deverão ser registradas completas, podendo ser apresentada candidatura até os primeiros 30(trinta) minutos da reunião marcada para este fim.

§8º. A posse se dará automaticamente no 1º(primeiro) dia de janeiro do ano subseqüente à eleição.

§9º. Nos casos de mudanças de prefeito em final de mandato, a eleição ocorrerá após a diplomação dos eleitos.

CLÁUSULA 25. Proclamado eleito o candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que nomeie a Secretaria Executiva ou a confirme.

§ 1º. Uma vez nomeado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se os indicados aceitam a nomeação.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

§ 2º. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 3º. Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova nomeação.

§ 4º. Ocorrendo causas que impeçam a eleição, prorrogar-se-á *pro tempore* o mandato em exercício.

CLÁUSULA 26. Em qualquer Assembleia Geral poderá ser votada a destituição do Presidente ou Vice Presidente do Consórcio ou membros do Conselho Fiscal, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terço) dos entes consorciados.

§ 1º. Em todas as convocações de Assembleia Geral deverá constar como item de pauta: "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º. Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será a mesma imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º. A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao Diretor que se pretenda destituir.

§ 4º. Será considerada aprovada a moção de censura por metade mais um dos votos dos representantes presentes à Assembleia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º. Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele e a Diretoria estarão automaticamente destituídos, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º. Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º. Aprovada moção de censura apresentada em face de Diretor, ele será automaticamente destituído e, estando presente, aberta a palavra ao Presidente do Consórcio, para nomeação do Diretor que completará o prazo fixado para o exercício do cargo. A nomeação será *incontinenti* submetida à homologação.

§ 8º. Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes.

CLÁUSULA 27. Será convocada Assembléia Geral para a aprovação e/ou alteração do Protocolo/Contrato de Consórcio e Estatuto do Consórcio, devendo ser aprovado por maioria absoluta dos membros consorciados.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

PARÁGRAFO ÚNICO. O Protocolo/Contrato de Consórcio e Estatuto do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na forma legal.

CLÁUSULA 28. Nas atas da Assembléia Geral, que poderão ser lavradas por meio digital, serão registradas:

I. Por meio de lista de presença, todos os entes federados representados na Assembléia Geral;

II. De forma resumida, todas as intervenções orais e todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III. As propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação e proclamação de resultados.

§ 1º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo.

§2º. No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 3º. A ata digital, será rubricada em todas as suas folhas, inclusive nos anexos, por aquele que a lavrou e, ao final por todos os presentes à reunião da Assembléia Geral.

CLÁUSULA 29. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias, afixada na sede do Consórcio e publicada no quadro de avisos do Consorcio.

CAPÍTULO III
DA PRESIDÊNCIA

CLÁUSULA 30. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em Assembléia Geral, entre os membros do consórcio, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

§1º. O afastamento do cargo de Prefeito é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

§2º. O Vice-Presidente quando assumir o cargo de Presidente será considerado como Presidente em exercício.

§3º. Os membros da Presidência não têm direito à remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

CLÁUSULA 31. São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Estatuto:

I. Representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

II. Ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

III. Movimentar em conjunto com o Secretário executivo, as contas bancárias e recursos do Consórcio;

IV. Convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral;

V. Dar posse aos membros do Conselho Fiscal e da Secretaria Executiva;

VI. Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

VII. Delegar atribuições e designar tarefas para os órgãos internos do Consórcio;

VIII. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

IX. Solicitar, fundamentadamente, que sejam postos à disposição do consórcio os servidores dos municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública;

X. Administrar o patrimônio do consórcio;

XI. Autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários, após prévia aprovação em Assembléia.

XII. Expedir resoluções administrativas da Assembléia Geral para regulamentar normativamente as decisões estabelecidas nesse colegiado;

XIII. Expedir portarias para regulamentar as decisões monocráticas de sua competência;

XIV. Prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal e Contas do Estado, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

XV. Aceitar a cessão de servidores por ente federado consorciado ou conveniado ao consórcio;

XVI. Homologar as licitações realizadas pelo Consórcio;

XVII. Julgar recursos relativos à:

a) Homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) De impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;

c) Aplicação de penalidades a servidores do consórcio.

XVIII. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Contrato ou pelo Estatuto a outro órgão do Consórcio.

§ 1º. Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente ou a Secretaria Executiva.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio, o Secretário executivo poderá ser autorizado a praticar atos *ad referendum* do Presidente.

CLÁUSULA 32. O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência do consórcio.

CLÁUSULA 33. Compete ao Vice – Presidente:

I. Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o nos impedimentos eventuais, cumulativamente com suas atribuições;

II. Convocar a Assembléia Geral para o preenchimento do cargo de Presidente no caso da vacância, faltando mais de 06(seis) meses para o término do mandato presidencial.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA 34. O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) conselheiros titulares e 03 (três) suplentes, sendo Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral ou seus representantes, com mandato de 02 (dois) anos, prorrogável mediante eleição.

§1º. Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal representante de ente consorciado.

§2º. A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§3º. Consideram-se eleitos como titulares os 03 (três) candidatos com maior número de votos e como suplentes os 03 (três) subseqüentes, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§4º. Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença absoluta de entes consorciados.

CLÁUSULA 35. Além do previsto no estatuto do consórcio, compete ao Conselho Fiscal:

I. Exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio

II. Acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras do CIGEDAS;

III. Emitir parecer, sempre que requisitado sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembléia Geral pelo controle interno ou pela Secretaria Executiva;

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

§1º. Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros poderá convocar o Controle Interno e a Secretaria Executiva para prestar informações e tomar as devidas providencias quando forem verificadas irregularidades contábeis, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

§2º. As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

§3º. O Conselho Fiscal reunir-se-á pelo menos 01(uma) vez ao ano para a aprovação da prestação de contas anual, relatório de atividades anual e balanço anual a serem homologados pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO V
DA SECRETARIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 36. A Secretaria Executiva é composta por um Secretário executivo, um Diretor Administrativo e um Diretor Jurídico, previstos no Anexo Único, que exercerão funções administrativas, financeiras e jurídicas do consórcio.

§ 1º. A Secretaria Executiva é dirigida pelo Secretário Executivo, a quem cabe cumprir as determinações do Protocolo de Intenções, do Contrato do Consórcio e do Estatuto.

§ 2º. Os membros da Secretaria Executiva ocuparão emprego em comissão, de livre admissão e demissão, e perceberão a remuneração estabelecida para o emprego público, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimentos ou subsídios de qualquer outro ente federado ou órgão do poder público.

§ 3º. O termo de nomeação da Secretaria Executiva e o procedimento para a respectiva posse serão fixados no estatuto.

CLÁUSULA 37. A Secretaria Executiva será composta por um Secretário executivo, um Diretor Administrativo e um Diretor Jurídico, e para exercício das suas funções será exigida:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. formação profissional de nível superior e inscrição no órgão ou conselho regulador da profissão, quando exigido, no termo do Anexo, do protocolo de intenções e Contrato de Consórcio Público.

§ 1º. Além das exigências supracitadas, para o exercício das funções de Secretário executivo, ficam estipulados os quesitos:

I. formação de nível superior e especialização na área pública e/ou ambiental;

II. experiência profissional na área pública e/ou ambiental.

091

§ 2º. Caso seja servidor do Consórcio ou de ente consorciado, quando de sua designação o Secretário executivo será automaticamente afastado de suas funções originais.

§ 3º. Os ocupantes dos cargos de Diretores estarão sob regime de dedicação exclusiva.

§ 4º. Cargos de Diretores serão preenchidos por escolha do Presidente e do Secretário executivo.

§ 5º. Os Diretores poderão ser exonerados por ato do Presidente, desde que autorizado previamente pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA 38. Compete ao Secretário executivo:

I. Quando convocado, comparecer às reuniões do Conselho Fiscal;

II. Secretariar as reuniões da Assembléia Geral do Consórcio;

III. Realizar a programação dos compromissos do CIGEDAS;

IV. Executar a gestão administrativa do CIGEDAS dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

V. Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

VI. Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente pela gestão financeira, bem como assinar as demonstrações contábeis e financeiras, elaboradas pela Contabilidade;

VII. Submeter à Presidência as propostas de plano plurianual e de orçamento anual do Consórcio;

VIII. Praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa,

IX. Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com o Presidente;

X. Zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

XI. Praticar atos relativos à área de recursos humanos e administração de pessoal, cumprindo e responsabilizando-se pela observância dos preceitos legais estatutários;

XII. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação, na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;

XIII. Elaborar a prestação de contas, o relatório de atividades e o balanço anual a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral do CIGEDAS;

XIV. Promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

XV. Solicitar a Presidência a autorização para a abertura de processos licitatórios para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;

§ 1º. Além das atribuições previstas neste artigo, o Secretário executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente do Consórcio.

§ 2º. A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado no quadro de avisos do Consórcio

§3º. Outras atribuições, direitos e deveres do Secretário executivo poderão ser definidos no Estatuto do Consórcio.

TÍTULO V

DOS RECURSOS HUMANOS

CAPÍTULO I

DOS AGENTES PÚBLICOS

CLÁUSULA 39. Poderão prestar serviços remunerados ao consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos no Anexo do presente Protocolo de Intenções, e os servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

§1º. A participação no Conselho Fiscal ou em outros órgãos diretivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§2º. O Presidente e o Vice-Presidente não serão remunerados.

CLÁUSULA 40. Os empregados públicos próprios do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§ 1º. Somente serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores sem ônus para o consórcio, ficando vinculados ao regime jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem.

§ 2º. O Estatuto regulará sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especialmente da

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

descrição das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos. 092

§ 3º. A dispensa de empregados públicos dependerá de ato da Presidência desde que aprovado previamente em Assembléia e observada as formalidades legais.

§ 4º. Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, aos consorciados.

CLÁUSULA 41. O quadro de pessoal do consórcio é composto pelos empregados públicos e ocupantes de empregos em comissão constantes no Anexo Único deste Protocolo de Intenções.

§ 1º. A remuneração dos empregos públicos é a definida até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio, sendo que o Presidente poderá conceder revisão anual que garanta, pelo menos, a manutenção do poder aquisitivo da moeda, com reajuste da remuneração de todos os empregos públicos, nos termos definidos pela Convenção Coletiva do Sindicato pertinente.

§2º. Os empregos do consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os empregos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração do Presidente e do Secretário executivo do Consórcio, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e desde que a criação dos mesmos seja objeto de deliberação pela Assembléia Geral;

CLÁUSULA 42. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e/ou Secretário executivo.

§ 1º. A cópia do edital será entregue e/ou enviada a todos os entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

§ 2º. O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores – *internet* - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

CLÁUSULA 43. São direitos dos empregados além dos previstos na Consolidação das Leis Trabalho:

I. Dispor de ambiente de trabalho saudável;
II. Ter assegurada oportunidade de freqüentar cursos de formação, atualização e especialização profissional;
III. Receber das chefias orientação e assistência ao exercício de suas atribuições;
IV. Ser tratado com respeito e civilidade, sem qualquer discriminação por sua atividade profissional, sem convicções pessoais, religiosa ou política.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

CLÁUSULA 44. São deveres dos empregados, além dos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho:

I. Cumprir as ordens de seus superiores, exceto quando as mesmas forem manifestamente ilegais;

II. Esforçar-se em prol da manutenção e da melhoria da qualidade dos serviços, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da humanidade e sugerindo também medidas que visem a atualização e aperfeiçoamento;

III. Manter o espírito de cooperação e solidariedade com os colegas, objetivando um ambiente de trabalho sadio e harmonioso;

IV. Comparecer às atividades extraordinárias solicitadas por seus superiores;

V. Freqüentar cursos e atividades destinadas à sua formação atualização e aperfeiçoamento;

VI. Guardar sigilo sobre assuntos os quais tenha acesso no exercício da sua atividade profissional;

VII. Zelar pela economia e conservação do material que for confiado a sua guarda e uso;

VIII. Tratar com urbanidade colegas e usuários dos serviços sob sua responsabilidade;

IX. Fornecer elementos para permanente atualização de seu cadastro junto às unidades administrativas;

X. Apresentar-se devidamente trajado ao ambiente de trabalho e quando lhe for fornecido, uniformizado;

XI. Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando as tarefas com eficiência, zelo e presteza;

XII. Comunicar seus superiores e/ou às autoridades constituídas as irregularidades de que tiver conhecimento;

XIII. Submeter-se a exames médicos, quando solicitado.

CLÁUSULA 45. É vedado ao empregado:

I. Referir-se de forma desrespeitosamente ou de forma caluniosa, por qualquer meio, às autoridades constituídas e do CIGEDAS VERTENTES;

II. Promover manifestações de desapreço dentro do ambiente de trabalho ou tornar-se solidário com outras do gênero;

III. Efetuar comércio no local de trabalho;

IV. Exercer atividades político-partidárias nas unidades do CIGEDAS VERTENTES;

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

V. Retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, documentos ou materiais da unidade onde estiver lotado;

693

VI. Quebrar sigilo de informações a que venha ter acesso ou lhe forem reveladas no exercício profissional;

VII. Receber comissões presentes e qualquer outras vantagens no exercício de suas atribuições, exceto as de mérito, instituídas pela Presidência.

VIII. Repassar a outra pessoa, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de suas atribuições profissionais.

PARÁGRAFO ÚNICO. Aplicar-se-á ao infrator as penalidades previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO II
DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

CLÁUSULA 46. Admitir-se-á contratação para preenchimento de emprego público vago por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

CLÁUSULA 47. As contratações temporárias serão automaticamente extintas após o provimento de nomeação para exercício da função.

PARÁGRAFO ÚNICO. As contratações temporárias terão prazo de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

TÍTULO VI
DA GESTÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO
CAPÍTULO I
DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CLÁUSULA 48. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA 49. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I. As contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio;

II. A remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III. Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV. Os saldos do exercício;

V. As doações e legados;

VI. O produto de alienação de seus bens livres;

VII. O produto de operações de crédito;

VIII. As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX. Os créditos e ações;

X. O produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XI. Os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I. Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II. Quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste protocolo de intenções;

III. Na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

§ 3º. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet ou equivalente.

§ 4º. Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse publico, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA 50. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

094

CLÁUSULA 51. Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA 52. O Consorcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CAPÍTULO II
DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA 53. Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação de normas gerais em vigor, sendo solicitada pelo Secretário executivo ao Presidente, podendo haver delegação, ainda, ao Presidente da Comissão de Licitação, sendo que o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos e por maioria absoluta, poderá determinar que o procedimento licitatório tenha o seu tramite suspenso, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA 54. Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

CLÁUSULA 55. O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria absoluta poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA 56. Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

CAPÍTULO III
DO PATRIMÔNIO

CLÁUSULA 57. Constituem patrimônio do CIGEDAS VERTENTES:

I. Os bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II. Os bens e direitos que lhe forem doados por entidades públicas, privadas ou particulares.

CLÁUSULA 58. A alienação, aquisição e oneração dos bens que integram o patrimônio serão submetidas à apreciação e aprovação da Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, sendo necessário quórum mínimo de 2/3 dos Consorciados para sua aprovação.

CLÁUSULA 59. Os bens alienados, cedidos em uso ou destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do instrumento de transferência ou de alienação.

CLÁUSULA 60. O Consórcio poderá realizar operação de crédito com vistas ao financiamento de equipamentos, obras e instalações vinculadas aos seus objetivos, entregando como pagamento ou como garantia receitas futuras da prestação de serviços, ou tendo como garantidores os entes consorciados interessados.

TÍTULO VII
DA GESTÃO ASSOCIADA
CAPÍTULO I
DA AUTORIZAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 61. Fica autorizado pelos municípios que integram o CIGEDAS, nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal n. 11.107/2005, a fazer gestão associada dos serviços públicos que constituem as finalidades previstas na Cláusula 3ª deste Protocolo de Intenções.

§1º. A gestão associada poderá ainda compreender, no que couber, o exercício das atividades de planejamento, regulação e fiscalização, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos de contrato de programa;

§2º. A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos entes consorciados que celebrarem contrato de programa.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

§3º. Fica o Consórcio autorizado a licitar e contratar concessão, permissão ou autorizar a prestação dos serviços públicos objeto de gestão associada.

095

CLÁUSULA 62. A gestão associada abrangerá os serviços prestados no âmbito dos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA 63. Ao consórcio é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

CLÁUSULA 64. São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I. O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;
II. O modo, forma e condições de prestação dos serviços;
III. Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;
IV. Os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;
V. A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;
VI. As penalidades e sua forma de aplicação;
VII. Os casos de extinção;
VIII. Os bens reversíveis;
IX. Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;
X. A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;
XI. O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;
XII. Demais cláusulas previstas na lei 11.107/2005 e seu regulamento.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

CLÁUSULA 65. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I. O titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II. Extinção do consórcio.

§1º. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§2º. No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

CAPÍTULO III

DO CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA 66. O consórcio elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§3º. Para o repasse dos recursos especificados no contrato de rateio fica o poder executivo municipal autorizado a determinar a instituição bancária o débito dos valores em sua conta corrente quando do recebimento das parcelas do FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

§4º. A celebração de contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária constituirá, nos termos da lei, ato de improbidade administrativa.

TÍTULO VIII

DA ALTERAÇÃO, RETIRADA, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA 67. A Alteração do Contrato de Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, dispensada tal ratificação no caso definido no art. 5º, §4º da Lei 11.107/2005.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

096

CAPÍTULO II
DA RETIRADA

CLÁUSULA 68. A retirada de ente consorciado ao CIGEDAS dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, nos termos do presente Contrato de Consórcio Público e do Estatuto na forma previamente disciplinada por lei específica pelo ente retirante.

§ 1º. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

§ 2º. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação.

CAPÍTULO III
DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA 69. São hipóteses de exclusão de ente consorciado, observada a legislação vigente:

I. A não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II. A subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III. A existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

IV. O não pagamento, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, dos serviços contratados com o Consórcio;

§ 2º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão por 60 (sessenta) dias período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 3º. Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

§ 4º. A exclusão não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

CLÁUSULA 70. O estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Rua Celso Assunção nº 09, Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

§ 1º. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral.

§ 2º. Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto em legislação própria.

§ 3º. Eventual recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO

CLÁUSULA 71. A extinção do contrato de consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por taxas, tarifas, ou outra espécie de preço público, serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 72. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005; no Decreto Federal nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007;

CLAUSULA 73. O Consórcio poderá mediante decisão da maioria absoluta da Assembleia Geral, conveniar a outros consórcios ou entidades no âmbito municipal, estadual ou federal, bem como as outras associações de Municípios, visando ampliar os serviços objeto de sua constituição.

CAPÍTULO II

DO APERFEIÇOAMENTO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

CLÁUSULA 74. Conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº 6.017/07, a alteração no presente Contrato passa a vigorar a partir de sua publicação.

097

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE EXIGIR CUPRIMENTO

CLÁUSULA 75. Além do Consórcio, qualquer ente consorciado, quando adimplente com suas obrigações, é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no presente Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO IV

DO FORO

CLÁUSULA 76. Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que ele originar, fica eleito o foro da Comarca de São João Del Rei, MG.

São João Del Rei, 16 de julho de 2022.

MAURO CÉSAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO VASCONCELOS

ANDERSON GERALDO DE PAULA
PREFEITO MUNICIPAL DE BARROSO

HELY ANDRADE ALVES
PREFEITO MUNICIPAL DE CARRANCAS

HEITOR SEBASTIÃO GUEDES
PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS

CLÁUDIO ANTÔNIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE CONGONHAS

CLAUDIO ANTONIO DE SOUZA:31475698615

Assinado de forma digital por CLAUDIO ANTONIO DE SOUZA:31475698615
DN: cn=CLAUDIO ANTONIO DE SOUZA:31475698615, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5
Dados: 2022.07.27 12:00:33 -03'00'

FÚVIO OLÍMPIO DE OLIVEIRA PINTO
PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES

MÁRCIO ANTÔNIO PINHEIRO
PREFEITO MUNICIPAL DE DORES DE CAMPOS

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

FRANCISCO ANTÔNIO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE IBITURUNA

RODINELI ANÔNIO DO NASCIMENTO

PREFEITO MUNICIPAL DE ITUTINGA

RONALD PEREIRA DUTRA

PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DOURADA

OSMAR DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS DE MINAS

JOSÉ HEITOR GUIMARÃES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL DE NAZARENO

LESTER REZENDE DANTAS JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL DE PRADOS

LUCAS PAULO DE ASSIS VALE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RESENDE COSTA

HIGINO ZACARIAS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL DE RITÁPOLIS

WAGNER DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MINAS

NIVALDO JOSÉ DE ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI

ALEXANDRE NONATO ALMEIDA VIVAS

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TIAGO

JACINTO ALAIR DE PAULA

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE MINAS

NILZIO BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL DE TIRADENTES

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

ANEXO I

AGENTES PÚBLICOS

098

Empregos Públicos	Escolaridade	Nº de Vagas	Carga Horária Sem.	Refer. Salarial Mensal	Provimento
Secretário Executivo	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	98	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Administrativo	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	83	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Jurídico	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	83	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)
Coordenador de Programa Regional	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	05	40	74	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional I	Ensino Fundamental *(equivalente ao 1º grau)*	20	40	12	Emprego Público Concurso Público
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional II	Ensino Médio *(equivalente ao 2º grau)*	30	40	37	Emprego Público Concurso Público
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional III	Nível Superior	20	40	48	Emprego Público Concurso Público
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional IV	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	20	40	68	Emprego Público Concurso Público
Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional I	Ensino Fundamental *(equivalente à 4ª série)*	10	40	01	Emprego Público Concurso Público
Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional II	Ensino Fundamental *(equivalente ao 1º grau)*	10	40	06	Emprego Público Concurso Público
Agente Operacional em Gestão de Desenvolvimento Regional	Ensino Fundamental *(equivalente à 4ª série)*	10	40	22	Emprego Público Concurso Público

ANEXO II

TABELA DE REFERÊNCIA

Referência	01 a 140
Valor	R$ 998,00 a R$ 15.615,44
Padrão estabelecido por unidade de referência 2% por unidade considerando juros compostos simples	

099

ANEXO III

DESCRIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Secretário Executivo	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	98	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)

Atribuições:

I. Quando convocado, comparecer às reuniões do Conselho Fiscal;

II. Secretariar as reuniões da Assembléia Geral do Consórcio;

III. Realizar a programação dos compromissos do CIGEDAS;

IV. Executar a gestão administrativa do CIGEDAS dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

V. Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

VI. Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente pela gestão financeira, bem como assinar as demonstrações contábeis e financeiras, elaboradas pela Contabilidade;

VII. Submeter à Presidência as propostas de plano plurianual e de orçamento anual do Consórcio;

VIII. Praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa,

IX. Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com o Presidente;

X. Zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

XI. Praticar atos relativos à área de recursos humanos e administração de pessoal, cumprindo e responsabilizando-se pela observância dos preceitos legais estatutários;

XII. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação, na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;

XIII. Elaborar a prestação de contas, o relatório de atividades e o balanço anual a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral do CIGEDAS;

XIV. Promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

XV. Solicitar a Presidência a autorização para a abertura de processos licitatórios para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;

O Secretário executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente do Consórcio. A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado no quadro de avisos do Consórcio

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Diretor Administrativo	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	83	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)

Atribuições:

I. Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
II. Realizar reuniões, orientações e auditorias;
III. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
IV. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
V. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
VI. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
VII. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
VIII. Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
IX. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
X. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
XI. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
XII. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
XIII. Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
XIV. Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
XV. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
XVI. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
XVII. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
XVIII. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
XIX. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
XX. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
XXI. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

organização nos assuntos de sua área de atuação;

XXII. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;

XXIII. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;

XXIV. Elaborar registros de operações contábeis;

XXV. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;

XXVI. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;

XXVII. Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;

XXVIII. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

XXIX. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Diretor Jurídico	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	01	40	83	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)

Atribuições:

I. Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

II. Realizar reuniões, orientações e auditorias;

III. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;

IV. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;

V. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;

VI. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;

VII. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;

VIII. Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;

IX. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;

X. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;

XI. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;

XII. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

XIII. Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
XIV. Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
XV. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
XVI. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
XVII. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
XVIII. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
XIX. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
XX. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
XXI. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
XXII. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
XXIII. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
XXIV. Elaborar registros de operações contábeis;
XXV. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
XXVI. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
XXVII. Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
XXVIII. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Coordenador de Programa Regional	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	05	40	74	Emprego em comissão (livre nomeação e exoneração)

Atribuições:

I. Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
II. Realizar reuniões, orientações e auditorias;
III. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
IV. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

V. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;

VI. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;

VII. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;

VIII. Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;

IX. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;

X. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;

XI. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;

XII. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;

XIII. Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;

XIV. Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;

XV. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;

XVI. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;

XVII. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;

XVIII. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;

XIX. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

XX. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;

XXI. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;

XXII. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;

XXIII. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;

XXIV. Elaborar registros de operações contábeis;

XXV. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;

XXVI. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;

XXVII. Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;

XXVIII. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

Rua Celso Assunção nº 09, Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional I	Ensino Fundamental *(equivalente ao 1º grau)*	20	40	12	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Executar, sob supervisão, atividades auxiliares de apoio nas áreas de atuação do Consórcio;

II. Executar atividades e serviços auxiliares administrativos, logísticos e operacionais que lhes forem atribuídos, relacionados aos serviços administrativos do órgão;

III. Elaborar relatórios de apoio aos serviços administrativos do consórcio;

IV. Executar trabalhos relativos à tramitação de papéis e processos;

V. Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;

VI. Executar serviços de cadastro em geral, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;

VII. Controlar atividades relacionadas com recursos humanos;

VIII. Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos relativos a preenchimento e entrega de documentos;

IX. Executar serviços de apoio à análise e encaminhamento de processos;

X. Executar serviços relativos à atualização de registros funcionais, digitação, cadastramento de dados, manutenção e organização de arquivos;

XI. Expedir registros e documentos em geral, sob orientação superior;

XII. Secretariar autoridades superiores, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;

XIII. Integrar-se em projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos, emprestando apoio administrativo necessário;

XIV. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional II	Ensino Médio *(equivalente ao 2º grau, com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	30	40	37	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;

II. Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento

dos programas de apoio ao corpo funcional do consórcio;

III. Receber e montar os processos administrativos;

IV. Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;

V. Redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;

VI. Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;

VII. Controlar e executar o cadastramento de bens móveis e imóveis;

VIII. Auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;

IX. Auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;

X. Conduzir veículos, desde que possua carteira nacional de habilitação na categoria, observada a legislação de trânsito vigente, elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

XI. Executar trabalhos referentes à análise e controle de serviços contábeis, em consonância com sua habilitação;

XII. Executar trabalhos relativos a balancetes, análise e controle estatístico;

XIII. Executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;

XIV. Executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisas legislativas e jurisprudências;

XV. Executar atividades afetas à administração de recursos humanos;

XVI. Expedir registros e documentos em geral;

XVII. Secretariar autoridades;

XVIII. Redigir expedientes relacionados as suas atribuições;

XIX. Participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;

XX. Fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;

XXI. Prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

XXII. Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;

XXIII. Realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;

XXIV. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional III	Nível Superior	20	40	48	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;

II. Realizar orientações e auditorias;

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

III. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;

IV. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;

V. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;

VI. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;

VII. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;

VIII. Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;

IX. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;

X. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;

XI. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;

XII. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;

XIII. Estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;

XIV. Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;

XV. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;

XVI. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;

XVII. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;

XVIII. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;

XIX. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

XX. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;

XXI. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;

XXII. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;

XXIII. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;

XXIV. Elaborar registros de operações contábeis;

XXV. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio;

XXVI. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;

XXVII. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

193

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional IV	Nível Superior *(Com registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional quando houver)*	20	40	68	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

XXVIII. Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;

XXIX. Realizar orientações e auditorias;

XXX. Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;

XXXI. Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;

XXXII. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;

XXXIII. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;

XXXIV. Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;

XXXV. Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;

XXXVI. Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;

XXVII. Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;

XXVIII. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;

XXXIX. Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;

XL. Estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;

XLI. Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;

XLII. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;

XLIII. Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;

XLIV. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;

XLV. Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;

XLVI. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

XLVII. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;

XLVIII. Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;

XLIX. Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

armazenamento, busca e recuperação da informação;

L. Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;

LI. Elaborar registros de operações contábeis;

LII. Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio;

LIII. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;

LIV. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional I	Ensino Fundamental *(equivalente à 4ª série)*	10	40	01	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Executar, sob supervisão, atividades operacionais relacionadas ao órgão;

II. Realizar trabalhos de manutenção, limpeza e conservação de ambientes externos, máquinas, veículos e equipamentos, contribuindo com a realização das tarefas de outros profissionais.

III. Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.

IV. Auxiliar na execução de obras, preparando canteiros de obras, limpando a área e compactando solos, a fim de possibilitar o início dos trabalhos, determinando o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material, preparando o solo, recobrindo-o com areia ou terra, para nivelá-lo para permitir o assentamento das peças.

V. Promover a execução, manutenção, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água, vasos sanitários, pias, vestiários, alambrados, entre outros.

VI. Manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do consórcio, visando o bem-estar e saúde das pessoas.

VII. Manter todo o processo de higienização do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo e limpeza

VIII. Coletar resíduos, selecionando os materiais e dejetos coletados.

IX. Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.

X. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional II	Ensino Fundamental *(equivalente ao 1º grau)*	10	40	06	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;

II. Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do consórcio;

III. Receber e montar os processos administrativos;

IV. Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;

V. Redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;

VI. Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;

VII. Auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;

VIII. Auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;

IX. Conduzir veículos para transporte de passageiros e/ou cargas, desde que possua carteira nacional de habilitação na categoria "d", observada a legislação de trânsito vigente, efetuando pequenos reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

X. Executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;

XI. Expedir registros e documentos em geral;

XII. Secretariar autoridades; processos administrativos;

XIII. Redigir expedientes relacionados as suas atribuições;

XIV. Participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;

XV. Fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;

XVI. Prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

XVII. Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;

XVIII. Realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;

XIX. Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

Emprego Público	Escolaridade	Habilitação Profissional	Carga H. Sem.	Ref. Salarial Mensal	Provimento
Agente Operacional em Gestão de Desenvolvimento Regional	Ensino Fundamental *(equivalente à 4ª série)*	10	40	22	Emprego Público Concurso Público

Atribuições:

I. Operar máquinas como motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, tratores, retroescavadeiras, vibroacabadora, fresadora entre e outras, para execução de serviços de escavação, terraplenagem, desmatamento, barragem, nivelamento de solo, pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas e estradas vicinais, curva de nível e bueiros, carregamento e descarregamento de material, entre outros, para realização da obra, de acordo com o especificado;

II. Conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;

III. Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;

IV. Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

V. Efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas sob sua responsabilidade;

VI. Por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;

VII. Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;

VIII. Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;

IX. Conduzir as máquinas e os tratores sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;

X. Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio.

Rua Celso Assunção nº 09. Colônia do Marçal | São João Del Rei - MG | CEP: 36302-084

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS

105

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
EXTRATO DA 3A. ALTERAÇÃO CONSOLIDADA DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

O Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS, situado na Rua Celso Assunção n. 09, Colônia do Marçal, São João Del Rei/MG, CNPJ 18.773.785/0001-09, torna público a TERCEIRA ALTERAÇÃO CONSOLIDADA DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES – CIGEDAS Registrado sob o n. 19698, Livro B94, página 226 – AV n. 1º no Cartório de Títulos e Documentos Civil de Pessoas Jurídicas de São João Del Rei – MG, consoante Deliberação da 37ª Assembléia Geral Extraordinária realizada aos 27 de junho de 2022 que aprovou o ingresso do Município de Congonhas, e nos termos da Lei Municipal n. 4.097 de 15 de julho de 2022.

HIGINO ZACARIAS DE SOUSA –
Presidente

Publicado por:
Mauro Sérgio de Oliveira
Código Identificador:E3A9F1BD

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 24/08/2022. Edição 3334
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

106

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.098.929/0001-68
Razão Social: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DAS VERTENTES
Endereço: AV LEITE DE CASTRO 1344 / FABRICAS / SAO JOAO DEL REI / MG / 36301-180

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/12/2025 a 08/01/2026

Certificação Número: 2025121003570091571075

Informação obtida em 15/12/2025 11:25:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DAS VERTENTES
CNPJ: 01.098.929/0001-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:24:33 do dia 15/12/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/06/2026.
Código de controle da certidão: **F050.6DC2.3CEF.089D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SÃO JOÃO DEL REI

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: CIGEDAS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES
CNPJ: 01.098.929/0001-68

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 15 de Dezembro de 2025 às 11:27

SÃO JOÃO DEL REI, 15 de Dezembro de 2025 às 11:27

Código de Autenticação: 2512-1511-2749-0648-0401

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

109

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 15/12/2025

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 15/03/2026

NOME: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DAS VERTENTES		
CNPJ/CPF: 01.098.929/0001-68		
LOGRADOURO: RUA OPERARIO URIEL DE MOURA FERREIRA		NÚMERO:
COMPLEMENTO:	BAIRRO: VILA MARIA (BONFIM)	CEP: 36307422
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: SAO JOAO DEL REI	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000946695961

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Certidão Negativa de Débitos Municipais

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social: CONSORC INT DE SAUDE VERTENTES
Nº de Inscr. 0204583508
Nome fantasia:

Pessoa Física:	CPF/CNPJ:	RG:	Insc. Estadual:
Não	01.098.929/0001-68		
Tipo:	Título:	Logradouro:	

Segmento: Nº: Complemento: CEP:

Bairro: Distrito:

Município: UF:

DADOS DA CERTIDÃO

Nº da Certificação: 2025121530017 **Nº de Controle:** 89FE06A8F74124E12A3319C8B59C9625

Emissão: 15/12/2025 11:30:31 **Validade:** 13/02/2026

Identif. da Cobrança:
IPTU., TX LIC. LOCALIZACAO E FISC. DO FUNCIONAMENTO, IMPOSTO DE TRNSF. BENS IMOVEIS 2%, GUIA AVULSA, COLETA DE LIXO, TAXA DE EXPEDIENTE, NFSE

Esta certidão refere-se exclusivamente à inexistência de "DÉBITOS VENCIDOS" associados ao contribuinte:
CONSORC INT DE SAUDE VERTENTES

INFORMAÇÕES GERAIS

CERTIFICO NÃO HAVER DÉBITO DE RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE IDENTIFICADO EM RELAÇÃO AO CONTRIBUINTE ACIMA MENCIONADO. RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA CONSTITUIR NOVOS CRÉDITOS QUE NÃO FORAM APURADOS ATÉ A PRESENTE DATA.

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

111

Solicitação de Compra Nº 54/2026

ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL

Solicitante: MARCOS EDUARDO BATISTA **Data da Solicitação:** 26/01/2026
Organograma: 2400200000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECULT
Local de Entrega: SEDE DO MUNICIPIO
Objeto: CONTRATO DE PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO E O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTAO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTAVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS PARA "ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL" A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO.
Justificativa: A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZAÇÃO É IMPRESCINDÍVEL PARA GARANTIR A ADEQUADA
servações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	1,000	SV	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL - ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL - PRAÇA MINAS GERAIS - IGREJA SÃO FRANCISCO - IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO - CÂMARA MUNICIPAL - PRAÇA DA SÉ - IGREJA DA SÉ.	461.986,4500	461.986,45

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado

Preço Total Itens: 461.986,45

Mariana, 26 de Janeiro de 2026.

.....
MARCOS EDUARDO BATISTA

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

Data: 29/01/2026
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1326075/2026**
Data do Bloqueio: 29/01/2026

112

Órgão:	24.000	SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Unidade:	24.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECULT
Funcional:	13.391.0013	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Projeto/Atividade:	2.180	MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS
Elemento:	4.4.72.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Código reduzido:	703	

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.708.000.0000	29/01/2026	44/2026	461.986,45	461.986,45	0,00	0,00

CONTRATO DE PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO E O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTAO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTAVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS PARA "ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL" A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMONIO CULTURAL

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.708.000.0000	Transferência da União Referente à Compensação	461.986,45

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

113

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exmo. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:

CONTRATO DE PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO E O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTAVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS PARA "ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL" A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO.

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/21, art. 75 XI Sendo assim, sugerimos o uso do procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.001.13.391.0013.2.180.447239 fonte 1708 FICHA 703

Valor Global Estimado: R$ 461.986,45 (QUATROCENTOS E SESSENTA E HUM MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)

Mariana, 29 de Janeiro de 2026

De acordo:

MARCOS EDUARDO BATISTA
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA GERAL DE COMPRAS

Termo de Abertura/autuação

114

Aos 29° dias do mês Janeiro do Ano de **2026**, nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 44/2026**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

MARCOS EDUARDO BATISTA
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PARECER EM PROCEDIMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 02/2026
PROCESSO Nº 44/2026

OBJETO: CONTRATO DE PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO E O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTAO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTAVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS PARA "ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL" A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO.

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana, com fulcro no artigo 30, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de Dispensa de Licitação nº 02/2026, nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 30, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 30.** As demais hipóteses de dispensa de licitação deverão ser apreciadas pela Coordenadoria Geral de Compras, pela Procuradoria Geral do Município e, quando solicitado, pela Controladoria Geral do Município, que deverão exarar pareceres de natureza opinativa acerca dos pontos atinentes às suas competências funcionais.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar os critérios de conveniência e oportunidade dos atos administrativos, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Dispensa de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento opinativo dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa da unidade requisitante, sobre a necessidade de execução dos serviços em tela;

CONSIDERANDO que a gestão compartilhada entre os municípios, além da integração da região nos termos do art. 25, § 3º, da Constituição Federal, reduz significativamente os custos, vista que a contratação via consórcio público é mais vantajosa aos municípios consorciados;

CONSIDERANDO que o CIGEDAS promoveu a contratação do serviço, colocando à disposição dos municípios consorciados os mesmos;

CONSIDERANDO que foi autorizado, através de V. Ex.ª a participação do município na nos serviços prestados pelo CIGEDAS cujo objeto é execução orçamentaria ao consorcio intermunicipal

de saúde da macrorregião do vale do piranga - CISAMAP, para que este realize, em nome do município de mariana, a gestão a execução dos serviços públicos de saúde voltados ao transporte regionalizado eletivo de paciente do sus.

CONSIDERANDO o cabimento de dispensa de licitação ao presente procedimento, visto as premissas autorizativas do artigo 75, inciso XI, da lei 14.133 de 01º de abril de 2021;

Outrossim, não compete a esta Coordenadoria de Compras prover a análise de conveniência e oportunidade do ato administrativo em tela, visto que este compete exclusivamente ao ordenador de despesas da pasta requisitante.

Destarte, com fulcro no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente por seus artigos 75, inciso XI, Lei 11.107/2005 opino pela possibilidade da **DISPENSA** de licitação, no que tange a celebração de contrato de programa junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga;

E conforme art. 24 do Decreto Municipal nº 11.812 de 23 de abril de 2024, que regulamenta os procedimentos administrativos de contratação sob a égide da Lei 14.133/2021: "*Fica dispensado o parecer jurídico nos casos de licitações compartilhadas onde o Município figure como órgão participante, visto que o feito já, fora submetido a análise jurídica do órgão ou entidade responsável por processar e julgar o feito*". Sendo assim, encaminhamos o feito em tela à Procuradoria Geral do Município para elaboração do contrato.

Solicito parecer jurídico quanto a legalidade da cobrança de taxa administrativa por parte do consorcio.

E, por fim, antes do eventual ato de autorizar a contratação, encaminhe-se o feito ao ordenador de despesas, para conhecimento dos pareceres acostado, para que tenha subsídios suficientes para sua adequada análise de conveniência e oportunidade.

Mariana, 29 de janeiro de 2026.

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

JUSTIFICATIVA TAXA ADMINISTRATIVA

Justifica – se o presente termo em razão do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS, ser pessoa jurídica de direito público (Consórcio Público de natureza autárquica), com sede à Rua Operário Uriel de Moura Ferreira, nº 31, bairro Vila Maria (Bonfim), São João del-Rei/MG, CEP 36.307-422, inscrito no CNPJ sob o nº 18773785/0001-09, e prestar serviços à municipalidade através de empresas contratadas, ou seja, de forma indireta.

Em que pese o CIGEDAS ser Consórcio Público de natureza autárquica, ou seja, sem fins lucrativos ao realizar contrato de programa com os entes consorciados para a prestação de serviços e obras de engenharia tem a obrigação de efetuar o recolhimento do PASEP.

A Lei 9.715/98 em seu art. 2º, inciso III determina que a contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, no percentual de 1% (um por cento).

Ainda há que se considerar as diversas transações bancárias que envolvem as contratações que são feitas por via de contrato de programa, uma vez que se trata de uma gestão associada de serviços públicos onde o serviço é executado de forma indireta através das empresas contratas pelo CIGEDAS.

Desta forma, o percentual final de acréscimo no valor do contrato **perfaz 1,5%(um e meio por cento)** do valor global contratado assim discriminado:

VALOR DO CONTRATO	ACRÉSCIMO 1,5% (Despesas: PASEP e Tarifas bancárias)	VALOR FINAL (Global+1,5%)
R$	R$	R$

Feitas estas considerações, justifica – se a presente cobrança tendo em vista os altos custos de operacionalização do contrato de programa entre CIGEDAS e o município para a gestão associada dos serviços.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTAO E DESENVOLVIME:18773785000109

Assinado de forma digital por CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTAO E DESENVOLVIME:18773785000109
Dados: 2023.11.24 11:39:08 -03'00'

PARECER JURÍDICO

Assunto: Legalidade de acréscimo em contratos de programa

Data: 04/03/2026

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de consulta visando à análise da legalidade da cobrança de um acréscimo de 1,5% sobre o valor global dos contratos de programa firmados com o Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS.

O consórcio justifica tal cobrança adicional com o objetivo de custear despesas relacionadas à Contribuição ao PASEP, tarifas bancárias e custos operacionais inerentes à gestão associada de serviços públicos. Sustenta, para tanto, que sua natureza autárquica o sujeita ao recolhimento do PASEP, demandando, assim, o repasse proporcional dessas obrigações aos municípios consorciados por meio do referido percentual contratual.

Cumpre salientar que o Município de Mariana já cumpre com suas obrigações de custeio do consórcio mediante o pagamento do rateio, o qual constitui a única forma de aporte financeiro autorizada pelo Poder Legislativo municipal para ser assumida junto ao consórcio, nos termos do Art. 3º da Lei 3.765, de 21 de março de 2024.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A cobrança de um acréscimo de 1,5% sobre os contratos de programa pelo CIGEDAS, sob a justificativa de cobrir PASEP, tarifas bancárias e custos operacionais, revela impropriedades jurídicas substanciais.

Em primeiro lugar, a Lei nº 11.107/2005, que rege os consórcios públicos, estabelece o contrato de rateio como o instrumento legal e exclusivo para o custeio das despesas administrativas e operacionais. Conforme o Art. 8º dessa norma, os entes consorciados repassam recursos ao consórcio mediante contrato de rateio, o qual deve definir a participação financeira de cada membro, as despesas administrativas e operacionais, e os critérios objetivos para divisão de encargos. A imposição de um percentual adicional sobre os contratos de programa, para além do rateio já pactuado, configura uma duplicidade de custeio e um desvio do regime jurídico aplicável aos consórcios públicos.

Quanto à contribuição ao PASEP, a pretensão de repasse direto aos municípios é juridicamente inviável. O PASEP incide sobre a receita corrente das pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do Art. 2º, III, da Lei nº 9.715/1998. Assim, o sujeito passivo dessa obrigação tributária é o próprio consórcio, e o tributo representa um encargo estrutural da entidade, e não um custo variável atrelado à execução de contratos específicos. A imposição de um repasse automático via percentual fixo sobre os contratos de programa viola o princípio da legalidade tributária, consagrado no Art. 150, I, da Constituição Federal, que exige previsão legal clara e expressa para a instituição de tributos.

A Lei Complementar nº 214/2025, em seu Art. 204, detalha a base de cálculo para a administração de consórcios, incluindo receitas de serviços como tarifas, comissões e taxas, além de encargos, multas e juros, apurados pelo regime de caixa. Essa disposição reforça que tais custos devem estar previstos nos mecanismos de custeio estabelecidos.

Por fim, o art. 3º da Lei Municipal nº 3.765, de 21 de março de 2024, estabelece expressamente que fica o Poder Executivo autorizado a realizar contribuição financeira ao consórcio a título de rateio, observados os limites mensais previamente fixados. A norma, portanto, delimita de maneira clara a natureza e a extensão da obrigação financeira assumida pelo Município, vinculando o custeio exclusivamente ao mecanismo do rateio.

Dessa forma, o Município somente pode efetuar repasses financeiros ao consórcio nos exatos termos definidos pela lei autorizativa, qual seja, mediante o pagamento das cotas de rateio estabelecidas.

Diante disso, conclui-se que eventual exigência de valores sob outra denominação ou natureza jurídica diversa do rateio carece de amparo legal no âmbito da autorização conferida pela Lei Municipal nº 3.765/2024, uma vez que o diploma normativo restringe expressamente a contribuição municipal aos limites e à modalidade ali previstos.

3. DA CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A cobrança de um acréscimo de 1,5% sobre os contratos de programa pelo CIGEDAS, sob o pretexto de cobrir despesas com PASEP, tarifas bancárias e custos operacionais, carece de respaldo legal.

Ademais, a contribuição ao PASEP constitui uma obrigação tributária do próprio consórcio, e não dos municípios consorciados individualmente, conforme delineado na fundamentação jurídica. A ausência de previsão legal específica para tal repasse, somada à violação do princípio da legalidade tributária, torna a cobrança irregular.

Na paz!

Emerson de Freitas
Procurador Geral

Emerson Freitas
Procurador Geral

Danilo Brito dos Dores
Controlador Geral

JUSTIFICATIVA TAXA ADMINISTRATIVA

Justifica – se o presente termo em razão do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS, ser pessoa jurídica de direito público (Consórcio Público de natureza autárquica), com sede à Rua Operário Uriel de Moura Ferreira, nº 31, bairro Vila Maria (Bonfim), São João del-Rei/MG, CEP 36.307-422, inscrito no CNPJ sob o nº 18773785/0001-09, e prestar serviços à municipalidade através de empresas contratadas, ou seja, de forma indireta.

Em que pese o CIGEDAS ser Consórcio Público de natureza autárquica, ou seja, sem fins lucrativos ao realizar contrato de programa com os entes consorciados para a prestação de serviços e obras de engenharia tem a obrigação de efetuar o recolhimento do PASEP.

A Lei 9.715/98 em seu art. 2º, inciso III determina que a contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, no percentual de 1% (um por cento).

Ainda há que se considerar as diversas transações bancárias que envolvem as contratações que são feitas por via de contrato de programa, uma vez que se trata de uma gestão associada de serviços públicos onde o serviço é executado de forma indireta através das empresas contratas pelo CIGEDAS.

Desta forma, o percentual final de acréscimo no valor do contrato **perfaz 1,5%(um e meio por cento)** do valor global contratado assim discriminado:

VALOR DO CONTRATO	ACRÉSCIMO 1,5% (Despesas: PASEP e Tarifas bancárias)	VALOR FINAL (Global+1,5%)
R$	R$	R$

Feitas estas considerações, justifica – se a presente cobrança tendo em vista os altos custos de operacionalização do contrato de programa entre CIGEDAS e o município para a gestão associada dos serviços.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTAO E DESENVOLVIME:18773785000109

Assinado de forma digital por CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTAO E DESENVOLVIME:18773785000109
Dados: 2023.11.24 11:39:08 -03'00'

LEI Nº 3.765, DE 21 DE MARÇO DE 2024.

"Autoriza o ingresso do município de Mariana-MG no Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS VERTENTES e dá outras providências."

O Povo do Município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso do município de Mariana-MG no Consórcio Intermunicipal de Gestão de Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS VERTENTES, nos termos do Protocolo de Intenções, anexo desta lei.

Art. 2º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável dos Vertentes – CIGEDAS VERTENTES, anexo desta lei.

Art. 3º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar contribuição a título de rateio nos limites mensais estabelecidos na documentação constantes nesta lei.

Art. 4º. O protocolo de intenções, após sua ratificação, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, no valor de até R$ 111.353,60 (cento e onze mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), com a seguinte classificação:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA	
Especificações	**Valor (R$)**
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana - SEMOB	
Unidade: 01– Administração Geral da SEMOB	
Função: 15 – Urbanismo	
Subfunção: 452 – Serviços Urbanos	
Programa: 0002– Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana	
Ação: 2.920 – Consórcio CIGEDAS VERTENTES	
Natureza da Despesa: 3.3.71.70 – Rateio pela Participação em Consórcio Público	
Fonte de Recurso: 1.708 – Transf. da União Ref. a Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	**111.353,60**
TOTAL	**111.353,60**

Art. 6º. Fica autorizada a inclusão da Ação: "2.920 Consórcio CIGEDAS VERTENTES:

Denominação da Ação: Código: **2.920** Descrição: Consórcio CIGEDAS VERTENTES				
Características da ação: [ ] Projeto [x] Atividade [ ] Operação Especial	[x] Nova [ ] Em andamento	[x]Contínua [ ]Temporária	Início previsto: **03/2023** Término previsto: **12/2026**	
Custo e meta física da ação por exercício financeiro				
Produto (unidade de medida)	Custo e meta p/2024	Custo e meta p/2025	Custo e meta p/2026	
Atividade Mantida	**R$ 111.353,60**	**R$ 138.969,29**	**R$ 144.528,06**	

Art. 7º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 5º desta Lei, correrá à conta da anulação parcial da dotação orçamentária 05.01.15.451.0002.1.177.4.4.90.51 – Fonte 1708 - Transf. da União Ref. a Compensação Financeira de Recursos Minerais – CFEM, conforme inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Mariana, 21 de março de 2024.

Celso Cota Neto
Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

DISPENSA Nº 02/2026

PRC: 44/2026

OBJETO: CONTRATO DE PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO E O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTAO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTAVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS PARA "ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ILUMINAÇÃO MONUMENTAL" A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO.

.

CONSIDERANDO a justificativa da unidade requisitante, sobre a necessidade de execução dos serviços em tela;

CONSIDERANDO que a gestão compartilhada entre os municípios, além da integração da região nos termos do art. 25, § 3º, da Constituição Federal, reduz significativamente os custos, vista que a contratação via consórcio público é mais vantajosa aos municípios consorciados;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133/2021 recomenda expressamente a utilização de consórcios públicos como ferramenta de central de compras com foco na economia de escala;

CONSIDERANDO que a contratação em tela através do instituto da dispensa de licitação encontra guarida legal no artigo 2º, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 11.107/05, que "Dispõe sobre normas gerais de contratação de consócios públicos e dá outras providências;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 75, inciso XI, Lei 8080/90 e Lei 11.107/2005 **AUTORIZO** por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 13 de fevereiro de 2026.

Marcos Eduardo Batista
Secretária Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo